

Marcele de Freitas Emerim

**SOBRE SINGULARIZAÇÕES E POTÊNCIAS: INCURSÕES EM  
UM HOSPITAL DE CUSTÓDIA E TRATAMENTO  
PSIQUIÁTRICO**

Tese apresentada como requisito parcial à obtenção de grau de Doutora em Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Mériti de Souza

Florianópolis  
2016

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Emerim, Marcele de Freitas

Sobre singularizações e potências : incursões em um hospital de custódia e tratamento psiquiátrico / Marcele de Freitas Emerim ; orientadora, Mériti de Souza - Florianópolis, SC, 2016.  
201 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Psicologia.

Inclui referências

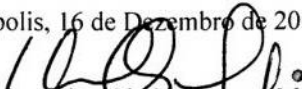
1. Psicologia. 2. Singularização. 3. Potência. 4. "Louco infrator". 5. Hospital de custódia e tratamento psiquiátrico (HCTP). I. Souza, Mériti de. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. III. Título.

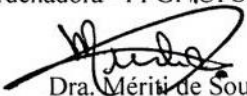
*Marcele de Freitas Emerim*

***Sobre singularizações e potências: incursões em um hospital de  
custódia e tratamento psiquiátrico***

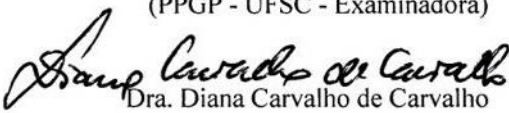
Tese aprovada como requisito parcial à obtenção do grau de Doutor em Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina.

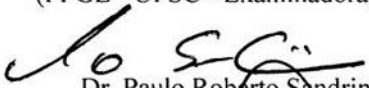
Florianópolis, 16 de Dezembro de 2016.

  
Dra. Carmen Leontina Ojeda Ocampo Moré  
(Coordenadora - PPGP/UFSC)

  
Dra. Mériti de Souza  
(PPGP - UFSC - Orientadora)

  
Dra. Ana Lúcia Mandelli de Marsillac  
(PPGP - UFSC - Examinadora)

  
Dra. Diana Carvalho de Carvalho  
(PPGE - UFSC - Examinadora)

  
Dr. Paulo Roberto Sandrini  
(UNISUL - Examinador)

  
Dr. Rodrigo Otávio Moretti Pires  
(PPGSC - UFSC - Examinador)

Dra. Denise Pinheiro  
(UDESC - Suplente)

Dra. Maria Chalfin Coutinho  
(PPGP -UFSC - Suplente)



À Laura, filha, peixinho de gente.  
Tão minha, tão outra. Pedacinho  
de/em mim que brilha.

Em um dia de angústia (entre  
tantos e tão longos) com a tese,  
pediu-me para explicar-lhe sobre o  
que eu escrevia. Ouviu-me e voltou  
com Harry Potter:

*– Me diga uma coisa – disse Harry.*

*– Isso é real? Ou esteve  
acontecendo apenas em minha  
mente?*

*Dumbledore lhe deu um grande  
sorriso, e sua voz pareceu alta e  
forte aos ouvidos de Harry, embora  
a névoa clara estivesse baixando e  
ocultando seu vulto.*

*– Claro que está acontecendo em  
sua mente, Harry, mas por que isto  
significa que não é real?*



## AGRADECIMENTOS

Este trabalho diz dos últimos cinco anos – iniciados com minha entrada no doutorado do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina –, é a tese desenvolvida ao longo desse período. Mas é também os dois anos de mestrado e os cinco de graduação em Psicologia, e todas as outras coisas, tantas, vividas em outros espaços, que de alguma forma respigam, dão o tom (os tons!), estendem-se para dentro do texto aqui apresentado. Os agradecimentos aqui são de uma vida toda.

Sou afetada agora por tantas lembranças, gratidões, saudades, gentes que estão espalhadas por todas as páginas escritas a seguir. Ficarei em falta: não caberiam todos aqui, e haveria sempre os esquecidos. Fico, fiquemos, com os que mais diretamente estão enlaçados com a pesquisa realizada, com as aflições e afeições desse período, com o trabalho dos últimos anos que aqui ganha um nome pomposo: tese.

(Aqui um desvio, já uma transgressão à regra recém-posta. Obrigada aos meus pais e irmãos. De lá vim, sou feita da mistura deles – ainda que haja o que sempre escapa. Mesmo que distanciados da minha trajetória acadêmica, estão aqui – na escolha do tema, na forma de abordá-lo, no olhar para o outro, no acolhimento ao desejo, na angústia que (a)borda nossas andanças pela vida – para onde quer que eu me mova.)

Muito obrigada...

À professora Mériti, orientadora. Depois de sete anos de convivência, ainda vou ao seu encontro com o mesmo entusiasmo e alegria de quando a vi pela primeira vez, ao recepcionar-me para a entrevista do processo seletivo para o mestrado. É muito bom ter em quem confiar (tanto). É muito bom trabalhar com quem se admira, se respeita e por quem se tem amor.

À Enis, a amiga de infância que arranjei depois dos trinta e tantos anos, companheira de tudo. Nem lembro mais como era a vida antes dela.

Aos meus alunos e consulentes. Inquietações e inspirações cotidianas. Sempre em movimento.

Aos funcionários do HCTP onde fui recebida – o que possibilitou que este trabalho fosse feito. Em (muito) especial, à Rita de Cássia.

Aos professores que gentilmente aceitaram participar da banca de defesa: Ana, Denise, Diana, Maria, Paulo e Rodrigo. Novas e significativas contribuições a juntar-se a este trabalho. Novos fios, importantes laços. Profundo agradecimento.

Ao André, encontro que se reinventa. Muitas tantas das leituras, das imagens, das costuras, das criações feitas ao longo deste texto passaram por ele, chegaram a mim por ele. Gratidão por uma vida. (Que segue em desdobramentos: obrigada, Marina, pelo cuidadoso *résumé-cadeau*.)

A Conrado, Paula e Artur, família que fiz, que escolhi, que ganhei – nem sei como se deu tamanho (e tão lindo!) feito.

À Laura, filha, sempre, em tudo – mais que tudo. Por sua simples (e tão sofisticada) existência. Lastro e brisa.

Aos internos do HCTP, *vaga-lumes*, personagens ilustres deste trabalho. Obrigada pela inspiração, pela hospitalidade, pela companhia, pelo deslocamento que me proporcionam – ainda (e adiante).



Aquilo que se mostra no limiar entre ser e não ser, entre sensível e inteligível, entre palavra e coisa, não é o abismo incolor do nada, mas o raio luminoso do possível.

(Giorgio Agamben em *Bartleby, a escrita da potência*)



## RESUMO

Por força de lei, com base em diagnósticos psiquiátricos e em sentenças judiciais, vivem hoje no Brasil cerca de quatro mil pessoas internadas em hospitais de custódia e tratamento psiquiátrico – HCTPs, formando a população dos *loucos infratores*, como se o nome desse agrupamento pudesse dar conta de cada um, de cada história. O interesse do trabalho que aqui se apresenta está em compreender os (con)textos singulares que apontem para as potências que envolvem as (con)figurações subjetivas, ações, histórias, construídas por internos de um hospital de custódia e tratamento psiquiátrico – HCTP. O objetivo aqui é de trazer à discussão o que pareceu ser um escape ao contínuo, ao idêntico, no trajeto de vida de alguns internos em suas vivências naquela instituição. Houve uma aposta na possibilidade de – ao transitar por esse espaço e observar os (con)textos criados, bem como, ao conversar e entrevistar internos – problematizar cenas que apontem para as possibilidades de singularização, de criação, de potência, apesar do processo de massificação que uma instituição como essa pode criar. Pretendeu-se investigar a singularidade e a potência na vida de internos de um HCTP, considerando sua emergência em (con)textos dessa instituição. Para tanto, houve a aposta na emergência do descontínuo, no que difere e desestabiliza as certezas identitárias. Conforme posto, a aposta da tese é na acolhida de produções de alguns internos do HCTP, no acolhimento do que difere – abertura ao outro que nos atravessa e irrompe como singularidade e como potência. O fio que aqui procura amarrar (fazer laço, tecer sentido) o singular e a potência pede abertura ao outro, à ética da hospitalidade.

**Palavras-chave:** Singularização. Potência. *Louco infrator*. Hospital de custódia e tratamento psiquiátrico (HCTP).



## ABSTRACT

By force of law and supported by psychiatric diagnoses and court sentences, there are around 4,000 people admitted in custodial mental hospitals (HCTPs) in Brazil today. This population forms the so-called *insane offenders*, as if generalizing such a large group under one single name could give an account of each one and each story in particular. This work seeks to understand the singular (con)texts that point to the potentialities that involve subjective (con)figurations, actions and stories constructed by the inmates of a custodial mental hospital (HCTP). Our interest was to focus on what seemed to be an escape from the continuum and identical in the life story of some inmates in their experiences in that institution. By moving around this environment and observing the (con)texts created, as well as interviewing and talking to the inmates, we bet on the possibility of discussing some scenes that could lead to singularization, creation, potentiality, regardless of the massification process that such an institution can cause. We intended to investigate singularity and potentiality considering their emergence in the (con)text of HCTPs and their inmates' life. To that end, we believed in the emergence of the discontinuous, in which it differs and destabilizes identity certainties. As stated before, our interest in this dissertation is in the welcoming of some HCTP inmates' production, in the welcoming of what differs – the opening to the other that goes through us and arises as singularity and potentiality. The thread that here seeks to tie (to bond, to make sense) the singular and the potentiality asks for openness to the other, to the ethics of hospitality.

**Keywords:** Singularization. Potentiality. *Insane offender*. Custodial mental hospital (HCTP).



## RÉSUMÉ

Par la force de la loi, avec, comme base, des diagnostics psychiatriques et des sentences judiciaires, vivent aujourd'hui au Brésil environ 4000 personnes internées dans des hôpitaux de garde et de soins psychiatriques – HCTPs, formant une population qu'on appelle les « loucos infratores », comme si le nom de ce groupe pouvait rendre compte de chacun, de chaque histoire. L'intérêt du travail présenté ici est la compréhension des (con)textes singuliers qui pointent les forces impliquant elles-mêmes les (con)figurations subjectives, les actions et les histoires construites par des internes d'un hôpital de garde et de soins psychiatriques – HCTPs. L'intérêt est ici d'apporter à la discussion, qui paraissait être un échappatoire du continu, à l'identique, dans le parcours de vie de quelques internes lors de leurs expériences dans cette institution. L'on a parié dans la possibilité – en transitant par cet espace et en observant les (con)textes créés, aussi bien qu' en parlant et en interviewant des internes – de problématiser des scènes qui pointent des possibilités de singularisation, de création, de puissance, malgré le processus de massification qu'une institution comme celle-là peut créer. Il était prévu d'étudier la singularité et la puissance, tout en considérant leur urgence dans les (con)textes d'un HCTP, dans la vie des internes de cette institution. Pour cela, l'on a fait un pari dans l'urgence du discontinu, dans ce qui distingue et déstabilise les certitudes identitaires. D'après le postulat, le pari de la thèse se trouve dans l'accueil des productions de quelques internes du HCTP et dans la réception de ce qui diffère – ouverture à l'autre qui nous traverse et qui fait irruption comme singularité et comme puissance. Le fil ici cherche à attacher (créer un lien, tisser du sens) le singulier et la puissance comme ouverture à l'autre, à l'éthique de l'hospitalité.

**Mots-clés:** Singularisation. Puissance. *Louco infrator*. Hôpitaux de garde et traitement psychiatrique (HCTP).





## **LISTA DE ABREVIATURAS**

AMPASA – Associação Nacional do Ministério Público em Defesa da Saúde

CAAE – Certificado de Apresentação para Apreciação Ética

CAPS – Centro de Atenção Psicossocial

CEPSH – Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos

CFP – Conselho Federal de Psicologia

HCTP – Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico

OAB – Ordem dos Advogados do Brasil

PAILI – Programa de Atenção Integral ao Louco Infrator

PAI-PJ – Programa de Atenção Integral ao Paciente Judiciário

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina



## SUMÁRIO

<b>1 LAMPEJO .....</b>	<b>21</b>
<b>2 ESTEIRA .....</b>	<b>39</b>
2.1 O QUE ESCAPA.....	65
<b>3 OLHARES E LUGARES.....</b>	<b>73</b>
3.1 SEM LUGAR.....	89
<b>4 POSSIBILIDADES .....</b>	<b>95</b>
4.1 POTÊNCIA.....	104
<b>5 CAMINHOS .....</b>	<b>111</b>
<b>6 VISITAS.....</b>	<b>121</b>
6.1 POTÊNCIA DE NÃO.....	128
6.2 MARCA E ARQUIVO.....	138
6.3 VIOLÊNCIAS .....	148
6.4 COMIDA.....	162
6.5 CELEBRAÇÕES.....	168
6.5.1 E ainda.....	174
<b>7 ALGUMAS OUTRAS CONSIDERAÇÕES.....</b>	<b>183</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>189</b>
<b>APÊNDICE .....</b>	<b>199</b>



## 1 LAMPEJO

No documentário *A casa dos mortos* (2009), realizado pela antropóloga e cineasta Debora Diniz, filmado no Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico – HCTP – de Salvador, observa-se o forjamento de uma “massa de mesmos”, uma massa de – supostamente – idênticos. A câmera denuncia: uma sequência de uniformes amarelos movendo-se em bloco, uniformes amarelos em fila servindo-se da mesma comida e no mesmo horário, um contínuo de uniformes amarelos deitados no chão, uma série de uniformes amarelos que identificam (marcam!) os loucos e criminosos – os *perigosos* – que devem ser mantidos fora do convívio do restante da comunidade. Assim, uma sociedade, que vive fora dos muros manicomiais e prisionais, pretensamente sã e pacífica, pode sentir-se mais segura e protegida.

Ainda no filme, uma sequência de prontuários médicos, toda sorte de desqualificação nas tentativas de dizer dos internos – de dizer-se – por parte dos profissionais que lá atuam, e uma série de potinhos ordenados com comprimidos variados para ajudar na *docilização dos corpos*. Por ironia fina do montador do filme ou por lucidez ímpar do interno *ator* desta *cena*, ao tomar sua série de medicações daquele horário, e após ter sido obrigado a abrir a boca para provar que engoliu de fato a medicação, o *personagem*, com sua boca quase sem dentes, canta “adocica, meu amor, adocica/ adocica a minha vida, ô”. Sabor amargo.

Em meio à sequência dos corpos enfileirados e das práticas continuadas, destaca-se Almerindo, o *adocicado*. “Almerindo já morreu”, diz ele a certa altura do filme – constatação óbvia e escorregadia. Ele vive n’*A casa dos mortos*. Esquecido por todos, como bem reforça a defensora pública no filme. Mas lá é um *hospital de tratamento*. Paradoxos. Ambivalências.

Almerindo, o autodeclarado morto, na fila dos uniformes amarelos, esperando sua vez de ser servido na hora do almoço, na esteira de bandejas com espaço certo para cada tipo de comida, diz: “eu não quero feijão, não”. Almerindo destaca-se. Diferencia-se. De alguma forma, da forma como lhe é possível, rompe a linha, sai da continuidade, da sequência, da repetição. Cria o *detalhe*. Detalhe como possibilidade de singularização, como criação, acontecimento. *Potência*.

A comida é a mesma. O horário é o mesmo. Os procedimentos – fila, ordem, disciplina – são os mesmos. Mas Almerindo, o *morto*, parece achar uma brecha possível, um vislumbre de singularização, um espaço de diferenciação: “eu não quero feijão, não [!]”. Potente recusa. O espaço destinado ao feijão, na bandeja de Almerindo, é substituído por macarrão. Uma bandeja diferente entre tantas *idênticas*.

Uma singularidade possível. Fagulha. Essa cena tocou-me, assim como me tocara em outros tempos a fala de uma professora que havia trabalhado durante muitos anos como psicóloga em um presídio, de que havia presos que lavavam a comida já pronta, recebida nas “quentinhas” fornecidas pelo Estado, e cozinhavam-na novamente – dando-lhe um “toque pessoal”. O que me parece um ato de diferenciação, de resistência e de criação. Centelha.

Em um exercício inconsciente, suponho, precisei agarrar-me a esse Almerindo que difere, que respira, que ainda não morreu, mesmo morto. Talvez para dar conta do insuportável do filme, “das vidas sem câmbios lá fora”.<sup>1</sup> A figura de Almerindo, e a de tantos outros ali – anônimos – no filme, era-me perturbadora, assim como a de tantos outros por quem meus olhos passaram em visitas a um HCTP. De forma que, já de antemão, quase duvido da tese que tento apresentar.

A pesquisa aqui relatada teve como objetivo registrar mais que impressões e reflexões (a)colhidas a partir de muitas visitas a um HCTP (onde eu já havia estado para uma pesquisa anterior e aonde retornei, dois anos depois, para realizar a que aqui relato) e das conversas com internos que lá vivem. O desejo era encontrar (“ser encontrada por”, melhor dizendo, talvez) possíveis criações, saídas de pressupostos tão bem estruturados na tradição moderna, como a noção de identidade, por exemplo. Havia o desejo [a necessidade?] de olhar para aquilo que difere, que é potente, que *brilha* – apesar daquele lugar, onde tantas injustiças se dão em nome da justiça e tantos disparates são cometidos em nome da razão; apesar do uniforme (que está sempre para além da vestimenta utilizada pelos internos). À procura do detalhe, do que destoa.

Penso agora que queria eu achar uma brecha, uma fresta, um por onde ver, para poder olhar para “aqueles homens que têm

---

<sup>1</sup> Trecho de *A casa dos mortos*, poema escrito por Bubu, interno do HCTP de Salvador, durante as filmagens do documentário de mesmo nome.

diante de si longos e terríveis anos de reclusão e uma vida monótona, onde o tempo é como uma chuva que cai gota a gota, numa paisagem que é só outono” (DOSTOIÉVSKI, 2006, p.107) e encontrar ali algum fio de vida, alguma cor que não o *outono*, para talvez poder seguir em paz – longe das recordações<sup>2</sup> *dostoievskianas* da *casa dos mortos* de Almerindo ou do HCTP que conheci.

A procura por brechas, respiros, singularizações, potências – e a certeza [?] de tê-los encontrado nas andanças que fiz pelas galerias e salas mortas de um HCTP – não seria uma construção delirante, assim como algumas que ouvi por lá? Mas, se tive de criar uma ficção para poder permanecer estudando o universo que envolve os *loucos infratores* (agora *vaga-lumes*, como veremos mais à frente), também não é ficcional o personagem criado para aqueles (considerados *loucos* e *perigosos*) que vivem, por força de lei, em hospitais de custódia Brasil afora? Lembremo-nos de que “toda pergunta pode ser também um abandono, um nevoeiro ou um cruel convite à sinceridade” (SKLIAR, 2003b, p. 39).

Realidade e ficção são narrativas tão distintas entre si como nos faz supor a lógica opositiva reinante nas teorias do conhecimento? *Indecidível*. Para além do binarismo ficção e realidade, ousando pensar na imbricação desses termos, em

problematizar essa distinção característica de uma posição metafísica dualista e hierarquizante – e, com isso, afirmando [...], num mesmo golpe, a realidade e a ficção, em sua mais radical imbricação (HADDOCK-LOBO, 2013, p. 36),

eis talvez aqui uma aposta arriscada, mas necessária (imperativa até). Aposta no impasse.

Não sei se conseguiria fazer de outro jeito. Entrei, outra vez, em um HCTP. Dessa vez, mobilizada por Almerindo (e pelos almerindos que vi tão de perto – *estrangeira* ali), na busca pelas faíscas que ali haviam me tocado, aquecido, em meio à frieza das paredes erguidas por discursos fechados, normatizadores e tão

---

<sup>2</sup> Em *Recordações da casa dos mortos*, o escritor Fiódor Dostoiévski conta em forma de romance sobre o período de quatro anos em que esteve preso, por motivos políticos, submetido a trabalhos forçados na Sibéria.

distanciados da história singular de cada pessoa. Fiz uma aposta. Não sei ao certo se encontrei o que buscava, se sabia o que buscava, se são *verdadeiras*, reais, as imagens narrativas que foram se apresentando por/para mim, construídas por mim, também; agora, “duvidadas por mim”.

*Jogo*. Realidade ou ficção? Realidade e ficção, “[n]a incessante alternância de primazia de um termo sobre o outro, produzindo, assim, uma situação de constante indecisão” (VASCONCELOS, 2003, p. 75). Ao fim da tese [um dia ela termina?], talvez a constatação de que *nem vaga-lumes nem mortos*. Vaga-lume e morto. E tanto mais. E tantos outros. E eu, outra. E o que é *outro*.

Há um outro próximo – previsível, compreensível; e um outro distante – que é imprevisível, vai falar Carlos Skliar (2003b): um outro radical, incompreensível. O pensamento ocidental tem como outro o outro próximo, uma vez que “a alteridade radical constitui sempre uma provocação e, portanto, está destinada à redução e ao esquecimento” (SKLIAR, 2003b, p.41). Há o forjamento de um outro que pode ser explicado, tolerado. Não há, nas linhas de pensamento que ganharam hegemonia, espaço de acolhida a uma alteridade radical. Mas sempre há o que escapa. Há o que escapa, que atravessa, que é *outro*. E por aqui talvez tenha seguido minha aposta. Abertura ao *outro*.

“Uma nova familiaridade se segue ao susto provocado em nós pela irrupção de ‘um outro.’” (DUFOURMANTELLE, 2003, p. 28). Talvez chamar de *vaga-lume*, dizer das brechas e saídas encontradas, apontar descontinuidades, vislumbrar potências, tenham sido tentativas (vãs, mas necessárias) de nomear o inominável. É o que (me) foi possível! “A irrupção do outro é uma diferença que difere, que nos difere e que se difere sempre de si mesmo. Um outro inalcançável, efêmero em seu nome e em sua significação, inabordável, que se afasta em seu mistério, com seu mistério.” (SKLIAR, 2003b, p.45). O mistério do outro – que não eu (que até tento acessar, nomear, assimilar), e o mistério do *outro* em mim – aquilo que me atravessa, que se quer em mim, da ordem do *pathos*. Penso aqui nesse *outro em mim*, que me desafia, provoca-me – ingovernável. Um *outro em mim* que me fez voltar tantas vezes ao HCTP, e a todas suas questões, por mais doloroso e perturbador que (sempre) fosse, seja e continue sendo.



Giorgio Agamben, em *A potência do pensamento* (2015a), fala da introdução feita por Anna Akmatova, poeta russa, para a coletânea *Requiem*. Ela conta que estava em uma fila em frente à prisão em Leningrado, esperando por notícias de seu filho, preso político. Outras dezenas de mães estavam, diariamente, assim como ela, na mesma situação. Uma dessas mães um dia lhe perguntou “Será que pode dizer isso?”; sem saber por que, Anna Akmatova respondeu: “Sim, posso”.

“Eu posso”, sintagma estudado por Agamben, foi entendido não como uma certeza, ou uma capacidade específica, mas como a vivência da experiência de potência. *Eu posso*. Coloco-me aqui frente à experiência – a experiência de potência. Junto a ela, nas (im)potências todas de minhas andanças pelo HCTP, nas (im)potências todas dos internos que lá vivem. Para além da descrição de uma *experiência tão atroz, tão difícil de dizer*. Sem certeza(s), tentando contemplar, paradoxalmente, o que escapa.

Para cada homem chega o momento em que deve pronunciar ‘eu posso’, que não se refere a qualquer certeza nem a qualquer capacidade específica, e que no entanto o compromete e põe em jogo inteiramente (AGAMBEN, 2015a, p. 244).

### *No jogo.*

Não seria um tanto (também) ficcional o Almerindo, produção de tantas falas e saberes, que se anuncia como aquele que “já morreu”? Não seria ele (também) produto de tantos discursos hegemônicos – como do direito e da psiquiatria, configurado pelas palavras da defensora pública, e também um tanto criação de Débora Diniz, diretora do filme? E ainda, e mais, não seria (também) uma criação o Almerindo que trago aqui para abrir essa proposta de tese?

Morto, louco, ladrão de bicicleta, esquecido, injustiçado, aquele que não quer feijão, o que sai da esteira dos idênticos. Almerindo *ser-qual*: “recuperado do seu ter esta ou aquela propriedade, que identifica seu pertencimento a este ou àquele conjunto, a esta ou àquela classe [...]” (AGAMBEN, 2013, p. 10). Quantos Almerindos são possíveis? Quantos Almerindos são possíveis! Pode-se aferir com precisão qual desses é o

verdadeiro? Ou o mais verdadeiro? E havendo um, os outros ganhariam de imediato a chancela de falsos? Quantos Almerindos podem ser ditos, e ouvidos, e (re)criados?

[S]eria preciso examinar as condições concretas de possibilidade de produção de verdade, inscrevendo-a na tessitura do espaço social e da história, para que se pudesse surpreender em estado nascente os processos de produção do verdadeiro e as modalidades de efetivação de sua legitimidade (BIRMAN, 2002, p. 306).

Verdadeiro e falso. Real e ficcional. Adocicado e rebelde. Vaga-lume e morto. Nem individual, nem universal. E o que escapa, o que é *outro* e o que é *resto*. *Ser-qual*, recuperado para o seu *ser-tal* – o próprio pertencimento.

O resto, conforme elucidada Jeanne Marie Gagnebin na apresentação do livro de Agamben (2008a, p. 11), é “aquilo que, no testemunho, solapa a própria eficácia do dizer e, por isso mesmo, institui a verdade de sua fala”. Não se trata de algo que ainda resta dizer, tentando preencher as falhas da memória, mas de uma lacuna constitutiva do próprio discurso. O resto mina a linearidade, extrapola *chronos*, tenta dizer da experiência, do indizível, da relação *kairotica* com o tempo: um tempo para além da cronologia causal, uma interrupção dessa cronologia, para além de uma origem e um destino. Sempre há o resto.

Vaga-lume e morto: Almerindo e tantos outros de “carne e osso” que conheci. Eu. Realidade e ficção. Para além de um duelo entre os polos binários, tão caros ao pensamento metafísico tradicional – e problematizados por Jacques Derrida.

O pensamento moderno ocupa-se da identificação de pares de oposição, como por exemplo: razão/sensação, masculino/feminino, matéria/espírito. Diante dessa construção *logocentrada*, Derrida problematiza os binarismos. Dessa forma, também a suposta oposição entre realidade e ficção. Oposição essa que, em uma leitura binária hierarquizante, inferiorizaria o que se chama ficção. Aposta-se aqui na dança entre esses termos aparentemente opostos, no habitar das supostas oposições, *indecidíveis* – essas

unidades de simulacros, ‘falsas’ propriedades verbais, nominais ou semânticas, que não se deixam mais compreender na oposição filosófica (binária) e que, entretanto, habitam-na, opõe-lhe resistência, desorganizam-na, mas, *sem nunca* constituir um terceiro termo [...] (DERRIDA, 2001b, p. 49).

Considerando Almerindo, os entrevistados para esta pesquisa e a mim mesma a partir de uma nota de rodapé de Paul Ricoeur, em seu *O si-mesmo como outro* (2014), penso nas tantas possibilidades narrativas constitutivas do/no dizer(-se):

[A] compreensão de si é uma interpretação; a interpretação de si, por sua vez, encontra na narrativa, entre outros signos e símbolos, mediação privilegiada; esta última se abebera na história tanto quanto na ficção, fazendo da história de uma vida uma história fictícia, ou, digamos, uma ficção histórica, entrecruzando o estilo historiográfico das biografias ao estilo romanesco das autobiografias imaginárias (RICOEUR, 2014, p. 112).

Carlos<sup>3</sup>, um dos internos destaques neste trabalho, certa vez me contou que se sentia como o menino da lenda holandesa que, para conter a inundação em seu país, colocou seu dedo no furo que havia aparecido no dique e assim pôde conter as fortes águas do Mar do Norte. Explicando o inexplicável: os atos de violência sofridos por ele dentro de um *hospital de custódia e tratamento*. Disse-me que havia desistido de fazer denúncias contra os maus tratos, uma vez que em toda ocasião que as fazia aumentavam as taxas de homicídio na cidade. Não denunciando, suportando na carne – muitas vezes literalmente – a violência,

---

<sup>3</sup> Os internos com quem conversei/entrevistei para esta pesquisa, batizei-os. Um tanto eles, um tanto criações minhas – na dança, sempre, entre ficção e realidade. Que nomes lhes dar? Escolhi os dos poetas. Porque, em alguma medida, era a poesia (o detalhe, o espanto, o afeto) o que eu buscava ali. A relação que tive com esses internos era próxima da que tenho com os poetas e seus poemas: a de deixar-me arrebatar. De forma que, eis aqui: Carlos, Mario, João, Manuel, Paulo, Murilo e Vinicius. *Eis-me aqui*.

protegia a outros, a uma cidade toda. “*É muito cansativo*”, disse-me mais de uma vez. Como não dizer que é real o cansaço anunciado por Carlos diante de uma tarefa tão grandiosa e trabalhosa?

Ao contrário do menino herói holandês, que a certa altura foi salvo de sua tarefa tão importante e cansativa, Carlos seguia com seu dedo no furo do dique e se dizia cansado disso, porém, resignado: “*alguém precisa fazer isso, senão vira beligerância pura*”. Ele parecia familiarizado com grandes e importantes tarefas: para salvar o mundo da Terceira Guerra Mundial, sacrificou alguém de sua família há algumas décadas.

O sentido da ética se esclarece somente quando se compreende que o bem não é nem pode ser uma coisa ou uma possibilidade boa ao lado ou acima de toda coisa ou possibilidade má, que o autêntico e o verdadeiro não são predicados reais de um objeto, perfeitamente análogos (mesmo se opostos) ao falso e ao inautêntico (AGAMBEN, 2013, p. 21).

Tentativa de suportar o insuportável: o fato de que lugares como os hospitais de custódia ainda possam existir, ainda existam – com sua umidade, com sua linha de produção de poderes/saberes, seu cheiro de morte, seus expedientes sádicos com ares de benevolência, seus pátios atolados de gemidos e apatias, seus corredores de angústia e os tão comumente falados (ou pensados) *não tem muito o que fazer*. Para isso, talvez fosse necessário achar ali alguma folga, alguma interrupção, algum brilho. Chispas. Lembrei-me de *Memórias da casa dos mortos* (2015)<sup>4</sup>, onde Dostoiévski conta de sua experiência – e de vários de seus companheiros de cárcere – em uma prisão para trabalhos forçados na Sibéria:

Para além dessa porta ficava o mundo luminoso e livre, viviam as pessoas normais.

---

<sup>4</sup> Durante o texto são citados trechos de duas versões brasileiras da mesma obra de Dostoiévski (*Zapiski iz mertvado doma*), em uma versão traduzida por *Recordações da casa dos mortos* (2006) e em outra, *Memórias da casa do mortos* (2015).

Mas aquém do recinto, esse mundo afigurava-se a nós como uma história inverossímil. Na parte de dentro ficava um mundo especial, que não se parecia já nada com o outro, que tinha as suas leis especiais, os seus trajes, as suas regras e costumes, uma casa de mortos de além-túmulo, e uma vida... como não existe em lugar algum, e pessoas singulares. Pois é esse recanto especial que me proponho a descrever (DOSTOIÉVSKI, 2015, p. 13).

Ainda que de fora – no exercício de descrever aqui partes, matizes, pontos (de luz?), potências desse *recanto especial* – talvez haja uma tentativa (vã) de salvar-me, de salvá-los. Esvaziar-me. Salvar-me da inundação. Furo no dique.

\*\*\*

Em *O Prisioneiro da Grade de Ferro* (2003), documentário dirigido por Paulo Sacramento a partir de imagens realizadas por detentos durante sete meses na Casa de Detenção de São Paulo (prisão conhecida como Carandiru), um interno explica, sob o subtítulo (no filme) de “inclusão”, que “quando [o preso] chega, faz o corte de triagem e ganha essa calça [mostra a calça]; o modelo da casa é este: dois bolsos na frente e um traseiro.” À demonstração do uniforme *modelo da casa*, segue a cena que mostra a palestra da triagem, em que os internos recebem a *Cartilha de direitos e deveres do preso* e ouvem uma espécie de preleção: “A partir de hoje aqui não existe preso, detento, condenado, sentenciado, ladrão, vagabundo, maluco, bandidão. A denominação correta pra cada um dos senhores aqui dentro, a partir de hoje, é reeducando”. A pequena descrição do uniforme, assim como a palestra de instrução à entrada do “reeducando”, vai desenhando o que vemos nas duas horas de filme: uma massa de sete mil homens, que se autoidentificam pelo número de seu prontuário e de seu pavilhão, amontoados, seguindo horários e disciplinas rígidas.

A inabilidade moderna de lidar com a diferença faz com que se crie a imagem *colonial* de um outro, um outro maléfico. A figura do bandido, do criminoso, parece prestar bem a essa leitura desqualificadora do outro. “O outro colonial e maléfico é um corpo sem corpo. Uma voz que fala sem voz. Que diz sem dizer. Que foi

massacrado e que segue sendo culpabilizado por seu próprio massacre.” (SKLIAR, 2003b, p. 42). E junto a essa representação, há também a imagem de um outro multicultural, “que ocupa uma espacialidade de certo modo ancorado na política da mesmice – de pertencimento a uma comunidade que deve estar sempre bem ordenada e solidificada” (SKLIAR, 2003b, p. 43).

Para além da representação que detentos do sistema carcerário costumam ganhar no imaginário social, pouco a pouco, nas mesmas duas horas de filme, observamos surgir o protético, o desenhista, o fotógrafo, o pastor, o tatuador. Destacam-se. Histórias singulares, modos de sair de uma suposta identidade (ou mesmidade), de encontrar um lugar, um (outro) espaço onde tudo – físico e subjetivamente – parece tão opressor, tão compressor.

Em certa cena, com a ajuda de um pequeno espelho é possível ver a rua de dentro da cela. Possibilidade. Com pequenos sinais de luz, os detentos homens do Carandiru se comunicam com as mulheres do presídio feminino ao lado. De cela para cela. A comunicação possível. Luzinhas possíveis. Imagens, que ao rever esse filme, ajuntaram-se à figura de Almerindo, e de Gabryel<sup>5</sup>, que conheci em um HCTP, e outros mais, não muitos, que me capturaram em algum momento, *feriram-me*, em um movimento de diferenciação, fragilmente potente, ou potencialmente frágil. Para além de um pertencimento, um agrupamento, um conjunto: “o ser-*tal*, que permanece constantemente escondido na condição de pertencimento (“há um x tal que pertence a y”) e que não é de modo algum um predicado real, vem, ele mesmo, à luz [...]” (AGAMBEN, 2013, p. 10).

Em *A Câmara Clara* (1984), Roland Barthes propõe os conceitos de *punctum* e *studium* para nomear os elementos que estariam presentes na nossa relação com a fotografia. Segundo o autor, os saberes e as informações prévias, aquilo que depende da cultura na aventura de relacionar-se com a imagem, é *studium*. *Punctum*, por sua vez, é o elemento que quebra o *studium*. É o que sai da imagem como uma flecha para atingir o espectador, furando-o, pungindo-o. Mais do que um ponto de contato, é uma ferida aberta pela imagem. Como a limpidez da *maria-louca*, aguardente feita de sobras de comida (em especial, arroz), produzida dentro da prisão e registrada no documentário

---

<sup>5</sup> Nome fictício de um dos internos de HCTP entrevistados para minha pesquisa de mestrado (2012).

de Sacramento (2003). Em meio a uma cela escura, com “equipamentos” visivelmente sujos e encardidos, irrompe ela: cristalina, poderosa (*Maria, a Louca*) – apetitosa até. Captura-me. Aquilo que irrompe. É a bandeja diferente de Almerindo que me saltou aos olhos. A vida talvez esteja mesmo nos detalhes.

Em uma edição especial da revista *Poétique*, em 1981, foi publicado pela primeira vez um ensaio-homenagem de Jacques Derrida (2008b) sobre Roland Barthes. Nesse texto, Derrida dança à música de Barthes (Derrida o nomeia músico), e discutindo o par de conceitos *studium/punctum*, vai dizer que

*Punctum* traduz ademais, em *La Chambre Claire*, um valor à palavra “detalhe”: um ponto de singularidade que penetra a superfície da reprodução – e inclusive da produção, – das analogias, das semelhanças, dos códigos. Essa singularidade penetrada me alcança de um golpe, me fere ou me assombra e, em princípio, parece olhar diretamente para mim. [...] A mim se dirige a singularidade absoluta do outro [...] (DERRIDA, 2008b, p. 275).

Durante o trabalho de campo para minha pesquisa de mestrado, intitulada *O testemunho (im)possível do louco infrator: condições de acolhimento e de emergência* (2012), circulei quase que semanalmente, durante aproximadamente três meses, por um HCTP. Nesse período, participei de algumas assembleias realizadas com a presença dos internos e das equipes de saúde e de segurança, além de outras atividades realizadas na instituição, e realizei as entrevistas trabalhadas na dissertação.

Além das constatações evidentes de que esse tipo de instituição *não é lugar para ninguém*, de que as condições materiais e de suporte psíquico oferecidas nesse espaço estão – em muito – aquém do que se espera de um espaço dito “de tratamento”, foi possível ser tocada por pequenas faíscas, saídas da repetição, *detalhes*. O horror que era estar naquele lugar – observando de perto as precárias condições materiais, o descaso com alguns internos, a massificação, a violação de direitos em várias dimensões – era em alguns momentos atravessado por essas saídas.

Fui *capturada* pelas paredes decoradas de um cubículo (cela individual) com receitas de prescrição de medicamentos e

com recortes de fotos de revista de uma mesma atriz de TV (tão linda, tão elegante, de sobrenome tão pomposo, jamais se imaginaria ali), assim como pelas roupas “customizadas” (naquele tempo ainda não se utilizava uniforme nessa instituição) criadas por um dos internos, pelas paredes pintadas com giz de cera, pelo prazer e astúcia de um dos internos em comer no banheiro da instituição mangas roubadas da cozinha – “*eu se lambuzo todo*”, disse-me ele – e, ainda, por um passar de enceradeira (uma das tarefas dos internos responsáveis pela limpeza) pelos corredores longos do HCTP como se uma dança fosse. Pirlampos.

Talvez a centelha acesa em mim por Almerindo tenha me deixado mais atenta ao que a mim chegaram como saídas, escapes, potências, brechas, como modos de existir, de resistir, de criar, dentro da rotina tão opressora, uniformizadora e fastidiosa de um HCTP. Talvez eu tenha precisado fazer-me capaz de perceber *luzinhas* – resistentes, nem sempre evidentes – no meu transitar pela *escuridão* (material e subjetiva) das galerias do HCTP e pelos saberes e poderes que uma instituição como essa carrega consigo. Brilha-e-apaga. *Sobrevivência*.

Os internos de HCTPs costumam ser considerados (e identificados) apenas como loucos e criminosos (e perigosos!). Por serem considerados como “do mesmo”, ficam fadados a permanecerem passivamente na esteira do idêntico e a reiterarem os atributos dados à loucura e à criminalidade. Pouco há de espaço para que algo mais se possa dizer sobre eles – ou, e principalmente, para que eles possam dizer de si. A pesquisa que aqui se apresenta foi traçada a partir da possibilidade de saída do idêntico, da identidade forjada. Crença na potência, em espaços de singularização, na singularidade que *golpeia*. E por aqui talvez tenha seguido minha tese que aposta na abertura ao *outro* que nos atravessa e irrompe como singularidade e como potência. A potência do singular e o singular da potência. O singular e a potência atravessando o HCTP e o denominado *louco infrator*.

Singularizações onde não parece haver espaço para enunciar-se, para ser outro, para dizer-se outro. “[É] a ambição do texto da mesmidade que tenta alcançar o outro, capturar o outro, domesticar o outro, dar-lhe voz para que diga sempre o mesmo [...]” (SKLIAR, 2003b, p. 46). Assim, a perspectiva que aqui se apresenta é a de compartilhar a leitura que fiz/faço de possíveis saídas da esteira do idêntico, da identidade do *louco infrator*, da “mesmificação” (não consegui encontrar uma palavra que



existisse) da condição do *louco infrator* em meio a um ambiente tão redutor e hostil<sup>6</sup>. Algum respiro.

Apostou-se em uma alteridade, na acolhida ao que difere, ao que desloca, ao que (me) pareceu escapar. Apostou-se na potência e no singular e na potência associada ao singular. Potência para o respiro em meio ao suposto idêntico. Ao que (me) *pareceu olhar diretamente para mim, punctum*, a singularidade “exposta” (lida, vista, ouvida) como tal, em uma tentativa de abertura absoluta ao *outro* – hóspede e hospedeira.

Pois o amor não se dirige jamais a esta ou aquela propriedade do amado (ser-loiro, pequeno, terno, coxo), mas tampouco prescinde dela em nome da insípida generalidade (o amor universal): ele quer a coisa com todos os seus predicados, o seu ser tal qual é. Ele deseja o qual somente é tal – este é o seu particular fetichismo (AGAMBEN, 2013, p. 11).

Por força de lei, com lastro em diagnósticos psiquiátricos e em sentenças judiciais, estão essas pessoas (em sua maioria, homens) agrupadas no conjunto de *loucos infratores*, como se o nome desse agrupamento inventado pudesse dar conta de cada um, de cada história, de cada (con)texto. “Seria qualquer categoria grande o suficiente para abarcar os diferentes tipos de pessoas que inclui?” (SCOTT, 2005, p. 13). É a crença em uma noção de identidade, de mesmidade, que sustenta a existência de lugares como os HCTPs.

Skliar (2003b) ao falar sobre contextos escolares, em especial sobre a questão das pessoas com deficiências, vai falar desse outro que não tem lugar – esse outro que é uma provocação aos pressupostos modernos em sua alteridade radical e cria a “necessidade” da produção do outro (um objeto a ser produzido, um outro como diferença). Tais pontuações em muito se assemelham às questões que concernem aos HCTPs:

---

<sup>6</sup>Em seu convite a Derrida, em falas sobre a hospitalidade, a psicanalista e filósofa Anne Dufourmantelle (2003) traz em nota que, em latim, temos a mesma palavra para hóspede e hostil (inimigo): *hostis*.

[...] o tempo da modernidade e o tempo de escolarização insistem em ser, como decalques, temporalidades que só desejam a ordem, que teimam em classificar, em produzir mesmices homogêneas, íntegras, sem fissuras, a salvo de toda contaminação do outro [...] (SKLIAR, 2003b, p. 45).

E aqui, as fissuras interessam.

As políticas públicas e institucionais, de maneira geral, alicerçam-se em uma noção de conjunto, um conjunto de pessoas entendidas como iguais. Essas pessoas, esses grupos, são tomados como idênticos – como se se repetissem de forma idêntica em suas configurações subjetivas, ou em suas infrações e em suas insanidades. Essa costuma ser a leitura (seja das áreas *psi* ou do direito) que se torna oficial, hegemônica. Há a crença em uma suposta identidade, mesmidade – comumente reiterada por instituições como os HCTPs –, referente a teorias que entendem a constituição subjetiva como ancorada exclusivamente ou preferencialmente no idêntico.

Sou contrária à manutenção de espaços como os hospitais de custódia. Minha posição sobre as arbitrariedades constitutivas e mantenedoras de espaços como esses está marcada em trabalhos acadêmicos anteriores (artigos, capítulo de livro, monografia e dissertação de mestrado) e segue aqui, como fio que acompanha toda a tentativa de costura do trabalho que agora se apresenta. Mas, para além das problematizações acerca dos saberes e poderes que ainda garantem que HCTPs sigam existindo nos moldes em que funcionam, mais me interessava desta vez abrir espaço para poder pensar as potências, as possibilidades de singularizações dos internos em tais instituições.

As perguntas que orientam este trabalho visam a problematizar a potência e o singular considerando, em especial, o HCTP e a vida de alguns de seus internos nesse espaço. Entendo a potência e a singularidade como processos inerentes à realidade e à constituição subjetiva. Pareceu-me interessante tomar o HCTP como espaço de referência – espaço tão à margem das discussões e das intervenções até mesmo entre aqueles que se ocupam de temáticas como saúde mental ou direito penal. Que possibilidades de singularizações existem em um lugar como esse? Que potências as paredes de um HCTP podem abrigar e/ou

possibilitar e/ou reprimir? Como a singularidade e a potência operam na vida do denominado *louco infrator*?

Dentro do ordinariamente posto, interessava-me o extraordinário, o inesperado, o que *ferre*, o que *causa espanto* e parece indicar uma possibilidade de singularização.

[Na] gestão do próximo, fica sempre um resíduo; no outro se esconde uma alteridade ingovernável, de ameaça, explosiva. Aquilo que tem sido normalizado pode acordar em qualquer momento (SKLIAR, 2003b, p. 41).

Fica a aposta na faísca.

O interesse desta pesquisa está em compreender os (con)textos singulares que envolvem as (con)figurações subjetivas, ações, histórias, construídas por internos de HCTP e que apontem para as potências. O desejo aqui é de trazer à discussão o que a mim pareceu ser um escape ao contínuo, ao idêntico, no trajeto de vida de alguns internos em suas vivências naquela instituição. Houve uma aposta na possibilidade de – ao transitar por esse espaço e observar os (con)textos criados, bem como, ao conversar e entrevistar alguns internos – ser capturada por cenas diferenciadas, por possibilidades de singularização, de criação, de respiro, *apesar de tudo*.

De forma específica, pretendeu-se investigar a singularidade e a potência, considerando sua emergência em (con)textos do HCTP e da vida de internos dessa instituição. Para tanto, a emergência do descontínuo, do acontecimento, do que difere e desestabiliza as certezas identitárias e as verdades, serviu de bússola. Conforme posto, a aposta da tese é na acolhida de produções de alguns internos no HCTP visitado, na acolhida desses acontecimentos – *tênue deslocamento*, séries regulares e distintas que se abrem ao descontínuo (FOUCAULT, 1999a). Acolhimento esse que envolve a alteridade, o acolhimento do que difere – entendido como possibilidade de potencializar o singular.

Observar, acolher e problematizar as diferentes brechas criadas, as possibilidades de saída da continuidade, encontradas por pessoas internadas, por força de lei, em um HCTP. O que ainda é possível a uma pessoa que vive em um HCTP como não adesão à repetição, à identidade que lhe é atribuída? O que é

possível produzir como descontínuo, como singular, como potência?

Desde a alta Idade Média, o louco é aquele cujo discurso não pode circular como o dos outros: pode ocorrer que sua palavra seja considerada nula e não seja acolhida, não tendo verdade nem importância, não podendo testemunhar na justiça, não podendo autenticar um ato ou um contrato[...] (FOUCAULT, 1999a, p. 10).

A vida do *louco infrator* em HCTPs – dia após dia – é mapeada, programada, monitorada por um poder disciplinar e biopolítico que o arranja, compreende-o como massa, como um grupo identitário de iguais, de idênticos: doentes, loucos, criminosos, bandidos, perigosos. Que singularizações e potências lhes são (ainda) possíveis?

\*\*\*

O próximo capítulo, *Esteira*, apresenta algumas noções de linearidade que alimentam o pensamento moderno, norteadas por pressupostos como causalidade, repetição e fixações identitárias – que tanto marcam e aprisionam (com suas produções de verdades) pessoas como os internos de HCTP. Ainda nesse capítulo, no subcapítulo *O que escapa*, começa-se a esboçar algumas possibilidades de leituras para além do que fornecem os discursos que acabaram por ganhar hegemonia. Na sequência (parece que é mesmo muito difícil sair da esteira), em *Olhares e lugares*, onde são apresentadas breves contextualizações históricas, traçaram-se alguns pontos de referência para pensarmos a construção e a manutenção da figura do *louco infrator*, essa figura incluída pela exclusão, ainda *Sem lugar* (título de um subcapítulo). *Possibilidades* vai falar sobre noções de descontínuo e de potência (trabalhada em um subcapítulo, de mesmo nome, à parte). Possibilidades de se pensar para além da ideia de continuidade e da potência somente como movimento.

A aposta de leitura dos (con)textos (a)colhidos, tramados durante os meus quatorze meses de visitas a um HCTP, é apresentada no capítulo *Caminhos*, que explicita as estratégias de

produção de conhecimento. Capítulo esse que antecede (ó a tentativa de linearização aí outra vez!) *Visitas*, onde são apresentadas passagens e conversas com os internos de um HCTP. O trabalho de mergulho realizado com o material recolhido, criado, tecido, a partir de meu contato com os internos, com os funcionários, nas visitas e participações em diversas atividades da instituição aparece (des)organizado em blocos de temas: *Potência de não, Marca e arquivo, Violências, Comida e Celebrações* (que apresenta a subdivisão *E ainda*). Por fim, há uma tentativa de fechamento, de algumas amarrações neste tecido (fios e buracos), à guisa de conclusão, ainda que toda conclusão seja sempre uma ficção, um fixação – tentativa fantasiosa de dar conta, de fechar o que sempre segue, desloca-se, escapa. Tarefa impossível e necessária aqui.

Em *O jogo da amarelinha*, o escritor Julio Cortázar propõe um livro (*que é muitos livros*) que o leitor é convidado a ler linearmente, capítulo a capítulo apresentado; porém, também sugere certa ordem de leitura, que pula capítulos, vai e volta – criando-se uma dança, com o próximo passo sugerido ao final da leitura de cada capítulo. Mas que também pode ser lido como desejar o leitor, abrindo páginas ao acaso ou por alguma razão particular e seguir a leitura de modo muito próprio, singular. Eu adoraria sugerir que os capítulos do texto que aqui se apresenta pudessem ser lidos da maneira que melhor (a)parecesse a cada leitor, mas como boa filha da academia que sou e atravessada ainda por tantos pressupostos *logocentros*, ficaria acanhada com tamanha ousadia e pretensão. Mas, enfim, este trabalho fala de resistências, de potências (de ser e de não ser), de brechas, de saídas: transgressões são bem-vindas. ; )



## 2 ESTEIRA

Quando eu era criança, minha avó levou-me à cadeia da cidade onde morávamos para levarmos livros aos presos porque, segundo ela, *devia ser muito triste viver ali*. Não tenho lembrança do trajeto de um quarteirão e meio das nossas casas até a delegacia, mas lembro-me com perfeição (abstraindo-se aqui as armadilhas da memória) da imagem à qual sempre recorro (talvez em um exercício de eleger a cena mítica que talvez explicasse meu interesse pelas populações carcerárias): um infundável corredor de celas, com vários braços e mãos escapando por entre as grades. Um contínuo. Celas lado a lado. Um trilho de celas e braços que iam até o fim de onde meus olhos de cinco anos podiam alcançar. De quem eram aquelas mãos tão indiferenciadas em meio àquela sequência de tantas outras “iguais”?

Repetição. A visão infantil talvez tivesse sido afetada pela repetição, pela “multiplicação das mãos”, como se uma mão se repetisse na outra e, conseqüentemente, como se uma pessoa remetesse a outra. Essa leitura parece afinada com os saberes que criam, mantêm e dão legitimidade a instituições como as prisões (de “tratamento” ou de punição), que revelam a predominância de uma concepção acerca de tanto uma identidade que se estabiliza em cada interno, quanto de identidades que remetem a outras e se prolongam na continuidade e na sequência de discursos e de práticas.

Em *O si-mesmo como outro*, Paul Ricoeur apresenta dez estudos que trazem reflexões sobre o sujeito. Em dois desses estudos, o quinto e o sexto, ele aborda a questão da identidade de forma mais direta. O autor vai falar do equívoco que se comete em relação ao termo “idêntico”. Para isso, ele dissocia dois dos significados de identidade do latim: *idem* e *ipse*.

A identidade, no sentido de *idem* [...] apresenta uma hierarquia de significados [...] cujo grau mais elevado constitui a *permanência no tempo*; a ele se opõe o diferente, no sentido de mutável, variável. Nossa tese constante será a de que a identidade no sentido de *ipse* não implica nenhuma asserção referente ao pretense núcleo não mutável da personalidade (RICOEUR, 2014, p. XIII).

O pensador francês passa a considerar identidade-*idem* como sinônimo de *mesmidade* e identidade-*ipse* como *ipseidade*. A mesmidade pressupõe substancialização, descrição – está ligada a uma identidade social, a uma relação. A ipseidade é o que difere, o homem como existência – existência singular. O autor vai falar em um confronto entre identidade como mesmidade – um conceito de relação, e identidade como ipseidade, que é individual, única.

É a noção de identidade-mesmidade que norteia o tratamento dispensado ao chamado *louco infrator*. “*Eu não sou louco, minha cabeça tá bem boa... vim pra cá por causa do juiz, por causa de um fuminho na praça lá*”, falou um dos internos em uma das reuniões, tentando descolar-se da chancela de “louco”. Tentava diferenciar-se (em vão, acredito) dos demais. A lógica da mesmidade não reconhece o singular, a alteridade do outro que difere. Essa lógica trabalha com a concepção de que a repetição opera única e exclusivamente com a reprodução do idêntico, do mesmo. A repetição pode operar a produção do que difere (DERRIDA, 2001b, 2008a).

Lembrei-me de Arthur<sup>7</sup>, que me disse: “*Não converso com ninguém aqui. Não conheço eles, nem quero conhecer.*”, falando sobre seus colegas de hospital. O mesmo Arthur que parecia tão alheio a tudo que eu falava, mas que ao ouvir – durante minha leitura do termo de consentimento para a entrevista – a expressão “louco infrator” falou de imediato: “*Eu não sou louco, não.*”, como se me dissesse “não me tome pelos outros”.

A concepção predominante nas teorias psicológicas e psiquiátricas sobre o considerado louco é de que ele está paralisado, congelado, em seus movimentos de afecção e de constituição subjetiva.

Torna-se explícita a regra e o governo do *é isto*, *é aquilo*, umas das fórmulas mais reconhecidas de prática da existência moderna. Uma fórmula que consiste em classificar a partir de atos de inclusão e de exclusão (SKLIAR, 2003a, p. 54).

---

<sup>7</sup> Nome fictício de um dos internos de HCTP entrevistados para minha pesquisa de mestrado (2012).



A experiência singular de enlouquecer (bem como as possíveis motivações que poderiam levar uma pessoa a cometer um crime) é universalizada, massificada e explicada por discursos amparados na concepção hegemônica observada em diversas áreas do conhecimento acerca da história e do sujeito, com base na ideia de contínuo, de linearidade e de identidade. O pensamento moderno, amparado pela metafísica da presença, pressupõe linearidade, continuidade, causalidade. Há o pressuposto da identidade, da repetição, em um extremo elogio ao universal que solapa o singular. Na modernidade, tempo que investe em precisão e certeza, afirma-se a mesmidade: identidades fixadas (SKLIAR, 2003b).

As noções de contínuo e de linearidade, que norteiam a tradição do conhecimento ocidental e sustentam o pensamento moderno e a história tradicional, são problematizadas por autores relacionados ao chamado *pós-estruturalismo*.

O pensamento pós-estruturalista desenvolveu uma série de diferentes métodos e abordagens como, por exemplo, a arqueologia, a genealogia, a desconstrução, cada um dos quais funciona de acordo com sua própria lógica, mas, considerados em seu conjunto, eles tendem a enfatizar as noções de diferença, de determinação local, de rupturas ou descontinuidades históricas, de serialização, de repetição [...] (PETERS, 2008, p. 37).

Há, em autores como Michel Foucault e Jacques Derrida, uma crítica a uma concepção de história e de tempo que não contempla rupturas e descontinuidades, que busca um sentido único, causalidades e a descoberta de verdades. Esses pensadores propõem leituras que operam com a não linearidade, com a abertura ao inesperado.

Meu trabalho de leitura não tem essa forma (quando tento decifrar um texto, não me pergunto constantemente se terminarei por responder *sim* ou *não* de maneira indiferenciada, como se faz na França em

épocas determinadas da história e, em geral, aos domingos) (DERRIDA, 2001b, p. 59).

Não aceitarei os conjuntos que a história me propõe a não ser para os interrogar acto contínuo; para os desenredar e saber se se poderá legitimamente recompô-los; para saber se não será necessário reconstituir outros; para os ressituar num espaço mais geral que, dissipando a sua familiaridade aparente, permita fazer a sua teoria (FOUCAULT, 2005, p. 55).

No tocante à figura do chamado *louco infrator*, melhor dizendo, o conjunto (dado como legítimo) dos *loucos infratores*, fica a todo tempo evidente esse processo de aluimento do singular. Os laudos psiquiátricos costumam basear-se em uma análise pontual (não processual) das condições de entendimento do infrator supostamente louco, e são escritos com base em critérios diagnósticos estatísticos. Perde-se já aí um sujeito, uma história, uma singularidade: ganha-se um número (um código diagnóstico, um número de processo, um artigo ferido do Código Penal). Ao considerar o infrator inimputável e interná-lo em um HCTP após sentença judicial, o juiz, respaldado pelo Código Penal brasileiro, fez cumprir a lei. Sem brechas (embora elas existam inclusive nas leis). Esses procedimentos reduzem significativamente as possibilidades de expressão do então *louco infrator*. Nem “pagar pelo crime” ele pode, uma vez que é considerado inocente, inimputável. Não pode cumprir pena, mas deve cumprir a medida de segurança determinada. “*A gente não se livra nunca disso aqui*”, disse-me Manuel, durante uma conversa privada. “*Não tem jeito.*”

Diante de sua condição de inimputável, aquele que supostamente não pôde entender o caráter ilícito de seu ato, ao cumprir medida de segurança em um HCTP (sendo contido, ainda que absolvido, por infrações que cometeu), o *louco infrator* passa a ser outro, uma *alteridade anormal*. Cria-se um saber sobre esse outro, esse outro que “foi e ainda é pensado, percebido e sentido como uma espécie de mente obscura e selvagem, [...], um tipo de linguagem de ausências, arritmias e sem-sentidos” (SKLIAR, 2003a, p. 152), e mais, outro que encarna “nosso mais absoluto temor à incompletude, à incongruência, à ambivalência, à

desordem, à imperfeição, ao inominável, ao dantesco” (SKLIAR, 2003a, p. 152). “*As pessoas sempre ficam com medo, a gente tem um diferencial... ninguém entende... quem que vai querer a gente perto?*”, disse-me Manuel durante nossa conversa.

O *louco infrator* talvez seja a figura em nossa organização social que mais denuncie nossa procura por mesmidade, nossa necessidade de fixação de identidades, nossa crença na supremacia da razão. Os discursos dominantes conduzem ao pensamento de que se conseguirmos mantê-lo, mantê-los (não são todos o mesmo?), à parte, em um conjunto afastado dos demais, estaremos a salvo.

O bem-comum, abstração construída acima das singularidades iminentes, sobrecodificando-as a partir do bom-senso e do senso-comum, é o que garante o status de legalidade às práticas que revertem os limites da legalidade. Posto que é pelo bem-comum que certas necessidades, certas urgências, despontam como justificativas do senso-comum através do bom-senso, em prol do bem-geral (FONSECA et al., 2008, p. 35).

Como se a loucura fosse contagiosa, e a “loucura criminosa” ainda mais perigosa – melhor manter-se a distância daquilo que *ninguém entende*. Eles não são um de nós, tampouco seremos nós um deles. De longe, separados pelo muro (físico e discursivo), estaremos a salvo de nosso temor em relação ao *escuro da desrazão*. “*Aqui [no HCTP] é outra história.*”, como me disse Manuel.

\*\*\*

Para Agamben (2013, p. 17), “[a] antinomia entre o individual e o universal tem sua origem na linguagem.” A palavra árvore denomina todas as árvores enquanto supõe o significado universal no lugar das singulares árvores indescritíveis, transformando as singularidades em membros de uma classe. É a significação linguística que na lógica moderna define a teoria dos conjuntos. “A compreensão em um todo *M* dos distintos objetos singulares *m* não é outra coisa que o nome.” (AGAMBEN, 2013, p. 17).

*Louco infrator*, paciente (como são chamados os internos do HCTP onde essa pesquisa foi realizada), um nome que supostamente daria conta de qualificar, de explicar, de descrever cada uma das pessoas consideradas inimputáveis e que cumprem medida de segurança. Essas pessoas são compreendidas em um conjunto, agrupadas por uma propriedade comum: terem cometido uma infração penal e terem sido consideradas incapazes de entender a ilicitude de tal ato. Um nome que em sua produção abandona, desconsidera, todas as muitas possibilidades de existência, de danças, de (re)criações, de respiros dessas pessoas, para além da identidade em que são forçosamente colocadas.

São os discursos hegemônicos, apoiados em códigos que visam a uma universalização, uma reunião de supostos idênticos, que geram laudos psiquiátricos e sentenças judiciais que irão determinar o destino daquele que em sofrimento psíquico cometeu um ato ilícito: na maioria dos casos, a internação compulsória em um HCTP (em cumprimento à medida de segurança). A figura do *louco infrator* recebe a chancela da loucura, da inimputabilidade e da periculosidade, sendo assim desqualificada a sua condição de cidadania e de sujeito racional e ético. Desse modo, deixa-nos a salvo (a sociedade pretensamente sã e pacífica), assegurando que o caos, a desordem e a confusão não produzam

o rompimento e a ruína de todos aqueles projetos de modernidade com os quais o homem ocidental quis construir um mundo ordenado à sua imagem e semelhança, à medida de seu saber, de seu poder e de sua vontade, por meio de sua expansão racionalizadora, civilizadora e colonizadora (SKLIAR, 2003, p. 49).

Vale destacar aqui que direito e justiça não são equivalentes, como pontua Jacques Derrida em *Força de Lei* (2007). O direito depende de cálculo e a justiça, por sua vez, é incalculável, “uma experiência do impossível” (DERRIDA, 2007, p. 30), levando-nos ao caminho da aporia. Quando uma lei é aplicada, uma regra é posta em prática, pode-se dizer que o direito foi respeitado, mas não se pode afirmar necessariamente que tal ato foi justo.

Para ser justa, a decisão de um juiz, por exemplo, deve não apenas seguir uma regra de direito ou uma lei geral, mas deve assumi-la, aprová-la, confirmar seu valor, por um ato de interpretação reinstaurador, como se a lei não existisse anteriormente, como se o juiz a inventasse ele mesmo em cada caso.

[...]

Em suma, para que uma decisão seja justa e responsável, é preciso que, em seu momento próprio, se houver um, ela seja ao mesmo tempo regrada e sem regra, conservadora da lei e suficientemente destruidora ou suspensiva da lei para dever reinventá-la em cada caso, re-justificá-la, reinventá-la pelo menos na reafirmação nova e livre de seu princípio (DERRIDA, 2007, p. 44).

Na impossibilidade patente de julgar caso a caso, na impossibilidade de (re)inventar-se a lei, não podemos dizer que uma decisão foi justa, podemos apenas afirmar, quando tanto, que ela está em conformidade com as regras – que foi legal. “*É justo isso?*”, perguntou-me Mario sobre o fato de uns internos poderem frequentar o CAPS – Centro de Atenção Psicossocial, e outros, não, e sobre as saídas concedidas a alguns para ficar com a família durante as festas de fim de ano e outras datas festivas.

Citando Immanuel Kant, Derrida (2007) afirma *não há direito sem força*. O direito é sempre uma força autorizada, uma força justificada – ainda que possa ser julgada como injustificável. Para que uma lei seja aplicada, há a necessidade do uso da força – direta ou indireta –, e Derrida ressalta ainda que não há lei sem aplicabilidade. E a aplicação da lei exige força: a força julgada legítima pelo princípio do direito. Força essa que também pode ser entendida como uma forma de violência (que julgamos injusta), problematiza Derrida. Ele traz a palavra alemã *Gewalt* para falar da impossibilidade de um “lugar confortável” quando discutimos a aplicação da lei. *Gewalt*, habitualmente traduzida para o francês e o inglês como “violência”, significa também, na língua alemã, “poder legítimo, autoridade, força pública”. Violência e autoridade (justificada) estão juntas em *Gewalt*.

Violência e autoridade por vezes conduzem a *estados de exceção*, conceito trabalhado por Giorgio Agamben, inspirado na obra de Michel Foucault, e também na de pensadores como Hannah Arendt, Carl Schmitt e Walter Benjamin:

A exceção é uma espécie de exclusão. Ela é um caso singular, que é excluído da norma geral. Mas o que caracteriza propriamente a exceção é que aquilo que é excluído não está, por causa disto, absolutamente fora de relação com a norma; ao contrário, esta se mantém com aquela na forma da suspensão. *A norma se aplica à exceção desaplicando-se, retirando-se desta.* O estado de exceção não é, portanto, o caos que precede a ordem, mas a situação que resulta da sua suspensão. Neste sentido, a exceção é verdadeiramente, segundo o étimo, *capturada fora (ex-capere)* e não simplesmente excluída (AGAMBEN, 2007a, p. 25).

Paradoxalmente, em *estados de exceção* o ordenamento jurídico-político cria uma situação em que o próprio ordenamento perde validade. Dessa forma, em casos excepcionais, o soberano pode deixar de lado os direitos e garantias fundamentais para aplicar a lei que julgar mais adequada em virtude da necessidade.

A questão correta sobre os horrores cometidos nos campos não é, portanto, aquela que pergunta hipocritamente como foi possível cometer delitos tão atrozes para com seres humanos; mais honesto e sobretudo mais útil seria indagar atentamente quais procedimentos jurídicos e quais dispositivos políticos permitiram que seres humanos fossem tão integralmente privados de seus direitos e de suas prerrogativas [...] (AGAMBEN, 2007a, p. 178).

O que Agamben (2007a) escreveu sobre os campos nazistas de concentração e de extermínio, considerado por ele o modelo de espaço político contemporâneo, balizado pela dinâmica do *estado de exceção*, está associado à *vida nua*, outro conceito

que o autor trabalha. O homem assume o caráter de *homo sacer* – de vida matável e insacrificável. Matável porque pode ser morta sem que seja considerado homicídio e insacrificável porque tal morte não se constitui um sacrifício – não seria um *rito sacrificial*. Seria a *vida nua* – que nada vale – que daria constituição aos estados modernos, estados de exceção, estruturas de bando. Se o estado moderno é um estado de exceção, o soberano tem o poder de usar a morte para gerir a vida. A vida do súdito deixa de ser uma vida política (biopolítica), repleta de direitos, para, em virtude da exceção, ser uma *vida nua*, desprovida deles. “A vida nua tem, na política ocidental, este singular privilégio de ser aquilo sobre cuja exclusão se funda a cidade dos homens.” (AGAMBEN, 2007a, p. 15).

Para discutir as práticas de exceção atuais, Fonseca et al. (2008) trazem a organização dos manicômios brasileiros para apontar como a vida biopolítica foi sendo capturada pelas tramas da lei – resultando em uma *vida nua*. Assim como nos campos de concentração, essas instituições disciplinares trabalham com estratégias biopolíticas que visam a um “bem maior” – deixar a sociedade em segurança, longe do *contágio*, em um movimento radical de anulação da diferença.

No caso específico da loucura, além do medo para com a diferença mesma e seu contágio pestilento, moral e biológico, vemos, na justificativa das práticas de exceção, para além da garantia do bem geral, a busca do bem particular do insano. Trata-se de protegê-lo de si, alienando-o dos direitos perante os demais e para si (FONSECA et al., 2008, p. 36).

Podemos pensar na vida do interno do HCTP – louco e, *ainda*, criminoso –, essa *vida nua*, incluída no ordenamento por sua exclusão. Ao ser “condenado” a uma “prisão especial”, em alguma medida, o *louco infrator* passa a ser administrado por um *estado de exceção*, pelas práticas de exceção da modernidade. Por ser um sujeito da desrazão, não pode responder por seus atos, de forma que perde direito à punição, à pena. Deixa de “pagar” pela infração cometida. Passa a ser regido por outras regras, nem sempre claras. *Incluído através da sua própria exclusão.*

“Esquecido aqui se fica... não consigo nem um telefonema. Estou aqui vagando, va-gan-do, va-gan-do, um fantasma. Ninguém me escuta, ninguém me dá ouvidos. Um nada, um coisa nenhuma”, falou-me João sobre sua situação dentro do HCTP. *Vagando, fantasma*, as palavras de João em sua autodescrição lembraram-me a figura do *muçulmano*, outra expressão trabalhada por Agamben, que veremos mais adiante neste texto.

\*\*\*

Joan Scott em seu texto *O enigma da igualdade* (2005) vai propor uma discussão sobre os conceitos de igualdade e diferença, e de identidades individuais e de grupo. Essa autora dedica-se a essa discussão no campo dos estudos de gênero, mas algumas pontuações cabem (e são importantes) para as problematizações que procuro estabelecer neste trabalho.

Scott inicia falando de uma das primeiras feministas, Olympe de Gouges, que escreveu sobre os direitos da mulher durante a Revolução Francesa. Em certo momento, em meio a propostas de reformas políticas e sociais e de críticas aos seus contemporâneos, Gouges fala, sagazmente, que ela pode ser “condenada” por ser “uma mulher que somente tem paradoxos a oferecer e não problemas fáceis de serem resolvidos” (GOUGES apud SCOTT, 2005, p. 11). E Scott arrisca-se em suas palavras a essa mesma *condenação* e vai dizer:

De fato, meu argumento será o de que não existem soluções simples para as questões, debatidas calorosamente, da igualdade e da diferença, dos direitos individuais e das identidades de grupo; de que posicioná-los como conceitos opostos significa perder o ponto de suas interconexões. Pelo contrário, reconhecer e manter uma tensão necessária entre igualdade e diferença, entre direitos individuais e identidades grupais, é o que possibilita encontrarmos resultados melhores e mais democráticos (SCOTT, 2005, p. 12).

Na convivência, ainda que acanhada, com os internos do HCTP (imagino que com outros grupos identitários ocorram fenômenos semelhantes), a dança entre supostos polos mostrava-



se presente, necessária até. Iguais, sim, no sentido de que supostamente teriam os mesmos direitos, estariam em alguma medida amparados pela Constituição brasileira, seguindo o Código Penal, e sob a égide dos direitos e deveres apregoados pelo departamento de administração penitenciária, e também das normas internas do próprio HCTP. Nas assembleias, por exemplo, todos tinham o *direito* de falar. *Cada um* na sua vez, *direito iguais*, como se costuma dizer em ocasiões como essa. Inúmeras vezes ouvi: “*Todos terão o direito de falar, cada um na sua vez, por ordem.*” Iguais. Mas há também o *cada um* – onde reside a diferença. Cada um é um, é outro. Diferentes.

Loucos, infratores, perigosos, doentes, são algumas das atribuições conferidas ao grupo de cerca de quatro mil pessoas dos internos (moradores, pacientes) dos hospitais de custódia brasileiros.

Porque se multiplicam suas identidades a partir de unidades já conhecidas; se repetem exageradamente os nomes já pronunciados; são autorizados, respeitados, aceitos e tolerados apenas uns poucos fragmentos de sua alma (SKLIAR, 2003b, p. 39).

Ser identificado como *louco infrator* (ou paciente judiciário) traz que prerrogativas a essas pessoas? Ser tomado como um suposto idêntico – não são todos o mesmo?! – dá conta de cada história, de cada vulnerabilidade, de cada sofrimento psíquico, de cada infração cometida?

Nesses anos todos de estudos e apontamentos sobre o tema, ainda tenho bastante dificuldade [desconforto] em encontrar um nome para “identificar” o grupo de pessoas internadas em HCTPs. Muito antes de uma questão de dificuldade de reduzir *cada um* a uma identidade de grupo e cancelar com um nome, é o desconforto de não saber que nome usar. Que nome daria mais conta (se é que fosse possível)? Como não cair em um eufemismo ou em uma redução que pudesse ratificar ainda mais as “propriedades” atribuídas a essas pessoas? [Por que preciso de um nome, afinal?]

Em um estudo bibliográfico que fiz sobre o tema em 2009<sup>8</sup>, encontrei nos artigos pesquisados inúmeras nomenclaturas distintas (supostamente distintas, talvez melhor dizendo) para falar dos inimputáveis que estão cumprindo medida de segurança em um HCTP: *louco infrator, louco criminoso, doente mental criminoso, preso-paciente, doente mental que comete um crime, louco delinquente, doente mental que praticou um ato delituoso, doente mental criminoso, louco que comete crime, alienado criminoso, criminoso-louco, doente mental delinquente, paciente mental que comete delito, internado sob custódia judicial, internado por medida de segurança, doente mental que venha a praticar crime, portador de transtornos que tenha cometido crime, inimputável que cometeu um fato descrito pela lei como típico, louco que passe ao ato, homicida anormal, pessoa portadora de distúrbios mentais que cometeu algum delito, psicótico-infrator, pessoa com transtorno mental autora de delito, portador de doença mental e declarado legalmente inimputável, sujeito que cumpre medida de segurança, sujeito considerado legalmente inimputável, interno que cumpria medida de segurança – para falar dos nomes que tentam contemplar os dois aspectos que tanto marcam essa população (a loucura e o crime). Também foram encontradas expressões que geralmente estão relacionadas a tratamento: *paciente, enfermo, doente mental, internado, interno/paciente*; assim como se observou o uso de expressões relacionadas somente ao universo jurídico-penal: *agente inimputável, periciando, acusado, condenado, apenado, periciado*.*

No estudo censitário realizado em 2011 nos estabelecimentos de custódia e tratamento no país foram encontradas descrições que variam de unidade para unidade, em alguns lugares relacionadas à questão penal, em outros, à questão psiquiátrica.

[...] há uma diversidade de subgrupos nos estabelecimentos. Eles podem ser descritos pela classificação processual-penal: como indivíduos internados para cumprimento de medida de segurança, indivíduos internados para laudo pericial, indivíduos internados

---

<sup>8</sup> Trabalho de conclusão de curso: *Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico: estudo exploratório sobre o “pior do pior”* (2009).

transferidos de presídios, indivíduos internados em situação temporária, indivíduos internados por conversão de pena. Ou podem ser identificados pela classificação psiquiátrica que fundamenta o caráter de inimputabilidade pelos atos infracionais: indivíduos com epilepsia, esquizofrenia, retardo mental, transtornos afetivos uni ou bipolares, transtornos de personalidade, transtornos da preferência sexual, transtornos mentais devidos ao uso de álcool e outras drogas e transtornos mentais orgânicos, além daqueles sem classificação. Entre a lei e a psiquiatria é que os indivíduos transitam: são internados, vão e voltam, recebem alta ou desaparecem (DINIZ, 2013, p. 14).

*Com certo incômodo (o que me requer aqui neste texto o uso da grafia sempre em itálico) sigo utilizando a expressão louco infrator – adotada em alguns trechos deste trabalho. Também neste texto, referindo-me aos loucos infratores que vivem no HCTP onde estive, escrevo internos. Estão de fato, e por direito (por mais perversa que tal afirmação possa parecer), internados – o que serve tanto para aprisionados como para hospitalizados. Dentro do HCTP onde realizei a pesquisa, os internos são chamados de pacientes. Aquele lugar me lembra tão pouco um hospital ou qualquer outra unidade de saúde, e paciente me parece uma palavra tão distante da potência que tentei (a)colher por lá que não caberia aqui. Sigo com internos.*

*Louco infrator é utilizado com bastante frequência em textos científicos recentes na área da saúde mental e é utilizado também em textos e cartilhas de programas interessantes como o PAI-PJ (Programa de Atenção Integral ao Paciente Judiciário, de Minas Gerais) e o PAILI (Programa de Atendimento Integral ao Louco Infrator). Nos textos estudados para minha pesquisa (2009), essa expressão aparece pela primeira vez em um artigo de Pedro Gabriel Delgado, *Reforma psiquiátrica e cidadania: o debate do legislativo*, de 1992. E gosto de uma história que ouvi certa vez...*

Ao tentar descobrir a origem (se é que fosse possível) da expressão, *louco infrator*, contaram-me que em um evento de saúde mental, durante assembleias sobre a questão dos HCTPs, os *loucos infratores* lá presentes iniciaram uma discussão sobre a

questão do nome, de como gostariam de ser chamados. Acabaram por acolher essa expressão: *sim, somos loucos e sim, cometemos uma infração*. Se de fato ocorreu tal assembleia, não sei. Algo meio Chicó, personagem de Ariano Suassuna (2014, p. 107) em *O auto da compadecida* (2014): “Não sei, só sei que foi assim.” Gosto de pensar que em algum momento, alguns internos de HCTP, supostamente representando (não há muito como fugir da representação) um grupo, elegeram para si tal expressão. Voltamos para a dança entre realidade e ficção.

Segue aqui a tentativa de exercício *derridiano*, sem assumir uma posição de “realidade” ou de “ficção”. Tentativa de

desconstruir tal posição, no sentido de apontar como há elementos ficcionais na construção dos discursos que se pretendem realistas, por um lado, e mostrar, por outro lado, a radicalidade filosófica de discursos que não pretendem reproduzir essa postura e, por isso, são chamados de ficcionais (HADDOCK-LOBO, 2013, p. 28).

Talvez seja esse um dos movimentos deste trabalho, um duplo movimento, apropriando-me de Haddock-Lobo (2013): de desconstrução do real e de afirmação da potência do ficcional.

Retornando mais precisamente ao texto de Scott (2005), onde e como reconhecer grupos identitários? O que os identifica? O que os diferencia? Lembro-me de João dizendo “*são doentes, loucos...uns coitados*”, referindo-se (e diferenciando-se) dos outros internos do HCTP, vestindo seu uniforme laranja. E Vinicius disse-me: “*Aqui é tipo meio tudo irmão...é o que tem...o que sobrou*”. E teve um interno que disse, em uma reunião, não poder sair do HCTP quando “chegasse a sua vez”: “*E os outros que também querem ir? Eu não posso ir*”. Vão todos ou não vai ninguém. Identificação com o grupo, seja por laços de afinidade, de amizade – como Murilo que sentia falta de um interno que havia ido embora (“*É como um irmão pra mim*”), por necessidade, por solidariedade ou por força de lei.

Grupos ou indivíduos?, pergunta Scott (2005), para discorrer como essa escolha tem se dado na contemporaneidade: ou se assume “um lado” ou o “outro lado”. Ou se vê o indivíduo – não as características atribuídas a ele como membro de um grupo

(e só assim a igualdade de direitos poderá ser conquistada), ou se trabalha com a noção de grupo – o indivíduo só será tratado com justiça se o grupo ao qual supostamente ele pertence também for. A autora é contrária a esse posicionamento, seu argumento é de que “indivíduos e grupos, que igualdade e diferença, não são opostos, mas conceitos interdependentes que estão necessariamente em tensão” (SCOTT, 2005, p. 14). E essa tensão, de acordo com a autora, resolve-se “de formas historicamente específicas” (SCOTT, 2005, p. 14).

A igualdade é um princípio absoluto e uma prática historicamente contingente. Não é a ausência ou a eliminação da diferença, mas sim o reconhecimento da diferença e a decisão de ignorá-la ou de levá-la em consideração (SCOTT, 2005, p. 15).

Após essa afirmação, a autora faz um passeio histórico pela questão da igualdade a partir da Revolução Francesa: quando a igualdade foi anunciada como direito de todos (levando-se em consideração participação política e representação legal). Mas mesmo ali já havia ressalvas: a cidadania, inicialmente, era garantida somente aos que possuíam propriedades e era negada às mulheres e aos escravos. Nem tão iguais.

A partir do século XVIII, na parte ocidental do planeta, o conceito de igualdade tem se referido a direitos. Igualdade de direitos. Nem sempre alcançada. Desde que surgiu como bandeira na Revolução Francesa até os dias atuais, grupos seguem sem acesso à igualdade. E igual (relacionado historicamente às leis e aos direitos) não é idêntico. Há o que escapa. E há a diferença, as diferenças.

Mas para a implementação de ações afirmativas, faz-se necessário a reificação da identidade de grupo. (SCOTT, 2005, p. 23). Paradoxos.

A ficção do indivíduo abstrato, desencorporado é uma grande virtude da teoria democrática liberal; foi feita para garantir a igualdade completa perante a lei. Na sociedade, entretanto, os indivíduos não são iguais: sua desigualdade repousa em diferenças presumidas entre eles, diferenças

que não são singularmente individualizadas, mas tomadas como sendo categóricas. A identidade de grupo é resultado dessas distinções categóricas atribuídas [...]. Atribuições a identidades de grupo tornaram difícil a alguns indivíduos receber tratamento igual, mesmo perante a lei, porque a sua presumida pertença a um grupo faz com que não sejam percebidos como indivíduos (SCOTT, 2005, p. 23).

As reivindicações dos internos ganham alguma força quando feitas conjuntamente, nas assembleias que acontecem semanalmente no HCTP visitado, o que parece conferir alguma vantagem em ser visto como uma “categoria”. No CAPS, há a identificação do grupo “do hospital” – não sei que implicações esse fato acarreta aos internos que frequentam o serviço substitutivo (embora, a eles, seja apenas complementar) à internação manicomial. E dentro do hospital, há os “pacientes em tratamento” (não estariam todos?!), que têm circulação mais restrita por terem vindo de unidades prisionais não manicomiais (em tese, são mais perigosos). Aproxima-afasta. Qual o preço (ou o bônus) de pertencer a um grupo?

O indivíduo somente terá garantida sua igualdade, a possibilidade de inclusão, se atender aos padrões que ganharam hegemonia: homem, branco, heterossexual, cognoscente, produtor, sadio. O diferente é aquele que se distancia do padrão normativo. O que dizer daquele que é pobre, louco, criminoso, perigoso, e está sob a tutela do Estado em um HCTP? Tomado como idêntico (a massa do mesmo, uma das cenas que me capturaram no documentário de Débora Diniz), sem direito nem a ser considerado igual (diante da lei, ao ser considerado inimputável, fica “menos igual”). *“Para sair daqui tem que suar... tem que ter sorte. Tem que pedir a Deus. E orar para não ter que voltar”*, fala de Mario.

Assim como o direito, em geral, a psiquiatria e a psicologia também adotam o pressuposto moderno da constituição psíquica como sobreposta à questão da constituição do sujeito: adotam o pressuposto do universal e abandonam o singular. A maioria dos estudos em psicologia e em psiquiatria adotam teorias acerca da constituição subjetiva que idealizam a razão e defendem o

pressuposto de que a razão controla os afetos e as paixões: há a crença em um sujeito universal, cognoscente e racional.

A psicologia, área de conhecimento vinculada a esta pesquisa, historicamente tem se colocado como ponto de apoio a mecanismos de controle e fixação dos sujeitos (RAUTER, 2003). No tocante ao seu encontro com o direito, a psicologia vem atuando a serviço do conhecimento jurídico reforçando “um conhecimento dogmatizado, burocratizado, elitizado, excludor, prepotente e autoritário” (VERANI, 1995, p. 14).

Forças como as do direito e das áreas *psi* têm, comumente, colocado o interno dos HCTPs em um lugar estanque – louco e infrator. Seu ato ilícito é explicado tão somente por uma psicopatologia identificada por um médico perito: causa e efeito. Por conta de seu não entendimento do ato cometido, referendado pelo laudo psiquiátrico aceito pelo juiz de direito, o então inimputável é “absolvido” de tal ato; porém, sofrerá uma medida de segurança – internação em um HCTP.

Punido, ainda que inocentado, por outros atos “contra a lei” que possa a vir a cometer. Traça-se uma linha causal. Uma psicopatologia que determina um caráter perigoso que precisa ser controlado, medicado, retirado de circulação, evitando novos danos à sociedade. Esse sujeito, agora cumprindo medida de segurança em um HCTP, nada mais é que “mais um”. Mais um processo. Mais um prontuário. Mais um *perigoso* sob controle. Mais um em meio a tantos. Quase quatro mil no Brasil.

Ao entrar em uma *instituição total*, o sujeito despe-se daquilo que configura sua singularidade, despe-se de sua aparência usual (GOFFMAN, 2005). Já acostumada a ver os internos em seu uniforme laranja, não reconheci Murilo, um dos entrevistados para esta pesquisa, quando o encontrei em outro espaço, com outra roupa. Em sua entrada em um HCTP, o chamado *louco infrator* encontra-se entre o modelo jurídico-punitivo e o modelo psiquiátrico-terapêutico, dentro de uma instituição designada ao tratamento e à contenção (CARRARA, 1998), que ignora sua singularidade. O hospital de custódia, onde seus internos são chamados de pacientes, é administrado pelo sistema penitenciário. Mais da metade dos profissionais que trabalham nos hospitais de custódia brasileiros são agentes de segurança (CPF, 2015). Nesse terreno movediço, ambíguo, confuso, entre saúde e segurança pública, é que vive o *louco infrator*.

Os discursos oficiais da psiquiatria e do direito, em sua maioria, garantem a cidadania e a condição humana ao sujeito da razão e da ética – dentro de pressupostos modernos que compõem o perfil desse sujeito e visam à manutenção de relações de hierarquia e de poder. Esses discursos operam como o discurso liberal moderno que promete uma série de direitos aos cidadãos, como os direitos humanos, por exemplo; porém, cumprem apenas parcialmente essas promessas (e jamais poderiam dar conta das singularidades). Com a adoção, em 1948, da Declaração Universal dos Direitos Humanos, a Organização das Nações Unidas – ONU vai apregoar a garantia de direitos básicos *universais*.

Tal prescrição baseia-se em uma realidade geral e uma idéia geral de justiça, não se atendo de forma plástica aos contextos problemáticos e suas singularidades. Reproduz, assim, de certo modo, a ação do bom-senso e seu juízo fundado sobre o senso-comum (FONSECA et al., 2008, p. 41).

Discursos/poderes que têm hegemonia no pensamento moderno tratam de minar as possibilidades de o singular emergir. Agrupam como se fossem o mesmo, em uma espécie de operação matemática, criam conjuntos, conjuntos de supostos iguais e idênticos. Traçam uma linha, criam uma série, trabalham com a ideia de causalidade e de continuidade. Parece não haver escapes. Na esteira de áreas do conhecimento como a psiquiatria e o direito, cria-se um “produto”, sustentado pela noção de periculosidade, por uma leitura de causa e efeito, por um solapamento do singular: a figura do *louco infrator*, perigoso e incapaz.

Num primeiro momento, a desconstrução visa a inverter a hierarquia dos conceitos, procurando pensar o segundo termo como principal e originário. Na relação entre causa e efeito, por exemplo, este é tradicionalmente entendido como secundário e derivado daquela. Mas, em nossa experiência, primeiramente constatamos a manifestação do efeito, para então remontarmos a suas



causas. Assim concebido, o efeito é que deveria ser tido como originário, pois é por causa dele que um fenômeno pode ser concebido como causa. Em outras palavras, numa perspectiva desconstrucionista, o efeito é entendido como a causa de sua própria causa (VASCONCELOS, 2003, p. 75).

\*\*\*

Em um breve folhear de dicionário (HOUAISS et al., 2001), no rol das significações para a palavra “idêntico”, a primeira definição que aparece é “que nada difere de outro ou de outros”, assim como vemos também “imutável, inalterável” (HOUAISS et al., 2001, p. 1565). No dicionário de sinônimos (HOUAISS et al., 2003) lá está idêntico também como “igual” e como “inalterado” (HOUAISS et al., 2001. p. 361). É possível pensarmos em quase quatro mil pessoas, população aproximada dos HCTPs brasileiros, como idênticas?

Ainda em uma espécie de *flanar* por definições de dicionário, vamos encontrar em um de psicologia (DORON; PAROT, 2002), no verbete “identidade”, a teoria, atribuída a Leibniz, da indiscernibilidade dos idênticos – que vai dizer que a identidade qualitativa dos objetos somente tem função pragmática, em relação ao que se pretende fazer com eles. Um exame físico ou químico já faria aparecerem diferenças entre os supostos idênticos.

A noção de identidade traz consigo o problema da (in)distinguíbilidade, traz uma questão: como posso distinguir um objeto de outros objetos similares? – há a busca por um princípio de individualidade “que permita-nos saber porque podemos conceber um determinado objeto como sendo *um determinado objeto* [...]” (SCHINAIDER; KRAUSE, 2014, p. 119) Esses autores, em um artigo (2014) que vai abordar conceitos da química, vão trabalhar os conceitos de identidade falando já na introdução que o conceito de identidade dos compostos químicos entra em conflito com o mesmo conceito na lógica ou na matemática clássica. “[N]unca há, na natureza, dois seres que sejam perfeitamente idênticos e nos quais não seja possível encontrar uma diferença interna, ou fundada em uma denominação intrínseca.” (LEIBNIZ apud SCHINAIDER; KRAUSE, 2014, p. 119)

Adotando-se essa metafísica, pode-se dizer que um indivíduo – *pessoas, cadeiras, mesas* – é uma unidade (é um) que apresenta (pelo menos em princípio) distinções em relação a outros indivíduos – mesmo que aparentemente similares, e possui uma identidade.

Se não há duas gotas de água ou dois ovos idênticos, nem mesmo duas canetas, como pensar em pessoas que se repetiriam identicamente? Como terapêuticas que se ancoram em pressupostos como identidade podem, de fato, auxiliar tantos diferentes? A noção de conjunto, de um conjunto de idênticos, é a que parece ser adotada para falar (representar) dos quase quatro mil internos de HCTPs brasileiros: condenados, embora inocentados; sob um duplo estigma (doente mental e criminoso), como se nada mais pudesse ser dito sobre eles, sobre esse conjunto forjado por força de lei (os inimputáveis que cumprem medida de segurança, ou os que estão em HCTP internados temporariamente para tratamento) e por saberes e poderes constituídos no pensamento moderno. Forja-se uma homogeneidade, cria-se um conjunto. Cria-se uma sucessão, uma continuidade, uma linha, uma identidade-mesmidade.

Todos os expedientes que criam e sustentam a necessidade de existência de HCTPs e a figura do chamado *louco infrator* parecem se pautar em uma linearidade, como se fosse possível uma pré-determinação, uma predição. Dessa forma, é possível se justificar que o médico especialista, o “conselheiro da punição”, ao dizer sobre a periculosidade do infrator, através do laudo psiquiátrico, conceda aos expedientes punitivos poder sobre as infrações e sobre as pessoas: quem são, o que fizeram e o que podem vir a fazer (FOUCAULT, 2002). Um dos internos que entrevistei para a pesquisa de mestrado contou-me que uma vez, ao ter seu laudo de cessação de periculosidade negado, foi questionar o médico psiquiatra responsável pelo laudo: “*O que aconteceu? Não fiz nada*” e ouviu do médico: “*Já aconteceu contigo no passado, tal*”. Uma vez *perigoso* sempre *perigoso*.

O lastro para a aplicação do direito penal deixa de ser a punição de um crime pretérito – do qual o agente, obviamente, não tem culpa, pois cometeu dominado por forças acima e além de uma hipotética *vontade* que o positivismo nem crê que exista. Passa a ser

a prevenção de crimes futuros e inevitáveis, a serem cometidos por esse sujeito irremediavelmente mau contra os demais sujeitos irremediavelmente bons, a quem compete proteger para zelar pela evolução adequada da sociedade (JACOBINA, 2008, p. 85).

*“Aconteceu contigo no passado”*, disse-lhe o médico. O tempo não modifica a identidade-mesmidade. E costuma ser ela que encaminha os procedimentos dentro de hospitais de custódia.

Tempo é um fator de dessemelhança, de afastamento e de diferença. Nesse caso, atrapalha a determinação da identidade como mesmidade. O tempo pressupõe mudança. Nesse caso como identificar o mesmo ao longo do tempo se o próprio tempo muda os caracteres de reconhecimento? (SILVA, 2008, p. 104).

\*\*\*

Como já visto, para pensar alguns conceitos que utilizo ao longo deste texto, tento compreendê-los também e a partir de seu sentido mais geral, talvez no que se costume chamar “senso comum”. Partii inicialmente em um passeio por dicionários. Também com *linear*. Lá está *linear* como sinônimo de “contínuo”, “sequencial”; em oposição a “cortado, fragmentado, fragmentário, interrupto, partido” (HOUAISS et al., 2003, p. 417). Ou ainda, *linear* como “relativo a linha (traço contínuo)”, “que segue a direção de uma linha”, “[...] cujos elementos ou cujos termos se sucedem à maneira de linha”; ou ainda, dentro da matemática, “que envolve medição em uma única dimensão” (HOUAISS et al., 2001, p. 1761).

De pronto, a definição relacionada a conceitos matemáticos souu-me muito pertinente para descrever os discursos e expedientes envolvidos na manutenção de espaços como HCTP: *medição em uma única dimensão*. Adotando a linha como modelo de pensamento, há sempre uma ideia de um antes e um depois, de relações de causalidade e de continuidade. O pensamento moderno nos faz crer que todo efeito advém de uma causa.

Ao observar um amontoado de homens, usando a mesma cor de roupa – que os uniformiza, que os agrupa, que os iguala – com seus números de identificação pintados, no pátio (que é cercado por paredes) do HCTP, vejo uma massa, vejo “os pacientes”, como se fossem “mais do mesmo”. Ao passar pelo corredor, que tem de cada lado um dos pátios do HCTP, muitas vezes nem virei a cabeça para o outro lado: *a visão seria a mesma*. Quando o fazia, geralmente tinha a sensação de ver um amontoado de homens gemendo em uníssono. Tal como a visão de infância ao visitar a cadeia, é como se um fosse o outro, continuasse no outro.

Linha pressupõe continuidade, aquilo que é, recorrendo outra vez ao dicionário (HOUAISS et al., 2003, p. 168), “constante, continuado, incessante, ininterrupto, seguido, sucessivo”. Sem brechas, sem pausas. Contínuo: “não dividido na extensão”, “não interrompido dentro de um tempo estipulado”, “que se prolonga sem remissões até atingir o seu fim”, “que se repete a intervalos breves e regulares; seguido, sucessivo”, “que perdura sem interrupção; constante”, “que tem continuidade ou coerência, que não apresenta lapsos ou falhas”, nos apresenta o dicionário (HOUAISS et al., 2001, p. 818) como as primeiras definições do termo.

O aprisionamento e a relegação do *louco infrator*, a leitura massificada e em um único sentido que se faz da subjetividade dos internos de HCTP, a uma primeira vista, poderiam ser descritos por essas definições de *contínuo* encontradas no dicionário. *Prolonga-se sem remissões até atingir o seu fim*. A crença no contínuo desconsidera interrupções, brechas, fissuras, saídas da mesmidade – movimentos singulares.

Recorrendo a Derrida, nome tão importante na feita deste texto, localizamos o trabalho de desconstrução que ele realiza em reação à linha – apontando a supremacia da linha em sua estreita relação com o conhecimento no denominado mundo ocidental. A linha relaciona-se com a série, o contínuo, a fronteira, a identidade, dentre diversos conceitos centrais no conhecimento ocidental.

O conceito de história, de história do sentido, vai falar Derrida (2001b), desenvolveu-se linearmente – em linha reta ou circular, e esse modelo linear, ainda que seja “apenas um modelo particular”, vem sendo conservado como “o modelo” dentro do pensamento ocidental moderno. A história sempre foi associada a um “esquema linear do desenrolamento da presença, quer sua

linha relacione a presença final à presença originária segundo a reta ou segundo o círculo” (DERRIDA, 2008a, p. 106).

A leitura linear da história pressupõe também relação de causalidade, e esse entendimento é muito presente nos saberes norteadores das questões que dizem respeito aos internos de HCTP. Conhece-se um, conhecem-se todos. A doença justificaria o crime, o crime justificaria a medida de segurança, e assim se segue. Ainda que não haja “evidências científicas na literatura internacional que sustentem a periculosidade de um indivíduo como uma condição vinculada à classificação psiquiátrica para o sofrimento mental” (DINIZ, 2013, p. 15). Costumeiramente atribuída ao louco, mais ainda ao *louco infrator*, a periculosidade, conceito movediço, que dança entre os saberes psiquiátricos e penais, segue como uma forma de poder e controle sobre aqueles que vivem nos hospitais de custódia. Pouco sobra para além da busca de relações de causalidade e de mesmidade, de identidades fixadas e pretensamente iguais. Sem espaço para brechas, para aberturas, para cortes. Alinham-se todos.

A linha – a marca da fronteira, do dentro e do fora – é um pressuposto que atravessa a filosofia ocidental e sustenta as áreas do conhecimento, da matemática até a filosofia. Essa (de)limitação nas concepções de espaço (dentro e fora) e de tempo (linear, contínuo) desenha a concepção de história e de subjetividade da modernidade. Derrida (2001b) relaciona a linha ao conceito de história, ao conceito metafísico de história, e vai além:

[o] caráter metafísico do conceito de história não está ligado apenas à linearidade mas a todo um *sistema* de implicações (teleologia, escatologia, acumulação relevante e interiorizante do sentido, um certo tipo de tradicionalidade, um certo conceito de continuidade, de verdade etc) (DERRIDA, 2001b, p. 64).

Nossa organização social – e todas as implicações disso – costuma se dar dentro de um pressuposto de universal; somos atravessados por pressupostos do pensamento moderno, não há a possibilidade de uma ruptura radical com tudo que está posto e que, dessa forma, constitui-nos e nós constituímos. Mas é

necessária a possibilidade de problematização de conceitos, de assunção de dúvidas, de deslocamentos, da emergência de novas configurações.

Os cortes se reinscrevem sempre, fatalmente, em um tecido antigo que é preciso continuar a desfazer, interminavelmente. Essa interminabilidade não é acidente ou uma contingência; ela é essencial, sistemática e teórica. Isso não elimina, de forma alguma, a necessidade e a importância relativa de certos cortes, da aparição ou da definição de novas estruturas (DERRIDA, 2001b, p. 30).

Paulo pareceu ter sentido pena de mim ao me ouvir falar sobre a pesquisa e sobre meu trabalho de psicóloga. *“Ui, deve ser uma trabalhadora.”*, disse-me ele. *“É muita complicação pra cabeça.”*, seguiu. Posso apostar que achou sua vida bem melhor que a minha. E eu ali, geralmente consumida por uma piedade (quase acintosa às vezes) por aqueles homens. Paulo, que tinha suas estratégias *para não pirar no hospital*, parecia temer que eu não tivesse as minhas. Solidário, a certa altura da conversa/entrevista, balançando a cabeça de forma afirmativa, disse-me: *“Vai dar tudo certo”* [Oxalá, Paulo!].

\*\*\*

Skliar (2003b) vai falar, para os contextos escolares, de uma “pedagogia do acontecimento”, que podemos pensar também para o exercício que aqui se propõe. Ele sugere uma

pedagogia descontínua, que provoque o pensamento, que retire do espaço e do tempo todo saber já disponível; que obrigue a recomeçar do zero, que faça da mesmidade um pensamento insuficiente para dizer, sentir, compreender aquilo que tenha acontecido; que emudeça a mesmidade (SKLIAR, 2003b, p. 46).

Como pensar na ipseidade, em uma existência singular, em uma *pedagogia do acontecimento*, num espaço – prisional e

manicomial – onde as pessoas usam uniforme e parecem sempre ter uma mesma história (de negligências, desamparos e estigmas)? Em lugar onde parece haver muitos *saberes já disponíveis*, o que ainda é possível construir como saber?

Há aqui a aposta em desfeituas de tramas tão bem amarradas, em buracos na tessitura. Há aqui a aposta em abertura, em desvelamento, em outra possibilidade de leitura para além de uma classificação, do forjamento de uma massificação, de uma compreensão linear de subjetividades e de possibilidades várias – com todas as suas descontinuidades, criações, cortes e *histórias deslocadas*. Para que eu pudesse ver para além de minhas já muito amarradas leituras sobre espaços como os HCTPs, crendo em meu próprio deslocamento, apostei que a minha rotina de idas a um hospital de custódia – assembleias, grupos, andanças, escritos – pudesse ser *ferida* por singularidades.

Singularidades. Nos dicionários podemos encontrar vários sentidos para “singular”: característico, diferente, especial, estranho, individual, notável (HOUAISS et al., 2003). Ou ainda, aquilo/aquele “que vale por si só; significativo, característico”, “que causa surpresa; surpreendente, espantoso” (HOUAISS et al., 2001, p. 2580). “Notável”, que bela palavra – aquilo que é digno de nota. *Que causa surpresa*. Existem várias concepções e apropriações do conceito de “singular” em diferentes áreas do conhecimento. Em um dicionário de filosofia (MORA, 2001), “singular” sugere aquilo que “se refere a um único objeto” (MORA, 2001, p. 2697), em contraponto à proposição particular que se refere a alguns sujeitos ou à proposição universal que se refere a todos os sujeitos de uma mesma classe.

Cada saída de casa minha para ir ao HCTP – tarefa nada confortável ou prazerosa, talvez, só fosse possível, em alguma medida, na crença de que eu estava indo ao encontro de algo *único*, singular. Indiferente a tentativas de pertencimento, de relação por “propriedades comuns” (loucos, infratores, pobres, perigosos etc.): “o ser tal que, de todo modo, importa” (AGAMBEN, 2013, p. 10).

Para definir o contemporâneo, Agamben (2009) aponta a relação entre tempo e singularidade. Definir o singular implica, entre outros aspectos, problematizar a concepção de tempo. A contemporaneidade é uma singular relação com o tempo – que

adere a ele e dele toma distância –, há uma dissociação e um anacronismo.

Pertencer verdadeiramente ao seu tempo, é verdadeiramente contemporâneo, aquele que não coincide perfeitamente com este, nem está adequado às suas pretensões e é, portanto, nesse sentido, inatual; mas, exatamente por isso, exatamente através desse deslocamento e desse anacronismo, ele é capaz, mais que os outros, de perceber e apreender o seu tempo (AGAMBEN, 2009, p. 58).

Podemos pensar em singularidades – que não têm como fugir de seu tempo (ninguém pode fazê-lo!), mas que dele também se afastam. O HCTP me parece um bom lugar para tentar deixar-se *capturar* (foi essa a minha tentativa) por criações, por *brilhos* daqueles que, em alguma medida, pouco parecem estar *adequados às pretensões* de seu tempo (marcado pelo modo de produção capitalista, visando a produtividades, adesões, consumo e desejo), ainda que muito a esse tempo sirvam: como uma espécie de “referência ao contrário”, como alvo dos saberes e poderes hegemônicos.

Singularidade que é potência/possibilidade, que habita o limbo, sem origem ou destino. Singularidade enquanto *singularidade qualquer*: que pode a própria impotência. Singularidade nua.

Qualquer é a figura da singularidade pura. A singularidade qualquer não tem identidade, não é determinada relativamente a um conceito, mas também não é simplesmente indeterminada; ela é, antes, determinada somente através da sua relação com uma ideia, isto é, com a totalidade das suas possibilidades (AGAMBEN, 2013, p. 63).

Internos de um HCTP: há um pertencimento ao todo, mas sem que esse pertencimento possa representá-los de fato. O *Qualquer*. Com sua singularidade desvinculada da escolha “entre a inefabilidade do indivíduo e a inteligibilidade do universal.”



(AGAMBEN, 2013, p. 63) Recuperado para seu próprio pertencimento. “*Porque eu sou um louco bom da cabeça*”, confessou-me Mario, durante a entrevista.

*Singularidade qualquer.* Minhas andanças por um hospital de custódia (com seu cheiro perturbador, umidade de suar os ossos, barulhos e vozes tão “de lá” – que encobrem e denunciam todos os discursos que por lá circulam ou que para lá convergem) reforçaram o que eu já intuía nas primeiras leituras teóricas sobre os hospitais de custódia: *não é lugar para ninguém*. Mas estar lá, *apesar de tudo*, permitiu meu espanto: o esperado (por motivos óbvios, pelas constatações contundentes das violências tantas que um lugar daquele abriga) – e o inesperado, da ordem do unimaginável, para além de supostas representações. Houve uma aposta em que, em minha leitura, algo pudesse escapar, escapar-me, dizer de uma beleza, de uma poesia até – onde eu (somos sempre autorreferentes, presumo) já teria sucumbido. (Como sobreviver em um lugar como esse?) Ah, o espanto! Que ainda haja lugar para o *espanto*, para a *surpresa*.

## 2.1 O QUE ESCAPA

*O que causa surpresa.* Passando pelo corredor entre os pátios, em meio à profusão de mãos e de solicitações pelas frestas das grades, um pedido tocou-me mais que os outros: “*libera meu Mirabel.*” *Potência do grito*, grito que (di)ferê. O pedido, tento traduzir, pede por biscoitos que a família provavelmente costuma trazer ao interno (ou que o interno pede para comprar com o dinheiro que arrecada trabalhando no HCTP ou enviado por seus familiares). Mas ele os pede pela marca que não existe mais, que nos idos de 1980 era sinônimo de biscoito tipo *waffer*. Identifico-me. “*Mirabel*” captura-me, lança-me de volta à infância. À minha, à dele não sei, a este alimento infantil de “fazer agrado”. “Sempre serei criança para muitas coisas”, diria Cortázar (2008, p. 34). *Em meu nome crescento*: Mirabel é infância.

Lugar da singularidade insubstituível e do referencial único, o *punctum* irradia e, isto é o que mais surpreende, se presta a metonímia. Assim, quando se deixa arrastar aos relevos substitutivos, pode invadir tudo: objetos e afetos. Este singular que não se encontra em

parte alguma *dentro* do campo, mobiliza tudo e por todas as partes, pluraliza (DERRIDA, 2008b, p. 316).

Em meio ao amontoado, ao *studium*, sou atingida: *punctum*. Sou atravessada por *aquilo que se quer em mim*. Mirabel, comida, infância, a vó, a visita à cadeia, o que *pode invadir tudo*. A tese que me acompanha.

Voltar ao HCTP depois de dois anos (distância cronológica entre uma pesquisa de campo e outra). O que (ainda) poderia (me) *acontecer*? Mais que uma tentativa de acolhida aos testemunhos (tarefa primeira na pesquisa anterior), agora, tentativa, aposta!, de ir além dos testemunhos “de dentro” (*superstes*), daquele que viveu algo e pode, assim, dar seu testemunho (AGAMBEN, 2008a). O testemunho e mais, o testemunho e o *resto*, o testemunho-*superstes* e também o testemunho-*testis*, “de fora”. Eu dando “minha versão dos fatos”, a leitura (a mim) possível. No *entre*, no encontro, à procura de *vaga-lumes* (que podem acender, mas também podem apagar), de vislumbres de singularizações – potentes, descontínuas. *Outras*. Aposta no que escapa, no que *acontece* – nos *acontecimentos*.

[...] o acontecimento não é nem substância nem acidente, nem qualidade, nem processo; o acontecimento não é da ordem dos corpos. Entretanto, ele não é imaterial; é sempre no âmbito da materialidade que ele se efetiva, que é efeito; ele possui seu lugar e consiste na relação; coexistência, dispersão, recorte, acumulação, seleção de objetos materiais; não é o ato nem a propriedade de um corpo; produz-se como efeito de e em uma dispersão material (FOUCAULT, 1999a, p. 57).

\*\*\*

Para além da concepção de doença, tão corriqueira no saber moderno, Francisco Martins nos mostra, em *Psicopatologia I: prolegômenos* (2005), que *pathos* também pode ser entendido como uma disposição afetiva fundamental, uma disposição (*Stimmung*) que atravessa todas as dimensões humanas. *Pathos* como o que nos faz sofrer (*páskhein*) é uma das

acepções possíveis e parece estar muito de acordo com tempos em que se desejam verdades e certezas. Esse parece ser o único sentido adotado e valorizado na modernidade e parece ter bastante aplicação na linha criada para separar saúde e doença. Enfim, essa leitura reducionista está a serviço do pensamento moderno, organizado em binarismos: normal/anormal, sujeito/objeto, ativo/passivo, razão/*pathos*, *pathos* aqui como um malogro, um desvio da razão.

O saber científico desqualifica o conhecimento cotidiano, suspeita das experiências vividas também produtoras de saberes. A concepção de universal, que desqualifica, que não considera o singular, pode ser problematizada, arejada, quando abrimos a leitura de *pathos* para outros sentidos para além da noção de doença. Nas trilhas abertas por Martins (2005), saímos da estrada reta que leva ao sentido de *pathos* somente como doença, e concebemos *pathos*

como condição anímico-existencial e aquilo que constitui estruturalmente o sujeito, seu modo de ser, momentâneo, duradouro ou permanente. Existir é viver, assim, uma forma de *pathos*. É realizar de fato o *pathos*, colocando-o não mais como disposição possível, mas como efetividade (MARTINS, 2005, p. 37).

Nas palavras do autor “[...] *pathos* está na essência mesma do ser humano e não só na excepcionalidade do adoecer” (MARTINS, 2005, p. 48). Ó a surpresa aí, o espanto com a abertura, com as frestas do conceito – *que diz de uma beleza, de uma poesia até*.

Heidegger debruçou-se sobre o sentido de *pathos*, segundo MARTINS (2005), entendendo-o como parte da dimensão filosófica do homem. Nas obras de Platão e Aristóteles, *pathos* aparece como espanto – o que fundamenta o filosofar, o ato ou efeito de espantar-se (*thaumázein*). É *pathético* aquilo que comove, que espanta, que afeta. O pensamento moderno organiza-se nas certezas, não mais no espanto.

Talvez aqui (se não sempre), a literatura me dê algum suporte. Pensemos *espanto* (filosófico) como a *excentricidade cortaziana*:

O homem do nosso tempo acredita facilmente que sua informação filosófica e histórica o salva do realismo ingênuo. [...] Cada vez que pensa metafisicamente se sente “mais triste e mais sábio”, porém sua admissão é momentânea e excepcional, ao passo que o contínuo da vida o instala por inteiro na aparência, concretizando-o em torno dele e vestindo-o de definições, funções e valores. Esse homem é um ingênuo realista mais do que um realista ingênuo. Basta observar seu comportamento diante do excepcional, do insólito; ou reduz a fenômeno estético ou poético (“era uma coisa realmente surreal”) ou desiste logo de indagar na entrevista proporcionada por um sonho, um ato falho, uma associação verbal ou causal fora do comum, uma coincidência perturbadora, qualquer das fraturas instantâneas do contínuo (CORTÁZAR, 2008, p. 35).

Gosto do *espanto*, das fraturas *no* contínuo. Gosto de quando lugares identitários são postos à prova, desafiados. E tratando-se de um manicômio (coisa que um HCTP também é), gosto de quando o sistema binário loucura/razão é, se não ampliado, ao menos sacudido.

Em certa ocasião no HCTP, *a porta que dá para o refeitório, onde reuniões e assembleias são realizadas, não estava fechando direito. Aberta, deixava o barulho de fora entrar e deixava que o sigilo acordado entre os participantes do grupo escapasse. Fechada não ficava, batia. Nenhum dos “normais” resolveu a situação, ora porta aberta, ora porta batendo – embora nos olhássemos irritados, meio sem saber o que fazer a cada batida de porta ou a cada interno que entrava e tentava fechá-la sem sucesso. Felizmente havia um “louco” entre nós, lógico e racional, que, em um movimento preciso, tirou seu chinelo e fez dele calço para porta, que ficou, finalmente, fechada e sem bater.*

*Surpreendente, espantoso.* Ao final de minha graduação em Psicologia, eu realizei uma pesquisa bibliográfica sobre os manicômios judiciários, *Hospital de custódia e tratamento psiquiátrico: estudo exploratório sobre “o pior do pior”* (2009). Os materiais estudados sobre essa instituição fizeram-me adotar

parte do título de uma antiga campanha do Conselho Federal de Psicologia, que chamava os manicômios judiciais de “*pior do pior*”: o *pior do hospício, da prisão, da violência, da exclusão*. Então, durante a pesquisa de mestrado, quando comecei a frequentar um HCTP, já esperava encontrar uma espécie de *casa dos mortos*. E assim o foi. Nesses poucos meses de circulação por esse espaço, era *surpreendente e espantoso* para mim não somente que pessoas vivessem naquelas condições de privações de várias ordens – materiais, físicas, afetivas – mas que, ainda assim, pudessem encontrar brechas, cortes, saídas. Espanto!

Em meio à massa, à tentativa de um agrupamento identitário universal, ao aniquilamento de singularidades, algo, por vezes, tomava-me, surpreendia-me, espantava-me: tal como a cela com fotos da atriz Guilhermina Guinle meticulosamente organizadas. (Por que Guilhermina? Como se ele não pudesse ter uma preferência. É só *mais um*, não poderia ser *qualquer* recorte de revista? Que diferença faria naquele *inferno*?)

As dificuldades todas, os trâmites todos para conseguir autorização para as duas pesquisas de campo que realizei dentro do HCTP, fizeram-me de imediato responder “não, não” quando, entre idas-e-vindas em busca da autorização, ouvi a pergunta (que era puramente retórica): “mas você não vai trabalhar com foto, né?”. Trabalhar com fotografias feitas no interior do hospital de custódia (feitas por mim ou pelos internos) não estava posto no meu horizonte inicial de possibilidades metodológicas, e diante da dificuldade em conseguir a autorização para realizar a pesquisa de campo (para o doutorado) junto com a pergunta-afirmação sobre o (não) uso de fotos, ainda menos se colocou como questão para mim para este trabalho. Mas quando vi o cubículo de um dos internos com boa parte das paredes (hoje já não lembro mais se as duas ou três a que minha visão tinha acesso vindo da janelinha na porta da cela) recobertas (decoradas?) com receitas médicas intercaladas com recortes de revista sempre da mesma atriz, senti falta do recurso fotográfico. Sinto agora: minha tentativa de descrição do que vi poderia ser auxiliada por tal registro.

A proposta para o trabalho que ora se apresenta era dar lugar para o espanto, para aquilo que me tomou de assalto, que me afetou, durante minhas idas a um HCTP. Que cela essa potente, singularmente potente!

Não se trata, bem entendido, nem da sucessão dos instantes do tempo, nem da pluralidade de posições e de funções possíveis. Tal descontinuidade golpeia e invalida as menores unidades tradicionalmente reconhecidas ou as mais facilmente contestadas: o instante e o sujeito. E, por debaixo deles, independentemente deles, é preciso conceber entre essas séries descontínuas relações que não são da ordem da sucessão (ou da simultaneidade) em uma (ou várias) consciência (FOUCAULT, 1999a, p. 58).

Interessava-me o escape, a tentativa de reconhecer o singular, o descontínuo, o detalhe, aquilo que *acontecia*. *Em meu nome*, aqui, tento contar (embora o dizer nunca dê conta) daquilo que foram (e ainda, sempre, ecoam) esses encontros.

\*\*\*

“Em meu nome, acrescentarei.”, escreveu Derrida (2008b, p. 275) em seu ensaio sobre Barthes, ao estudar a composição entre *punctum* e *studium* – par esse que aparentemente está em oposição. Mas há uma dança possível entre os termos. *Punctum*, lugar da singularidade. “Porém, é sempre a singularidade do outro, lugar que incide em mim sem dirigir-se a mim, sem que esteja presente em mim e o outro possa ser eu [...]” (DERRIDA, 2008b, p. 275). Possibilidade de habitar o *entre*. *O raio luminoso do possível*.

Ainda sobre as diversas compreensões encontradas para singularidade: na cosmologia, é “o ponto no qual nossos cálculos comuns fracassam porque certas quantidades físicas se tornam infinitas” (BLACKBURN, 1997, p. 362). Os *cálculos comuns* que encerram os internos dos HCTPs na periculosidade perene que lhes é atribuída, que o reduzem a seu ato infrator – como um dos internos que entrevistei, que muitos anos depois do crime cometido ainda tem como apelido o objeto que utilizou para matar um familiar –, não contemplam as infinitas possibilidades, potencialidades, que acompanham cada um de nós.

Fui *ferida*, pungida, em meio aos horrores-*studium*, pelas *saídas*, possíveis saídas. (E se as são, são para quem as fez ou

para quem as viu? Existe uma linha clara que divide um do outro?) *Studium* e *punctum*. O “fora do campo” compõe com o “sempre codificado”. O ponto cego do HCTP. Nas palavras de Derrida (2008b, p. 280): “Pertence-lhe sem pertencer-lhe, é impossível de ser localizado, não se inscreve jamais na objetividade homogênea de seu espaço enquadrado, porém, o habita, ou melhor, o assedia [...].”

Tocaram-me (*touchée!*) a confecção de um cartaz carinhoso para o dia dos professores, a arrumação esmerada das roupas na lavanderia, as decorações peculiares de algumas celas, um jeito único de encerar o chão, a teoria de que Marte é o céu (uma vez que o *inferno já é aqui*) posta em um livro ilustrado (cujo autor é analfabeto). Um dos internos criou para si uma peça de uniforme exclusiva: colete laranja. O número segue lá, estampado, como marca – mas algo escapa. Recebi e fui recebida por essas imagens – e pelo que escapava delas. Encontros. *Com*. “[U]ma hospitalidade inventada pela singularidade do que chega [...].” (DERRIDA, 2003, p. 75).

Formas muitas, criativas, singulares, descontínuas, possíveis – como Almerindo que não quer feijão – de ser único (ainda que atravessado por um universal que nos perpassa a todos), de sair da mesmidade. “*A gente tem que inventar moda [que ele não soube – ou não quis – me dizer qual] pra passar o tempo aqui, senão pira*”, disse-me Paulo, que está no HCTP “*há anos*” por ter sido considerado “pirado” (seu temor) e por ter “*roubado umas coisa*.” *Inventar moda*, escapar, sair da repetição, das normatizações, encontrar um jeito ainda possível de singularizar-se, de abertura ao descontínuo, de fazer marca, *de não pirar. Punctum*.





### 3 OLHARES E LUGARES

Reflexões sobre questões relacionadas aos direitos humanos durante e após a Segunda Guerra Mundial fomentaram a eclosão de movimentos que questionaram o saber médico-psiquiátrico, a hegemonia do saber médico sobre a *doença* e o hospital psiquiátrico – o manicômio –, grande reduto de atuação desse saber. O saber psiquiátrico e todos os seus expedientes passaram a ser contestados, mais fortemente, com o movimento da antipsiquiatria (Inglaterra) e da psiquiatria democrática (Itália) – que possibilitou a efetivação da reforma psiquiátrica italiana.

Em meio ao ideário dos movimentos de contracultura, nos anos de 1960, na Inglaterra, surgiu o movimento da antipsiquiatria, tendo como protagonistas médicos psiquiatras, com destaque para nomes como David Cooper e Ronald Laing. Esse grupo de profissionais passou a questionar os saberes e as práticas utilizados no trato com a chamada loucura, questionando fortemente o saber médico-psiquiátrico e o modelo teórico-prático utilizado até então. As problematizações e as propostas levantadas pela antipsiquiatria proporcionaram abertura a novos modelos de atenção e desestabilizaram a hegemonia do saber médico sobre a compreensão e o tratamento da loucura.

Na Itália, também na década de 1960, iniciou-se uma ruptura significativa com a psiquiatria clássica, com severas críticas ao saber médico-psiquiátrico. Essa movimentação iniciou-se com o médico psiquiatra italiano Franco Basaglia, ganhando força, nos anos 1970, com a psiquiatria democrática, movimento político que permitiu a denúncia civil de práticas institucionais violentas e alianças com sindicatos e outras associações, expandindo a reforma psiquiátrica para outros setores da sociedade.

Na cidade italiana de Gorizia, ainda na década de 1960, Basaglia iniciou um trabalho de humanização no hospital psiquiátrico local. A partir dessa experiência, abriram-se novas perspectivas e posicionamentos inovadores de rompimento com todo o modelo psiquiátrico vigente. Posteriormente, na cidade de Trieste, no início dos anos 1970, Basaglia percebeu a necessidade de superar o modelo de humanização institucional, com o propósito de investir numa prática que tem na comunidade e nas relações que ela estabelece com o louco (relações de trabalho, de amizade, de território), matéria-prima para a desarticulação “do

dispositivo psiquiátrico de tutela, exclusão e periculosidade, produzido e consumido pelo imaginário social” (AMARANTE, 1995, p. 48).

Segundo o pensamento de Basaglia, até então a psiquiatria havia colocado o sujeito entre parênteses para estudar a doença, como se ela existisse por si só, afastando-se do homem e de sua experiência concreta de dor e sofrimento. Contrária à psiquiatria tradicional, a proposta de Basaglia era colocar a doença em suspensão para que o homem – aquele que sofre – pudesse aparecer. O isolamento e a exclusão – característicos de instituições como os hospitais psiquiátricos – não serviam mais a esse homem que deixou de ser meramente reduzido a uma suposta doença. Um homem percebido em sua totalidade demandava espaços de lazer, de trabalho, de cuidados: espaços de relações (LANCETTI; AMARANTE, 2006).

Tendo Basaglia como protagonista, em 1971 iniciou-se na cidade italiana de Trieste um processo de fechamento dos hospitais psiquiátricos e de substituição dessas instituições por serviços sociais, assistenciais, culturais e políticos – como moradias para os ex-internos, associações de familiares, cooperativas de trabalho –, permitindo que o louco ocupasse o local onde as pessoas vivem e se relacionam: a cidade. A experiência em Trieste originou modificações em toda a Itália, culminando na Lei 180, de 1978, conhecida como Lei da Reforma Psiquiátrica Italiana ou Lei Basaglia, que determinou o fechamento de todos os manicômios em seu território e a criação de serviços substitutivos ao modelo asilar (LANCETTI; AMARANTE, 2006).

A psiquiatria, criticada em vários aspectos, passou a ser alvo de expressivas modificações. Contrários a uma psiquiatria que se pretendia definidora de saúde mental (BIRMAN; COSTA, 1994), os protagonistas da reforma italiana e da psiquiatria democrática elegeram como luta a criação de condições que possibilitassem a desmontagem dos manicômios a partir do seu interior, subvertendo sua lógica e seu funcionamento, em uma postura que visava à desativação gradual dos manicômios e à paralela construção de serviços territoriais substitutivos (BARROS, 1994).

As experiências italianas de fechamento de manicômios, assim como todo o pensamento de Franco Basaglia, na década de 1970, indicaram a outros países a possibilidade de discussão de novos modelos de atenção em saúde mental para além do tradicional modelo manicomial. Ainda no final daquela década,

discussões acerca do modelo de assistência psiquiátrica praticado começaram a ocorrer no Brasil, especialmente com críticas ao modelo hospitalocêntrico de assistência. A fundação, em 1987, do movimento antimanicomial e a promulgação da Constituição brasileira de 1988 geraram importantes debates e propostas de transformação dos modelos vigentes na atenção em saúde mental.

A partir dos anos 1990, no Brasil, o processo de redução de leitos psiquiátricos, assim como o processo de desinstitucionalização de pessoas com longo tempo de internação em hospitais psiquiátricos, tornou-se política pública, amparado pelo chamado movimento da reforma psiquiátrica – processo histórico, político e social que abarca transformações de práticas, saberes e valores envolvendo instituições, serviços e relações interpessoais. Gradativamente, sobretudo após a assinatura da Lei nº 10.216, que “dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental” (BRASIL, 2001), vêm sendo implantados programas e serviços como as residências terapêuticas, o Programa Volta para Casa, a instituição do auxílio-reabilitação psicossocial e a implementação de Centros de Atenção Psicossocial – importante dispositivo que tem como função primordial o acolhimento às pessoas em sofrimento psíquico, procurando manter e fortalecer os laços sociais dessas pessoas com seus familiares e a sociedade em geral (BRASIL, 2005).

As ações observadas no Brasil, no tocante à atenção à saúde mental e ao processo de desinstitucionalização fomentado pela assinatura da Lei nº 10.216, muito pouco têm chegado aos Hospitais de Custódia e Tratamento Psiquiátrico – HCTPs (conhecidos como manicômios judiciários – nomenclatura oficial até 1984, quando houve a reforma no Código Penal brasileiro). Essas instituições são destinadas ao abrigo dos chamados inimputáveis, pessoas consideradas incapazes de entender o caráter ilícito de seu ato devido à “perda da razão”. Diz o texto do Art. 26 da Lei nº 7.209, de julho de 1984:

É isento de pena o agente que, por doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o

caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento (BRASIL, 1984).

Após uma infração, sendo a incapacidade de entendimento do infrator atestada por um laudo psiquiátrico do médico perito, o juiz pode entendê-lo como inimputável e, em vez da pena (aplicada aos imputáveis – pessoas consideradas capazes de responder por seus atos), aplicará medida de segurança, que consiste na internação em HCTPs, levando em conta não a culpabilidade, como no caso dos imputáveis, mas a periculosidade, o possível retorno à prática de crime (PERES; NERY FILHO, 2002).

A medida de segurança passa a

ser um controle, não tanto sobre se o que fizeram os indivíduos está em conformidade ou não com a lei, mas ao nível do que podem fazer, do que estão sujeitos a fazer, do que estão na iminência de fazer (FOUCAULT, 1996, p. 85).

Todas as possibilidades de expressão do considerado louco são reduzidas a um comportamento agressivo e violento, e não lhe é ofertada a possibilidade de defesa, de elucidação de seu ato transgressor (BARROS, 1994), e a essa pessoa, em muitos casos, só resta como destino a internação compulsória em HCTP, por vezes por tempo indeterminado – chegando à prisão perpétua –, ferindo o princípio constitucional de que “todos são iguais perante a lei” (BRASIL, 1988, p. 15).

A crença na “periculosidade presumida” do *louco infrator*, expressa nos laudos psiquiátricos, tem ainda justificado a utilização do expediente da medida de segurança. A atribuição da periculosidade à figura do louco (em especial, o *louco infrator*) é que garante que tais violações e inconstitucionalidades ocorram.

Não há evidências científicas na literatura internacional que sustentem a periculosidade de um indivíduo como uma condição vinculada à classificação psiquiátrica para o sofrimento mental. Periculosidade é um dispositivo de poder e de controle dos

indivíduos, um conceito em permanente disputa entre os saberes penais e psiquiátricos (DINIZ, 2013, p. 15).

Na prática concreta do “sistema justiça-psiquiatria”, que modificações serão possíveis, para além da humanização, controle, racionalização? É possível retirar do Código Penal o artigo 26, da inimputabilidade? É possível extinguir de fato a presunção da periculosidade do louco infrator? Pode-se regulamentar norma que afirme a ilegalidade de periculosidade genérica? Pode-se fechar os manicômios judiciais (sem acabar por apenas substituí-los por anexos psiquiátricos nas penitenciárias?) Quanto aos direitos civis, é possível, útil e necessário, dar nova redação ao artigo 5º, para além de uma cosmetologia que apenas dore a expressão “loucos de todo o gênero”? (DELGADO, 1992, p. 221).

As questões postas em 1992 pelo médico Pedro Delgado (irmão do deputado Paulo Delgado, que entrou com o projeto de lei – em 1989 – que daria origem à Lei nº 10.216 em 2001) seguem com respostas muito semelhantes às que poderiam ter sido dadas à época.

Os hospitais de custódia continuam existindo (com raras exceções, como o caso de Belo Horizonte, com o PAI-PJ), e seguem sob gestão das secretarias de segurança pública e não das secretarias de saúde. Os internos, *loucos infratores*, seguem cumprindo medidas de segurança que ultrapassam o tempo de penas aplicadas aos imputáveis em delitos correspondentes. Novos trabalhos sobre essas instituições seguem noticiando o tratamento precário que é oferecido: “Pode-se inferir, pois, não se tratar de unidades de saúde, mas de contenção prisional onde se fornece uma ou outra droga medicamentosa” (CFP, 2015, p. 17).

Os escritos sobre os HCTPs, como os relatórios de visitas a essas instituições da Comissão de Direitos Humanos da Câmara de Deputados (2000) e da comissão do Conselho Federal de Psicologia – CFP e da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB (2004), revelam toda uma sorte de maus tratos e de violações de

direitos a que estão expostos os pacientes/detentos, como o uso de medicação para fins punitivos, salas destinadas a espancamentos, precariedade na higiene e cuidados básicos, além de casos de “prisão perpétua”.

O relatório apresentado em 2004 foi fruto de uma ação conjunta do CFP e da OAB, com a colaboração de suas sedes regionais, de outras entidades e de profissionais de outras áreas, que visitaram hospitais e clínicas psiquiátricas, e manicômios judiciários, em dezesseis estados brasileiros e no Distrito Federal. Os relatos de cada estado foram escritos por diferentes profissionais, com visões distintas sobre a questão manicomial, com disponibilidade e metodologia diferentes, o que poderia resultar em distinções bem marcadas entre os escritos de cada lugar, porém foram disponibilizadas falas muito semelhantes sobre o que estava ocorrendo à época nessas instituições.

O que poderemos confirmar, neste relatório, não obstante, é a revelação de uma realidade absurdamente semelhante em grande parte dos relatos. De fato, o que verificamos é que a gravidade das circunstâncias asilares encontradas pelas equipes nos estados, acompanhadas, em regra, pelas práticas de abuso medicamentoso, negligência, abandono e negação dos direitos civis dos pacientes são tão estridentes que terminaram conferindo aos textos enviados pelos estados uma impressionante e perturbadora uniformidade (CFP; OAB, 2004, p. 12).

Mais tempo se passou após a assinatura da “lei da reforma”, novos serviços substitutivos na atenção à saúde mental foram inaugurados no Brasil, as discussões na esfera pública sobre o destino que damos à loucura têm ganhado mais espaço e visibilidade, porém segue o HCTP como a instituição onde menos se observam os resultados dos avanços formais no tratamento designado aos seus “custodiados”. Relatórios elaborados em 2015 não trazem dados e constatações muito distintos dos que apareceram em 2004.

O CFP, em conjunto com a Associação Nacional do Ministério Público em Defesa da Saúde – AMPASA e, novamente, com a OAB, realizou uma inspeção nacional aos HCTPs e a alas

psiquiátricas de presídios em dezessete estados e no Distrito Federal, em visitas realizadas de abril a junho de 2015. O relatório oriundo das visitas realizadas por diferentes comissões em todo Brasil apresenta

os impasses encontradas nestas instituições, o desrespeito aos direitos humanos, a falta de tratamento, as condições físicas, técnicas e de trabalho (sempre muito ruins), a ineficácia do dispositivo hospitalar/manicomial (um híbrido do “pior da prisão com o pior do hospital”), o instituto da Medida de Segurança enquanto pena perpétua, o mito da periculosidade presumida (nos exames de cessação de periculosidade, ainda que a presunção de periculosidade tenha sido varrida legalmente desde 1984) e, sobretudo, o descompasso entre as novas formas de abordagem, tratamento e responsabilização do louco infrator, amparadas nos pressupostos da Reforma Psiquiátrica e da Luta Antimanicomial, e outras legislações, portarias, etc.; e também em novos modelos assistenciais exitosos, PAI-PJ (MG) , ligado ao Tribunal de Justiça do Estado e PAILI (GO) , ligado à Secretaria de Estado da Saúde (CFP, 2015, p. 14).

Um dos pontos que o relatório destaca é a quase total inexistência de advogados atuando nos hospitais de custódia em vários estados brasileiros. O texto relembra o artigo 133 da Constituição brasileira (1988), que apresenta o advogado como figura indispensável à administração da justiça. Dessa forma, os internos de HCTP, “cuidados” pela Justiça, estão dela excluídos. Mais uma das capciosidades que norteiam a atenção à população que vive nessas instituições. A invisível população que lá vive. “Qual é a relação entre política e vida, se esta se apresenta como aquilo que deve ser incluído através de uma exclusão?” (AGAMBEN, 2007a, p. 15).

“Ser contado é uma forma de existir” (DINIZ, 2013, p. 11), assim começa a introdução do livro que apresenta os dados do primeiro censo realizado sobre essa *população invisível*. Durante onze meses, a antropóloga Debora Diniz e sua equipe

(pertencente à Anis – Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero) visitaram vinte e seis estabelecimentos de custódia (entre vinte e três hospitais e três alas de tratamento psiquiátrico situadas em presídios ou penitenciárias) em dezenove estados brasileiros mais o Distrito Federal, realizando o primeiro censo da população de internos em instituição desse tipo no Brasil, chegando ao número de 3989 pessoas em 2011 (ano da realização da contagem, publicada em 2013).

O primeiro manicômio judiciário (que a partir de 1984 receberia o nome de hospital de custódia e tratamento psiquiátrico) brasileiro data dos anos 1920. Especialmente após o estabelecimento do Código Penal brasileiro, em 1940, essa instituição passa a ter papel fundamental no cumprimento das medidas de segurança. Como bem demonstra o texto que apresenta o censo populacional realizado por Diniz (2013): após quase um século de existência, pouco ainda se sabia sobre os brasileiros – perfil socioeconômico, infrações, diagnósticos, trajetórias dentro do sistema jurídico – que vivem em manicômios desse tipo. E esse “desconhecimento” impede a criação e a implementação de políticas voltadas a essa população.

Apesar da Lei 10.261/2001, que reorienta a atenção e o cuidado à loucura no Brasil, apregoando o tratamento ambulatorial em vez do modelo asilar manicomial, essas instituições seguem existindo no país (algumas unidades foram, inclusive, inauguradas depois da assinatura da lei) e a população que lá vive segue em uma invisibilidade social. E alguns seguem lá mesmo que já tenham recebido o laudo de cessação de periculosidade, que uma sentença determine sua desinternação, mesmo sem processo judicial ou com medida de segurança extinta: foram encontradas 741 pessoas nessa situação no censo realizado, sem contar aquelas com laudos psiquiátricos ou exames de cessação de periculosidade em atraso (DINIZ, 2013).

Durante as visitas às instituições de custódia para a realização do censo, tal como ocorre nos presídios e penitenciárias (destinados aos imputáveis), foi encontrada uma população, na maioria, de homens, negros, com pouca escolaridade e com dificuldade de inserção no mundo do trabalho. Pode-se presumir que a manutenção dessas pessoas em instituições como essa é reflexo do descaso com que costuma ser tratada a pobreza, assim como o sofrimento psíquico, no Brasil.



Toda a precariedade dessa instituição, relatada por comissões de direitos humanos em publicações anteriores, reaparece na introdução do censo (DINIZ, 2013) quando a autora aponta a invisibilidade dessas pessoas, a sua condição de abandono e a ausência de políticas afinadas com as novas diretrizes de atenção em saúde mental no Brasil.

A situação de abandono em que se encontra a maior parte dessa população, com seu confinamento em um HCTP, está pautada “na argumentação que existe um laudo psiquiátrico e uma sentença judicial que determina que aquela pessoa oferece risco à sociedade” (NETTO, 2005, p. 53). Por conta da “presunção de periculosidade”, homologada por um juiz, respaldada pela perícia médica, pode uma pessoa ficar perpetuamente presa em uma prisão nomeada hospital, contrariando inclusive a determinação de pena máxima de trinta anos destinada aos imputáveis e os novos direcionamentos apregoados pela Lei nº 10.216/2001. No censo realizado em 2011 (DINIZ, 2013), foram encontradas dezoito pessoas internadas em HCTPs há mais de trinta anos.

Jovens, eles atravessaram os muros de um dos regimes mais cruéis de aparação social. Idosos, eles agora esperam que o Estado os corporifique para além dos números aqui apresentados [no censo] e reconheça-os como indivíduos singulares com necessidades existenciais ignoradas em vários domínios da vida (DINIZ, 2013, p. 13).

O inimputável, considerado incapaz de compreender seus atos e assim responder por eles, é, por consequência (uma vez que é o sujeito da desrazão), considerado perigoso. O que pode um louco vir a fazer, especialmente um louco que já cometeu um crime? Se o louco, historicamente, já é compreendido como alguém perigoso, imagine um *louco infrator*? A crença na periculosidade das pessoas que habitam os manicômios judiciários brasileiros é parte tão fundamental de todo o sistema (envolvendo aqui expedientes legais e todo um imaginário acerca da loucura) que as coloca e mantém em medida de segurança (segurança dos demais contra aquele que, por ser desprovido de razão, pode atentar contra os demais), que o início do processo de saída de um interno de HCTP só se dá a partir da assinatura,

por parte do médico psiquiátrica perito, do laudo de cessação de periculosidade.

Se a entrada do *louco infrator* em um HCTP está diretamente atrelada a saberes e competências do direito e da psiquiatria, na maioria dos casos calcados em uma suposta universalidade, a sua saída dessa instituição também é rigorosamente dependente dos ditames dessas áreas do conhecimento. O parágrafo primeiro do artigo 97 do Código Penal determina que

a internação, ou tratamento ambulatorial, será por tempo indeterminado, perdurando enquanto não for averiguada, mediante perícia médica, a cessação de periculosidade. O prazo mínimo deverá ser de 1 (um) a 3 (três) anos (BRASIL, 1984).

Vale destacar que “tempo indeterminado” pode corresponder na prática à “vida toda”, considerando que o laudo de cessação de periculosidade, imprescindível para o processo de saída de um HCTP, depende da avaliação realizada pelo psiquiatra-perito indicado e precisa ser aceito pelo juiz, que determinará o fim da medida de segurança. Se o médico psiquiatra considerar que a pessoa que está cumprindo medida de segurança, após o prazo mínimo de internação, continua “oferecendo risco à sociedade”, seguirá o *louco infrator* internado em um HCTP. E nem mesmo o tão esperado laudo de cessação de periculosidade é garantia de saída da instituição.

Segundo Diniz (2013), 741 pessoas, dos 3989 internos de instituições de custódia e tratamento contados no censo realizado em 2011, seguem internados indevidamente,

seja porque o laudo atesta a cessação de periculosidade, seja porque a sentença judicial determina a desinternação, porque estão internados sem processo judicial ou porque a medida de segurança está extinta” (DINIZ, 2013, p. 16).

Segundo Diniz (2013), no HCTP onde parte dessa pesquisa foi realizada,

pelo menos 30% dos indivíduos (31) em medida de segurança não deveriam estar internados por cumprirem medida de segurança com a periculosidade cessada ou por terem sentença de desinternação, medida de segurança extinta ou internação sem processo judicial (DINIZ, 2013, p. 309).

Mais do que pela gravidade da infração cometida, no Brasil, o *louco infrator* é “julgado” por sua periculosidade, “seguindo a ideia de punir o criminoso e não o crime” (PERES; NERY FILHO, 2002, p. 342), e “condenado” (ainda que sua condição de inimputável o faça inocente).

Para o portador de transtorno que cometa qualquer delito, independente da gravidade, continua a ser preconizada a medida de segurança até que seja considerada cessada a sua periculosidade [...]. Absolvidos, mas considerados imprevisíveis e irresponsáveis, os inimputáveis continuam a ter como destino mais provável a internação perpétua (KOLKER; DELGADO, 2003, p. 169).

Em 2011, existiam 606 pessoas (21% da população em medida de segurança no Brasil) internadas em HCTP por mais tempo do que a pena máxima que teriam cumprido para o mesmo crime caso tivessem sido considerados imputáveis (DINIZ, 2013).

A noção de periculosidade, historicamente atribuída à figura do louco e à do criminoso, é que garante que tais violações ocorram. Diferentemente das penas privativas de liberdade, as medidas de segurança não têm seu tempo máximo determinado, sendo válidas enquanto o juiz, respaldado pela perícia médica, não considerar o fim do perigo supostamente oferecido pelo *louco infrator*. E é a noção de periculosidade que dificulta a promoção de transformações no imaginário da sociedade, desfavorecendo o acolhimento às diferentes singularidades que povoam as cidades. Não há garantias de que o *louco infrator* ofereça riscos à sociedade, tampouco se pode afirmar que as demais pessoas não os ofereçam.

Como já mencionado, a medida de segurança na prática passa a ser um expediente punitivo e uma tentativa de controle

sobre virtualidades – sobre o que o inimputável pode vir a fazer. Estes procedimentos – inimputabilidade, medida de segurança e internação – reduzem as possibilidades de expressão do chamado *louco infrator*. Ao ser considerado inimputável, sobram poucas condições de elucidação e elaboração de seu ato infrator e de responsabilização por esse ato. Por mais contraditório que seja, a “prisão” é o que resta para a maioria dos considerados inimputáveis, a internação “em regime de abandono perpétuo” (DINIZ, 2013, p. 13).

Foi atendendo à demanda social por maior segurança contra os loucos (especialmente os loucos criminosos) que em 1921 foi inaugurado, no Rio de Janeiro, o primeiro manicômio judiciário brasileiro: essa “prisão de caráter especial” (CARRARA, 1998). Segundo o censo realizado pela antropóloga Debora Diniz e sua equipe durante o ano de 2011, existem 23 instituições como essa em funcionamento no país, além de três alas de tratamento psiquiátrico localizadas em complexos penitenciários, abrigando 3989 pessoas (sendo 92% dessa população composta por homens). A despeito da “lei da reforma”, que reorienta a atenção em saúde mental no país, novos HCTPs foram criados nos anos 2000 (DINIZ, 2013). “Se haverá sempre a necessidade de estruturas de contenção, e a limitação intrínseca para o exercício dos direitos, que tipo de mudança esta lei quer iniciar?” (DELGADO, 1992, p. 219)

Os muros dessa *instituição total*, com toda sorte de violações de direitos e de planificação de singularidades, seguem abrigando a ambiguidade dessa figura representativa de dois grandes fantasmas do imaginário ocidental: o louco e o criminoso, assim como a ambiguidade da instituição: ora hospital, ora prisão.

Como vimos na introdução (*Palavras do CFP*) do livro *Inspeções aos manicômios* (2015), pela conselheira-presidente Mariza Monteiro Borges, o que se observa nos hospitais de custódia é a convergência entre os expedientes coercitivos da justiça penal e o discurso da tutela sanitária, de duas das maiores instituições de controle: a psiquiatria e o direito penal, possibilitando a existência e a manutenção desses espaços tão eficazes para a manutenção do isolamento, onde

os direitos e a trajetória do sujeito acusado como criminoso e louco são suprimidos de forma ainda mais atroz, com fundamento na

indissociabilidade preconceituosa e institucionalizada quase indissociável entre sofrimento mental e perigo (CFP, 2015, p. 6).

Cabe ao médico especialista, o “conselheiro da punição”, dizer sobre a periculosidade do infrator: o laudo psiquiátrico concede aos expedientes punitivos poder sobre as infrações e sobre os indivíduos – quem são, o que fizeram e o que podem vir a fazer – (FOUCAULT, 2002), e cabe ao juiz de direito a determinação de cumprimento de medida de segurança. Os muros dos HCTPs seguem abrigando, também, conflitos de competências e saberes entre justiça e psiquiatria.

Para mim, uma das histórias contadas por Carlos é talvez a mais emblemática que ouvi sobre as violações ocorridas dentro do HCTP. Sim, Carlos já sofreu violência física lá dentro, mas essa – embora também cruel – surpreendeu-me menos que a relatada a seguir. Sozinho em sua cela (cubículo), já deitado, por debaixo de seu cobertor, Carlos resolveu fazer uma atividade rotineira para muitas pessoas: masturbar-se. Em sua intimidade, sozinho, circunscrito por seu cobertor, nem lá ele estava a salvo. Enquanto se masturbava, ouviu a voz de um dos agentes da segurança, vinda da janelinha da cela: “*ô punheteiro, tá descascando a banana, tá?.. vamo parar com isso.*” Nem debaixo do cobertor a solidão. De novo, recorro à literatura, a Dostoiévski em sua biografia-romance (realidade-ficção) sobre a prisão.

Eu jamais poderia, por exemplo, imaginar tormento maior do que não poder ficar sozinho um momento, ao menos, nos dez anos da minha sentença. No trabalho, vigiado; no presídio, com a companhia dos outros duzentos condenados; e nunca, nem uma vez, a solidão (DOSTOIÉVSKI, 2006, p. 11).

Sabendo um pouco mais da história de vida de Carlos, que na infância foi violentamente repreendido ao chegar perto de uma menina de quem gostava, suponho que essa interdição (sádica) do carcereiro deve ter lhe afetado muito (para além da violação de intimidade daquele momento) – tanto que me contou sobre o episódio que ocorrera havia meses em uma de nossas conversas.

Episódios como esse, que acabam fazendo de mim testemunha próxima, uma espécie de depositária, reativam,

reatualizam minha posição contrária à manutenção de instituições como essa. Podemos pensar em um HCTP como um lugar de tratamento, de cuidado, para além de um espaço de punição, segregação e higienismo? Aí me vem à memória a fala de Vinicius sobre o hospital de custódia: *“Aqui a gente tem uma proteção, gente que ajuda a gente...Fora daqui vai ser pior.”* Desconserto-me. *“É o lugar que tem pra gente.”*

Para além da vigilância constante – até da masturbação alheia –, com a obrigatoriedade de passarem o dia nos pequenos pátios, ficar sozinho, dentro do HCTP, é privilégio de poucos. Geralmente, é para os que estão “de castigo” por mau comportamento ou para aqueles que estão “em tratamento”, vindos de outras unidades prisionais – esses costumam passar o dia inteiro em seus cubículos.

Vilmar<sup>9</sup> queixou-se de não poder comer na hora que desejasse as comidas trazidas pelos familiares ou que ele próprio mandava comprar com seus recursos. Esses produtos só podem ser consumidos nos cubículos ou enfermarias, espaços em que os internos ficam para dormir. Durante o dia, obrigatoriamente – salvo as exceções de doenças ou problemas disciplinares, os internos ficam no pátio, no *“calabouço”*, como disse Vilmar.

Se não há intimidade, privacidade, nem debaixo das cobertas, o que sobra de espaço possível de movimentação, de criação, de ser, em uma instituição como essa? Talvez eu não seja tão delirante, nem minha tese tão absurda. Talvez, sim, existam *vaga-lumes* no HCTP, que, *apesar de tudo*, conseguem criar espaços – de abertura, de possíveis, de lampejos, *situados no improvável*. E que essa capacidade de ainda *brilhar* seja mesmo surpreendente.

\*\*\*

*“É o lugar que tem pra gente”*, disse-me Vinicius. Para gente “como ele”, foi o que entendi. *“Pelas coisa que a gente fez.”* Como se não houvesse, para Vinicius, assim como para tantas pessoas – internos de HCTP e outras, muitas, que vivem do lado de fora – , outra maneira de acolher a infração, o crime, que tem, de alguma maneira, seu caminho cruzado, entremeado com a loucura. Na

---

<sup>9</sup> Nome fictício de um dos internos de HCTP entrevistados para minha pesquisa de mestrado (2012).

fala de Murilo: “*Não é todo mundo que quer a gente por perto. Bem da verdade, acho que ninguém quer, né?*”. *Pelo bem da verdade.*

Os números do único censo realizado com essa população, organizado por Débora Diniz (2013), além de apresentar dados alarmantes de violações de direitos, ratificam a problemática da “invisibilidade” a que estão condenadas – ainda que absolvidas por lei – essas pessoas. A situação de invisibilidade relegada aos internos de HCTP contribui para que políticas públicas e outros expedientes pouco cheguem até esses espaços, até essas pessoas.

Diante da precariedade dos serviços oferecidos a essa população, é muito importante destacar espaços como o Programa de Atenção Integral ao Paciente Judiciário Portador de Sofrimento Mental – PAI-PJ. Nesse programa, em atuação em Belo Horizonte desde 2001, uma equipe multidisciplinar acompanha o *louco infrator* em todas as etapas do processo criminal, atua junto à rede de saúde pública e de assistência social, buscando possibilitar tratamento, com projetos individualizados e inserção social, além de garantir que cada pessoa possa se responsabilizar e responder por seu ato delituoso. Esse projeto reúne Poder Judiciário, Ministério Público e a rede de saúde pública e está organizado sobre os princípios da reforma psiquiátrica (TJMG, s/d).

A psicanalista e doutora em Ciências Humanas, Fernanda Ottoni de Barros-Brisset, idealizadora e coordenadora clínica do projeto, propôs inicialmente que quinze casos (que ela havia estudado) envolvendo loucos infratores, na comarca de Belo Horizonte, fossem acompanhados por uma equipe multidisciplinar em caráter experimental. Para cada sujeito, um projeto terapêutico singular, contando com a rede pública de saúde e instituições judiciárias, orientado pelos pressupostos da reforma psiquiátrica e dos direitos humanos, e apoiado na lei estadual nº 11.802/1995, que dispõe sobre a atenção ao portador de sofrimento mental. Essa equipe se reunia semanalmente para discutir cada caso e ir identificando as pistas deixadas pelos pacientes judiciários para melhor irem desenhando a proposta para cada pessoa, a partir de seus movimentos singulares BARROS-BRISSET (2010).

A partir do estudo e acompanhamento desses casos foi se desenhando uma possibilidade de lidar com a complexa questão do *louco infrator* sem ter de lançar mão de expedientes

segregacionistas, de violações de direitos e da famigerada presunção de periculosidade.

Presumíamos que havia um sujeito entre o paciente e o judiciário, entre o louco e o infrator. Seguir suas pistas nos levaria a algum lugar. Apostávamos que o singular de cada sujeito não poderia ser reduzido à semântica dos vocábulo, paciente judiciário – louco infrator, tão carregados dos sentidos construídos historicamente. Aos poucos fomos levados a considerar que aquele sujeito indefinível poderia ser portador de um potencial de respostas inéditas, impensáveis e razoáveis (BARROS-BRISSET, 2010, p. 119).

Em 2000, o Tribunal de Justiça de Minas Gerais – TJ/MG implementou um projeto-piloto para seguir o acompanhamento desses quinze casos iniciais e de outros que estivessem tramitando nas varas criminais de Belo Horizonte. Em 2001, essa experiência-piloto foi transformada em programa: o PAI-PJ. Esse programa inspirou outro semelhante, o PAILI, em Goiás, e tem tido repercussão internacional. Em dez anos de atuação, o programa não havia registrado nenhum caso de reincidência de crimes hediondos, o que afasta de forma contundente o fantasma da periculosidade – que tanto emperra as discussões acerca da atenção ao *louco infrator* Brasil afora.

Esse programa, devido ao seu êxito, havia se estendido a comarcas do interior mineiro. No início do ano de 2016, o programa sofreu reduções significativas. Demissões de articuladores de rede do programa, no interior do estado de Minas Gerais, deixaram cerca de novecentas pessoas sem acompanhamento (OAB/MG, 2016). Tal ação gerou manifestações de segmentos importantes da sociedade, ligadas à saúde e ao direito.

Vilmar, à época de minha pesquisa de mestrado, parecia maravilhado e intrigado quando lhe contei sobre o PAI-PJ durante nossa conversa. Ao mesmo tempo em que parecia animado com a possibilidade de ver um projeto nesses modelos em atuação em sua cidade, parecia duvidar da possibilidade de uma sociedade sem hospitais de custódia: “*Mas aí não tem mais o manicômio*



*judiciário?!”,* perguntou-me duas vezes, parecendo não acreditar em tamanho avanço em relação à atenção a pessoas como ele e parecendo também duvidar que pudesse dar certo tal empreitada.

Espaços como o PAI-PJ, em que pese a lamentável redução sofrida recentemente em seu campo de atuação, têm permitido que algo mais possa ser dito sobre o *louco infrator*, sobre essa pessoa que, possivelmente, após muitos anos de sofrimento psíquico, muitas vezes aliado à negligência por parte da rede pública de saúde e dos programas sociais, cometeu um ato extremo, uma infração, um crime. Junto a cada ato desse tipo há uma história, uma necessidade, uma pessoa que precisa ser acolhida e acompanhada por profissionais das áreas pertinentes ao caso, “porque nenhuma ética pode ter pretensão de excluir do seu âmbito uma parte do humano, por mais desagradável, por mais difícil que seja de ser contemplada.” (AGAMBEN, 2008a, p. 71). A noção de periculosidade, que segue permeando as discussões sobre crime e loucura e norteando laudos médicos e sentenças judiciais, não auxilia a concretização de propostas como a do PAI-PJ e em nada viabiliza a possibilidade de outras discussões e intervenções.

### 3.1 SEM LUGAR

A loucura e a criminalidade, sem atrelarmos uma necessariamente à outra, são aspectos também constitutivos do humano. Uma concepção de subjetividade restrita à consciência, que sustenta uma concepção de ética que se alicerça na noção de um sujeito cognoscente e na idealização do humano, não problematiza o destrutivo e o violento, tampouco contempla a loucura como uma forma também legítima de se estar no mundo, de se relacionar.

Em uma concepção tradicional, entende-se o modo de se subjetivar como articulado à mesmidade, ao contínuo, onde identidades e atributos são impingidos. A potência que pode impulsionar o devir, a saída da série, o descontínuo, é desconsiderada; e a possibilidade da loucura, e também do crime, é tratada como algo que não compusesse a condição humana, como algo fora, da ordem da anormalidade, do não humano. A irrupção daquilo que é *outro* costuma não ter lugar.

O bando é o agrupamento de vidas submetidas ao poder soberano e que lhe dá validade, que o constitui enquanto poder

(AGAMBEN, 2007a). O soberano, ao excluir alguma vida do bando, definindo *o que deve viver e o que deve morrer*, cria, dá validade à própria estrutura de bando. Alguém banido, como nos campos de concentração (exemplo utilizado por Agamben, 2007a), é um “fora”, um a-bandonado, que está, paradoxalmente, o tempo inteiro sob o domínio da lei soberana. “Aquilo que nele é excluído, é, segundo o significado etimológico do termo exceção, capturado fora, incluído através de sua própria exclusão” (AGAMBEN, 2007a, p. 177).

Os campos de concentração, os atos de eugenia e a eutanásia praticados pelo Terceiro Reich, o confinamento de presos políticos em Guantánamo, são alguns dos exemplos utilizados por Agamben para relacionar o poder sobre a *vida nua* com a constituição dos Estados que, no século XX, fazem da exceção a regra. A exceção, o abandono, o capturar fora, é exatamente a condição de existência desse Estado, desse corpo social. Partindo-se dessas reflexões, pode-se dizer que, com a exclusão do *louco infrator* da convivência social, parece se querer não apenas a segurança da sociedade, mas a sua própria constituição enquanto corpo biopolítico saudável. Espaços como os hospitais de custódia têm servido bem a esse propósito.

Cabe apontar a diferenciação feita por Jacques Derrida (2007) entre justiça e direito. Justiça não é o direito. A justiça do direito não é justiça. Obedecemos às leis não porque são justas, mas por que têm autoridade legitimada. “A autoridade das leis repousa apenas no crédito que lhes concedemos. Nelas acreditamos, eis seu único fundamento” (DERRIDA, 2007, p. 21), afirma Derrida, remetendo ao que Montaigne chamou de “fundamento místico” da autoridade das leis.

Ao fazer essa diferenciação, Derrida (2007) traz à tona a questão do singular e do universal. A justiça como direito supõe uma generalidade, um universal. Mas a justiça exige “retidão do endereço” (DERRIDA, 2007, p. 31) e endereço remete a uma singularidade. Se um ato de justiça deve se “endereçar” a uma singularidade, como juntar a isso uma regra, uma norma geral, universal? “Cada caso é um caso, cada decisão é diferente e requer uma interpretação absolutamente única, que nenhuma regra existente ou codificada pode nem deve absolutamente garantir.” (DERRIDA, 2007a, p. 44). Como seria possível garantir que a justiça se fez?

Muitas forças atuam nas instituições prisionais. O poder disciplinar sobre os corpos, assim como o gerenciamento da vida – um biopoder – são expedientes facilmente observados nas instituições prisionais: onde há o encontro da “anátomo-política do corpo”, desenvolvida em *Vigiar e Punir*, com a “bio-política da população”, apresentada em *História da Sexualidade: a vontade de saber* (FOUCAULT, 1999b). Sob essa ótica, a morte simbólica daqueles que passam a viver em prisões (em nome de uma pena ou de um suposto tratamento), agora banidos da vida em sociedade, garante a segurança dos demais (poder disciplinar), assim como garante a existência de um corpo social saudável (biopoder).

As prisões (de “tratamento” ou de punição) seguem existindo em nome de uma suposta proteção da sociedade contra aqueles que oferecem perigo aos demais, para dar condições de existência a uma sociedade pretensamente sã e pacífica. Sob os discursos da psiquiatria e da justiça, tem sobrevivido o *louco infrator*: esta figura ora doente mental, ora criminoso, “condenada” a um duplo estigma.

A vida do *louco infrator*, submetida à força do poder psiquiátrico –

[...] que pode dizer a verdade da doença pelo saber [poder] que detém sobre ela, e [...] que pode produzir a doença na sua verdade e submetê-la na realidade, pelo poder que a sua vontade exerce sobre o próprio doente” (FOUCAULT, 1997, p. 49)

– e à inconstitucionalidade da medida de segurança, pode ser comparada à do *homo sacer*.

Em Agamben (2007a), temos *homo sacer* como uma “obscura figura do direito romano arcaico, na qual a vida humana é incluída no ordenamento unicamente sob a forma de sua exclusão” (AGAMBEN, 2007a, p. 16), cuja vida nada valia: qualquer um podia matá-lo e sua morte tampouco servia a sacrifícios religiosos. *Homo sacer* era uma figura privada de direitos, situada “no cruzamento entre uma matabilidade e uma insacrificabilidade, fora tanto do direito humano quanto daquele divino[...]” (AGAMBEN, 2007a, p. 81).

Ainda com Agamben (2008a), também é possível associar alguns internos do sistema penitenciário brasileiro (imagino que não só os de HCTPs) à figura do *muçulmano* – “aquele que ‘ninguém quer ver’”, “o ser cuja vida não é realmente vida”, referência feita aos (quase) *mortos* que circulavam pelos campos nazistas de concentração e de extermínio.

Quando ainda eram capazes de se mover, isso se dava em câmera lenta, sem que dobrassem os joelhos. Dado que sua temperatura baixava normalmente até abaixo dos 36 graus, tremiam de frio. Observando de longe um grupo de enfermos, tinha-se a impressão de que fossem árabes em oração. Dessa imagem derivou a definição usada normalmente em Auschwitz para indicar os que estavam morrendo de desnutrição: muçulmanos (RYN; KLODZINSKI apud AGAMBEN, 2008a, p. 51)

Dentro do HCTP, aqueles que poderiam se aproximar – guardadas as devidas ressalvas – da figura do *muçulmano* não chegavam às assembleias e reuniões que presenciei, tampouco estiveram comigo em conversas privadas. Intuo que existissem por lá, penso tê-los ouvido em gemidos ao passar pelos corredores do hospital.

Às vezes, quando eu olhava para os dois pequenos pátios onde estavam amontoados, ou para alguns cubículos com “gente” dentro, via figuras tão visivelmente violadas, desabilitadas, desamparadas, que penso ter chegado perto dessa *figura-limite*, “de uma espécie particular, em que perdem sentido não só categorias como dignidade e respeito, mas até mesmo a própria ideia de um limite ético.” (AGAMBEN, 2008a, p. 70). Eu os olhava com os olhos meio apertados para não ver muito, tipo criança assistindo a filme de terror. Olho apertadinho como se fosse míope (que de fato sou, mas uso óculos), mas que também não enxerga (nem quer) o que está perto. Voltei para contar a história, eles seguem lá: encarcerados – confinados, à margem, *invisíveis*, *submersos*.

Em *A comunidade que vem* (2013), Agamben fala do *qualquer* – qualquer, no original em italiano, tradução do latim *quodlibet*. *Quodlibet* entendido como “o ser tal que, de todo modo, importa” (AGAMBEN, 2013, p. 10), trazendo uma referência ao desejo (*libet*). Para além de uma propriedade comum (nos exemplos do autor: ser vermelho, francês, muçulmano), mas o ser *tal qual é*. Agamben fala desse ser *qualquer* que vem, dessa comunidade de *quaisquer* que está sempre chegando e nunca acaba de chegar por inteiro; aponta para uma comunidade não baseada em ideais de identidade ou em uma universalidade. O inteligível não é um universal nem um indivíduo entendido em uma série, mas “a singularidade enquanto singularidade qualquer” (AGAMBEN, 2013, p. 10). Assim o *qualquer* está resguardado de pertencer a um ou outro conjunto (os vermelhos, os franceses, os muçulmanos) por conta de ter uma ou outra propriedade que o identifique como pertencente a um ou outro grupo. É retirado de um ou outro conjunto “não para uma outra classe ou para simples ausência genérica de todo pertencimento, mas para o ser-*tal*, para o próprio pertencimento” (AGAMBEN, 2013, p. 10).

O ser *qualquer* pode não ser, pode a própria impotência. O *qualquer* escapa ao mesmo tempo tanto de uma determinação universal quanto individual. A singularidade é a potência que pode a própria impotência. A singularidade *qualquer* não está relacionada com a ação, mas com a potência, a possibilidade. A potência da singularidade *qualquer* é a potência do não.

Esse homem confinado, invisível, que ninguém quer ver, é também um *qualquer*, que resiste a agrupamentos, a forjamento de pertencimentos. Uma *comunidade que vem*, em uma resistência ao universal e ao individual, potente. Para além das mazelas todas, tão evidentes, tão perturbadoras, há algo que parece resistir, *brilho* (e apagar) *de vaga-lume*. É por aí que passeia o desejo deste trabalho.

Desejo meu (necessidade!) com este trabalho e o desejo-potência observados nos internos do HCTP. Vilmar e seu encantamento/estranhamento ao saber da existência de uma cidade brasileira, Belo Horizonte, onde não existe mais hospital de custódia, e as pessoas, como ele, podem receber outro tipo de atenção; a fala-explicação de um dos internos sobre o suicídio de outro interno: “*é o jeito que deu, já que jeito não tinha*”. E assim, tantas imagens, tantas composições, tantos ditos e não ditos, ouvidos e não ouvidos, *brilha-e-apaga*, o *preferir não* (mesmo que

pudesse). (Im)potências encontradas, procuradas, inventadas, deliradas. Necessidade – minha e deles – de resistir.

## 4 POSSIBILIDADES

Georges Didi-Huberman, em *Sobrevivências dos vaga-lumes* (2011), se vale de escritos do cineasta Pier Paolo Pasolini para falar sobre resistências possíveis – frente ao poder da mídia, da mercadoria, da política (*luzes ofuscantes*).

[...] uma coisa é designar a máquina totalitária, outra coisa é lhe atribuir tão rapidamente uma vitória definitiva e sem partilha. Assujeitou-se o mundo, assim, totalmente como o sonharam – o projetam, o programam e querem no-lo impor – nossos atuais “conselheiros pérfidos”? Postulá-lo é, justamente, dar crédito ao que sua máquina quer nos fazer crer. É ver somente a noite escura ou a ofuscante luz dos projetores. É agir como vencidos: é estarmos convencidos de que a máquina cumpre seu trabalho sem resto nem resistência. É não ver mais nada. É, portanto, não ver o espaço – seja ele intersticial, intermitente, nômade, situado no improvável – das aberturas, dos possíveis, dos lampejos, dos *apesar de tudo* (DIDI-HUBERMAN, 2011, p. 42).

Didi-Huberman fala da leitura que Pasolini fez d'*A Divina Comédia* de Dante: onde há a *grande luz do Paraíso* (*luce*) e a pequena luz (*lucciola*) dos vaga-lumes que *vagam fracamente* pelo mundo. Pasolini, em 1941, revisita Dante e faz uma inversão das relações entre *luce* e *luciole*. Em carta a um amigo, Pasolini compara a *luce* (grande luz) dos potentes projetores utilizados pelas propagandas fascistas e as *luciole* (pequenas luzes) emitidas pelos vaga-lumes.

O universo dantesco, dessa forma, inverteu-se: é o inferno que, a partir de então, é exposto com seus políticos desonestos, superexpostos, gloriosos. Quanto às *luciole*, eles tentam escapar como podem à ameaça, à condenação que a partir de então atinge sua existência (DIDI-HUBERMAN, 2011, p. 17).

A resistência dos vaga-lumes. Com seus sinais brandos, porém persistentes, “[...] seres luminescentes, dançantes, erráticos, intocáveis e *resistentes* [...]” (DIDI-HUBERMAN, 2011, p. 23). Ao ler, de férias, esses escritos de Didi-Huberman, pensei nos internos dos HCTPs: “iluminados” pela *grande luz* do *logos*, por pressupostos do pensamento moderno para a criação e a apropriação do conhecimento, que ofusca mas não destrói as *luciole* dos “sujeitos da desrazão”. *Apesar de tudo*, algo do singular sobrevive, resiste. Apagam e acendem. Brilhos dispersos. A leitura de férias acendeu em mim uma *luciole*, uma esperança de poder voltar à *casa dos mortos* e *sobreviver*. Eu podia agora ver nos internos do HCTP, em alguns deles, quem sabe, *vaga-lumes*.

A “grande luz”, a luz da Razão, do *logos*, parece ser iluminada por noções de continuidade, visando a um universal. O pressuposto da continuidade ilumina a concepção tradicional de constituição do sujeito e de história. Uma história linear, calcada em suposições de causalidade, de identidade. Pensar no vaga-lume, que acende e apaga, que pode sua potência – de não, inclusive. A leitura – melhor dizendo, o acolhimento – dos internos que eu conhecia do hospital de custódia como possíveis vaga-lumes pareceu-me uma forma de deslocar inclusive – e principalmente – meu olhar sobre esses homens. Criar respiros nas minhas angústias sobre o que eu havia vivido na primeira vez em que estive no HCTP (para a pesquisa de mestrado). Tentar ampliar o próprio ajuntamento que fiz daquelas pessoas (como se fossem o *mesmo*). Que o olhar para o singular, para o detalhe, pudesse revelar-me o caminho da potência. [Tentativa de salvação?]

\*\*\*

Autores como Michel Foucault propõem uma concepção de sujeito e de história que contempla, que dá lugar, também o descontínuo. A noção de descontinuidade, como aponta Foucault (2005), para a história clássica, era o impensável,

[...] o que se apresentava sob a natureza dos acontecimentos dispersos – decisões, acidentes, iniciativas, descobertas – e o que devia ser, pela análise, contornado, reduzido,



apagado, para que aparecesse a continuidade dos acontecimentos (FOUCAULT, 2005, p. 9).

A descontinuidade devia ser suprimida da história.

Alguns historiadores analisam contextos ou instituições seguindo uma cronologia, uma sequência temporal, de fatos e de situações. Essa leitura implica a adesão a uma determinada concepção sobre o tempo, o sujeito, a história. Foucault, por sua vez, utiliza a noção de descontínuo para realizar suas análises em um movimento a contrapelo da história oficial. A análise cronológica realizada por parte dos historiadores, e demais pesquisadores, implica a adesão a uma concepção da história como constituída por um tempo linear e pela crença de que a sequência, a repetição, a continuidade, marca o transcorrer e o fazer histórico (seja da história universal, seja da história pessoal de cada um).

Foucault apresenta, na introdução de *A Arqueologia do Saber* (2005), uma crítica a essa história tradicional – que não contempla rupturas e descontinuidades. A história contínua investe em um projeto de uma história global, que “parece apagar, em proveito das estruturas sem labilidade, a irrupção dos acontecimentos” (FOUCAULT, 2005, p. 32), ao passo que observamos na história dos conhecimentos, da filosofia, da literatura, interesse pelos jogos de diferença, pelas rupturas, pelo movimento da descontinuidade.

Na história tradicional, linear, acredita-se na possibilidade de encontrar a verdade de forma explícita e imediata nos *documentos*. O objetivo é reconstituir o passado a partir do documento, descartando-se o questionamento acerca da construção documental. Observa-se a mudança do papel do documento na “nova” história: deixa de ser interpretado ou de ser analisado quanto a sua veracidade, para ser trabalhado e elaborado de seu interior.

Digamos, para resumir, que a história, na sua forma tradicional, visava ‘memorizar’ os *monumentos* do passado, transformá-los em *documentos* e fazer falar esses traços que, por si próprios, muitas vezes não são verbais ou dizem em silêncio coisa diferente do que dizem; nos nossos dias, a história é o que transforma os *documentos* em *monumentos* e

que, onde se decifram traços deixados pelos homens, onde se tentava reconhecer no recorte do vazio aquilo que os homens haviam sido, desdobra uma massa de elementos que se trata de isolar, de agrupar, de tornar pertinentes, de pôr em relação, de constituir em conjuntos (FOUCAULT, 2005, p. 33).

Os documentos produzidos sobre os internos dos HCTPs – laudos, pareceres, sentenças, depoimentos – podem ser compreendidos como documentos produzidos a partir de uma concepção de história monumental, ou seja, são documentos produzidos com o intuito de contar a verdade sobre esse interno e, como tal, geralmente são lidos dessa forma pelos profissionais que a eles recorrem para conhecer a história e a origem das pessoas internadas em HCTPs. A concepção de contínuo associada à verdade atravessa e organiza a vida dos internos.

Jacques Derrida (2001a), em *Mal de arquivo*, inicia seu texto lembrando que a palavra *arkhê* – da qual deriva “arquivo”, palavra tão corriqueira – significa tanto “começo” como “comando”. Derrida segue em seus resgates etimológicos, apontando que o termo latino *archivum* (ou *archium*) vem do grego *arkheion*, que diz respeito a um lugar, um endereço, onde moravam os magistrados superiores (os *arcontes*) e onde se guardavam os documentos oficiais. Aos *arcontes*, além de guardiões, de serem responsáveis pela segurança e manutenção do depósito, também lhes cabia a hermenêutica: eles podiam interpretar os arquivos, “dizer a lei”.

Os *arcontes* modernos, os juízes de direito, dizem a lei, a eles cabe a hermenêutica. O laudo psiquiátrico que vai dizer das condições de quem praticou um ato ilícito de entender sobre esse ato precisa ser acatado por um juiz, que determinará a internação em um HCTP. A entrada nessa instituição depende da determinação judicial, assim como a saída – o laudo de cessação de periculosidade expedido pelo médico psiquiatra perito precisa ser aceito pelo juiz. Começo e comando.

Para além da questão da guarda e da hermenêutica, os arquivos, lembra-nos Derrida (2001a), não podiam prescindir de suporte nem de residência. Assim surgiram os arquivos, nesta *domiciliação*. Lugar e lei. Arquivo não se reduz a memória, resgate de uma origem; há o “lugar da autoridade” (o *arconte*) – não há acesso direto, neutro, inocente a uma informação ou a um

acontecimento. Ao registrar um evento, o arquivo produz esse evento.

Como coloca Birman em seu ensaio (2008) sobre *Mal de arquivo*, Derrida conjuga em “arquivo” os conceitos de história, de verdade e de poder.

A ousadia teórica de Derrida se formula justamente na colocação em questão que realizou do suporte, que não apenas registra os nossos enunciados, mas também os ordena hierarquicamente nas suas várias séries discursivas, isto é, o arquivo (BIRMAN, 2008, p. 108).

Arquivo não é algo *estático* e *fixo* – Derrida questiona essa versão clássica.

Assim, nessa versão, o arquivo seria um conjunto de documentos estabelecidos como positivities, na sua materialidade, e que seria ainda, na sua pretensa objetividade, o reflexo do que ocorreu de fato na experiência histórica (BIRMAN, 2008, p. 109).

O arquivo, nos dirá Derrida (2001a), não é uma questão do passado.

Lembro-me de um dos entrevistados no HCTP, de sua crença de que tudo sobre ele estava nos prontuários, nos arquivos consolidados, confirmados – começados e comandados – pelos discursos da psiquiatria e da justiça. “*Está tudo lá*”, repetiu-me várias vezes, acreditando que a coleção de papéis a seu respeito, arquivos produzidos e organizados por instituições, daria conta de falar dele, de sua vida, de suas experiências singulares. O arquivo, os prontuários aos quais o interno se referia, no sentido de massa morta, documentos fixados em uma temporalidade cronológica, não daria conta daquele que estava ali em minha frente, em relação, e nem do que escapa e de todo o devir.

Esse engano e essa ilusão querem fazer crer que o arquivo seja constituído por documentos patentes, isto é, tudo aquilo que de fato ocorreu de importante no passado

estaria efetivamente arquivado sem *rasuras* e sem *lacunas*, ou seja, sem que estivesse em pauta qualquer *esquecimento* (BIRMAN, 2008, p. 109).

Com a criação de um arquivo – o processo e o prontuário, nasce a figura do *louco infrator* (que pode ser chamado de paciente, interno etc.). Ou, ao menos, é trazida à luz (do *logos*, da Razão) a partir da criação desse evento, dessa figura, da criação de um arquivo. Arquivo pré-estabelecido e definido a partir de parâmetros, tais como a concepção de sujeito cognoscente, ou seja, de uma constituição subjetiva em que as experiências se inscrevem no sujeito universal e cognoscente que se estabiliza em uma subjetividade identitária marcada por um tempo e espaço linear, contínuo e verdadeiro. A concepção tradicional de história (história coletiva, da humanidade) encontra-se sobreposta à história dos internos (histórias de vidas). Temos a sobreposição de concepções (história coletiva e história de cada um) nas quais predomina o universal, o linear, o contínuo, a verdade.

Nas práticas confessionais (instituições asilares, clínicas psicológicas, confessionários etc.) estudadas por Foucault, os próprios sujeitos falam de si, enunciam, em um jogo em que é obrigatória a dependência do que fala em relação àquele que é responsável (psicólogo, psiquiatra, padre etc.) por interpretar o enunciado.

Entre o psiquiatra e o suposto louco, a verdade é produzida num jogo de coerção e reconhecimento da loucura; entre paciente e psicólogo, ele é constituído no jogo de enunciação de si e de interpretação dos desejos; entre dirigido e diretor de consciência, no jogo de verbalização e de obediência integral (CANDIOTTO, 2006, p. 70).

Aquele que escuta tem como função determinar que aquele que verbaliza trate de ser aquilo que diz: pecador, desviado, louco. “A enunciação sobre si é constitutiva da sujeição da subjetividade cuja exigência é a produção de discursos racionais que conduzam à identidade verdadeira.” (CANDIOTTO, 2006, p. 70). A verdade se inscreveria em *jogos de verdade*, seria produzida nas relações,

em “jogos que regulariam o modo de produção de seus enunciados e as regras de produção de sua legitimidade” (BIRMAN, 2002, p. 307).

Por sua vez, a proposta de uma *arqueologia do saber* pressupõe a suspensão de conceitos como linearidade, contínuo, evolução, progresso: põe em xeque possibilidades de totalização, na contramão de uma história global que

procura restituir a forma de conjunto de uma civilização, o princípio – material ou espiritual – de uma sociedade, a significação comum a todos os fenômenos de um período, a lei que dá conta da sua coesão, aquilo a que metaforicamente se chama o ‘rosto’ de uma época (FOUCAULT, 2005, p. 36).

A ideia de verdade é colocada em suspensão.

Porque aquilo a que se atribuía valor de verdade numa dada tradição não estaria inscrito num registro de neutralidade, mas estaria sujeito também aos enfrentamentos de posições e aos jogos de força que perpassam o espaço social [...] (BIRMAN, 2002, p. 306).

As relações entre saber e poder são geralmente entendidas em uma concepção linear: com o saber determinado pelo poder. Foucault vai falar de uma ordem circular: espiral, onde há relações mútuas, com mútuas implicações, com desequilíbrios constantes e posições não lineares. Outras relações se estabelecem entre poder e saber. “Os lugares seriam sempre móveis, jamais fixos, sempre marcados estrategicamente pela mutualidade imprevisível nos seus efeitos, nas relações que estabelecem entre saber e poder.” (BIRMAN, 2002, p. 309).

A história tradicional comporta linearidades, blocos e conjuntos definidos a partir do exercício de estabelecer relações entre fatos e acontecimentos datados, relações marcadas por identidades e repetições. Na história das ideias se

dissociou a longa série constituída pelo progresso da consciência, ou a teleologia da razão, ou a evolução do pensamento humano;

pôs em questão, novamente os temas da convergência e da realização; colocou em dúvida as possibilidades da totalização (FOUCAULT, 2005, p. 34).

A *arqueologia do saber* permite-nos a história pelo viés de sua descontinuidade. O que outrora era considerado obstáculo passa a ser ferramenta, conceito com qual se opera.

Nas palavras de Foucault (2005), “a descontinuidade era o estigma da dispersão temporal que o historiador se encarregava de suprimir da história. Tornou-se agora um dos elementos fundamentais da análise histórica [...]” (FOUCAULT, 2005, p. 35). Os saltos na história, o abandono do linear, a emergência da descontinuidade. A leitura *foucaultiana* da história, com a contemplação do descontínuo, retirando os fenômenos de um único centro sem dispersão, pode servir como *luciole*, iluminando – sem cegar – leituras possíveis de formas de vida, de histórias singulares, de narrativas próprias sobre si, de respiros, de potências – em suas rupturas e criações – de internos de HCTPs. Sem uma leitura única, linear, causal e global, para além dos *documentos compreendidos como verdade*.

Em *Infância e história* (2008b), Giorgio Agamben aponta que “[t]oda concepção da história é sempre acompanhada de uma certa experiência de tempo” (AGAMBEN, 2008b, p. 111). E toda cultura é também uma experiência de tempo. O autor retoma a necessidade humana de representar a experiência do tempo a partir de imagens espaciais. Na antiguidade greco-romana a concepção de tempo era circular e contínua – “que assegura a manutenção das mesmas coisas através da sua repetição e do seu contínuo retorno [...]” (AGAMBEN, 2008b, p. 112). E surge a linha reta como a representação do tempo para os cristãos. Contrastando com a representação clássica do tempo – sem direção, o tempo da *linha cristã* tem uma direção e um sentido: criação e fim (Juízo Final). O contínuo está presente nas duas representações e segue conduzindo as concepções modernas de história e de tempo. Linha contínua.

Derrida apresenta, em *Gramatologia* (2008a), problematizações acerca da imposição de um sentido único, regido por sucessividades e pela ordem do tempo lógico, que abole o não linear. “A ‘linha’ representa apenas um modelo particular, qualquer que seja seu privilégio. Este modelo veio a ser

modelo e conserva-se, enquanto modelo, inacessível.” (DERRIDA, 2008a, p. 107). Para esse autor o linearismo está associado “ao logocentrismo, ao fonocentrismo, ao semantismo e ao idealismo” (DERRIDA, 2001b, p. 57), a um sistema de pensamento que busca causalidade, continuidade, fixação de identidades como imutáveis.

Não há, no trabalho de Derrida, uma preocupação com a origem, com a busca por um sentido único, por um acesso imediato, por uma tradução direta – tarefa sempre impossível. Há o abandono da história tradicional para a abertura ao descontínuo, às tramas de diferenças. Derrida abre-se ao *texto*, acolhe-o com suas lacunas, rupturas, *resto*. Para Derrida tudo é texto, para além da escrita. Texto como tecido, trama, inserido – e produzido – por muitos (con)textos, atravessados – e fomentados – por aspectos culturais, sociais, históricos.

[O] conceito de texto que eu proponho não se limita nem à grafia, nem ao livro, nem mesmo ao discurso, menos ainda à esfera semântica, representativa, simbólica, ideal ou ideológica. O que eu chamo de ‘texto’ implica todas as estruturas ditas ‘reais’, ‘econômicas’, ‘históricas’, socioinstitucionais, em suma, todos os referenciais possíveis (DERRIDA, 1991, p. 203).

Derrida (2001b) *desconfia* do conceito de história. História como história do sentido, que se desenvolve linearmente (em linha reta ou circular), ligada a um *sistema de implicações*, a conceitos como continuidade e verdade. Derrida (2001b) cita a *crítica necessária* feita por Althusser, que “visa mostrar que não existe uma história única, uma história geral, mas histórias *diferentes*, em seu tipo, seu ritmo, seu modo de inscrição, histórias deslocadas, diferenciadas etc” (DERRIDA, 2001b, p. 65).

A partir de leituras de Foucault, podemos pensar em uma produção histórica de “verdade”, em enunciados e discursos que ganham *status* de verdade. Uma Verdade, da ordem do inquestionável. E essa noção de verdade, estruturada e anunciada como “verdade verdadeira” ao longo da história (e por isso sempre vai dizer de uma época, de um saber, de um poder), produzida em determinado tempo e espaço, é concebida a partir de crenças na

continuidade, na linearidade e no idêntico, em contraponto às descontinuidades e às não universalidades.

Como já vimos anteriormente, Derrida é um autor que se ocupou em problematizar o par binário ficção/realidade. Seguindo a estratégia da desconstrução (DERRIDA, 2001b), trabalha-se a inversão da hierarquia dos termos presente nos binarismos produzidos pelo pensamento ocidental, com o simultâneo descentramento, para que o “gesto duplo” de inversão e de deslocamento possibilite a emergência de novas possibilidades de entendimento, que não se deixem encerrar ou compreender pela verdade de um único sentido posto pelo pensamento hegemônico, sendo possível lidar com o descontínuo, o devir, o que escapa à fixação do sentido. Em um dado momento, inverte-se a hierarquia; essa inversão coloca na posição superior o que estava na inferior, e esse movimento permite “a emergência repentina de um novo ‘conceito’ que não se deixa mais – que nunca se deixou – compreender no regime anterior” (DERRIDA, 2001b, p. 49). *Nem ficção nem realidade*. Não há, para Derrida, antagonismo e dissociação entre verdade e ficção, como vimos em algumas áreas do conhecimento.

Em uma tese que utiliza autores como Foucault e Derrida como ventos condutores de leituras e fios para tentativas de tecer (con)textos, uma suposta divisão entre realidade e ficção, entre verdadeiro e falso, não parece fazer muito sentido. A “verdade verdadeira” (como dizem as crianças) é entendida aqui como algo que se move, se amplia, se desloca e diz de quem a anuncia, a (re)produz. É construção – e desconstrução. Dança. “*Que que é real?! Que que é real?... Tudo é real! Eu sou real, a senhora é real, o [nome do agente de segurança] é real, cachorro é real, gato, rato... o sonho é real, o meu é!... o ar é real, Deus, o diabo, as criança...*”, explicou-me Mario. Ficção e realidade imbricam-se, tramam-se, abrem espaço ao descontínuo, ao singular, apostando na potência como abertura.

#### 4.1 POTÊNCIA

Em *A Potência do Pensamento* (2015a), publicado inicialmente em 2005, Giorgio Agamben apresenta uma coletânea de ensaios e conferências escritas ao longo de décadas. O autor reúne, nesse livro, três grupos centrais de discussão: linguagem, história e potência. A noção de potência – linha que atravessa a



obra de Agamben (CASTRO, 2012) – interessa aqui. Agamben faz um resgate da problemática da potência em Aristóteles e de interpretações sobre a questão, para dedicar-se à noção de impotência, de potência de não passar ao ato, *potência de não*.

Agamben debruçou-se sobre o sintagma “eu posso”, fazendo-nos pensar na relação entre potência e ato. Para Agamben (2015a), o conceito de potência tem na filosofia ocidental um lugar central a partir de Aristóteles. O pensador grego opõe e liga potência e ato. Aristóteles, em *De anima*, fala em *dynamis*, potência e possibilidade (ARISTÓTELES apud AGAMBEN, 2015a). E em *hexis*, hábito, faculdade. Faculdade diz de como uma atividade é separada de si mesma, atribuída a um sujeito. “Algo como uma ‘faculdade’ de sentir se distingue do sentir em ato, de modo que este possa ser referido propriamente a um sujeito.” (AGAMBEN, 2015a, p. 245). *Hexis* é o nome dado por Aristóteles para a *in-existência da sensação em um vivente*.

Aristóteles fala em dois tipos de potência: uma no sentido genérico, onde há a capacidade, mas falta ainda a aprendizagem. Uma criança tem a potência de construir uma casa, mesmo que não saiba ainda como fazê-lo. E há a potência em um sentido mais específico, que diz respeito àquele que já possui a *hexis* ligada a certo saber ou habilidade. O arquiteto pode construir a casa, tem a *hexis*, é potente a partir dela, e pode ou não pô-la em ato. “A potência é, pois, definida essencialmente pela possibilidade de seu não-exercício, tal como *hexis* significa: disponibilidade de uma privação.” (AGAMBEN, 2015a, p. 246). É assim que, em *Metafísica*, Aristóteles responde aos megáricos, que diziam que a potência só existe no ato. Se assim fosse, o arquiteto não poderia ser assim chamado quando não estivesse exercendo sua arte. Existe uma presença que não é em ato, é em potência – em presença privativa. Dessa forma, ter uma potência, ter uma faculdade, significa ter uma privação.

Na ausência de objetos, não existe a sensação dos próprios sentidos. Sensação é em potência, não em ato.

Isso significa que sentir que se vê é possível porque o princípio da visão existe como potência de ver e também como potência de não-ver, e esta última não é uma simples ausência, mas algo existente, a *hexis* de uma privação (AGAMBEN, 2015a, p. 248).

Como aponta Agamben, a neurofisiologia parece concordar com Aristóteles: olhos fechados não significam ausência de qualquer atividade para a retina. A obscuridade é a cor da potência. Se a luz é a natureza em ato, a treva é a sua potência, potência de não ser. A potência humana é potência de não passar ao ato, potência para as trevas.

O homem é o senhor da privação porque mais que qualquer ser vivo ele é, em seu ser, destinado à potência. Mas isso não significa que ele é também entregue e abandonado a ela, no sentido de que todo o seu poder agir é constitutivamente um poder não agir, todo o seu conhecer um poder não-conhecer (AGAMBEN, 2015a, p. 249).

Agamben (2015a) indica que para Aristóteles a potência está sempre em relação com sua privação. Essa relação ambivalente é a essência da potência. Toda potência humana é também impotência. “Potente é o que acolhe e deixa vir o não ser e esse acolhimento do não ser define a potência como passividade e paixão fundamental.” (AGAMBEN, 2015a, p. 250). Potência, que no contexto da física está ligada à quantidade de energia necessária para se gerar trabalho, movimento, aqui dança entre paixão fundamental (algo da ordem do *pathos*) e passividade. Potência de ser e potência de não ser. *Potência anfíbia*. Os outros viventes podem só sua potência específica, os comportamentos inscritos em sua possibilidade biológica. O homem é o único animal que pode sua própria impotência (AGAMBEN, 2014).

Nas palavras de Aristóteles, Agamben vai dizer que negação e afirmação não se excluem. “Uma vez que o que é potente não é sempre em ato, também a negação lhe pertence: de fato, o que é capaz de caminhar pode também não caminhar, e o que pode ver pode não ver.” (ARISTÓTELES apud AGAMBEN, 2015a, p. 253). Em *Theta* e em *De Anima*, de Aristóteles, vimos “pode não” e não “não pode”. A mesma coisa pode ser e não ser. No momento da passagem ao ato, o homem não anula sua potência de não; ao passar ao ato, ele vive sua potência de não não passar ao ato. Potência de fazer ou de não fazer, de ser ou de não ser, senão potência seria confundida com ato. Uma

potência que pode tanto a potência quanto a impotência – uma *potência suprema*, que transporta no ato a potência de não ser (AGAMBEN, 2013).

Negação e afirmação não se excluem. Potência que traz consigo impotência. Possibilidade que não se deixa encerrar em oposições binárias, é da ordem do *indecidível*. O indecidível, noção trabalhada por Derrida (2007),

não é somente a oscilação ou tensão entre duas decisões. Indecidível é a experiência daquilo que, estranho, heterogêneo à ordem do calculável e da regra, *deve* entretanto – é de *dever* que é preciso falar – entregar-se à decisão impossível, levando em conta o direito e a regra (DERRIDA, 2007, p. 46).

O indecidível opõe resistência à oposição binária, desorganiza-a, sem criar um terceiro termo: *pharmakon* – *nem* remédio *nem* veneno. Possibilidade de abertura à descontinuidade, a um tempo não linear. Possibilidade de dança, de adiamento de qualquer significação possível, possibilidade de habitar o *entre*.

O pensamento moderno pressupõe coincidência entre conhecimento e verdade, entre subjetividade e consciência. Há a compreensão de um modo de subjetivação que configura um sujeito possuidor de uma unidade interna coerente, um sujeito organizado em torno de um eixo identitário, com um núcleo estável – uma subjetividade sujeitada, sem espaço ao devir, ao indecidível, sem nuances. Os indecidíveis de Derrida possibilitam deslocamentos permanentes, novas tomadas de posição. Nem preto, nem branco, tampouco cinza (o que seria apenas um novo lugar) – mas os inúmeros matizes entre um e outro (RODRIGUES, 2009). “[N]essa prática do *nem/nem* é a noção de alteridade, de um outro que sempre se faz demonstrar nesse espaçamento, nesses intervalos, nessa distância que se abre *entre*.” (RODRIGUES, 2009, p. 51).

Em minhas andanças pelo HCTP, gostava de ser deslocada pelas nuances, pelas possibilidades várias de se estar no mundo, de se relacionar com os (con)textos. Encontrar-se com o ateu na missa da instituição, ouvir a negativa do interno de voz doce sobre a gravação da entrevista, o pedido em assembleia para assistirem ao DVD com o show da Anitta (lá aonde não chega Internet nem

celular e onde a TV é disputada e rara), a fala louca/lúcida e poética de João contando-me que “o prazer [dentro do HCTP] é dado [somente] por umas bandejas de queijo mozzarella... três ou quatro...de 150 gramas”. Gostava dessa captura por aquilo que não se deixa capturar totalmente.

“Deus nem sempre é bom pra mim... mas eu sou para ele. Quer dizer, às vezes. Às vezes não dá. Aí nós ficamos empatado. Mano a mano”, contou-me Mario, o “malucão”, como ele diz, com seus dentes faltando, com idas e vindas ao HCTP, quite com Deus, o “dono do Universo”. E João, homem estudado, que não estuda mais, porque “não me adianta alguns livros, precisaria de toda a minha extensa biblioteca”. Ao queixar-se do ócio dentro do hospital, e da saudade que sente de seus estudos, perguntei sobre a possibilidade de ele desenvolver alguns estudos ali dentro, com a entrada permitida de alguns de seus livros. Ou a biblioteca inteira ou nada. “Não me adiantariam somente alguns livros, você entende? Então, prefiro não seguir já que me faltam as condições adequadas... e necessárias!”, falou-me apontando o dedo para cima no fim da frase.

No ensaio *Sobre o que podemos não fazer*, presente no livro *Nudez*, Agamben (2014) fala que o poder pode separar o homem de sua potência, privando-o de seu exercício, de suas ações. Vale lembrar aqui que o *louco infrator*, ao ser considerado inimputável, deixa, inclusive, de ter direito a responder por sua infração, seu crime. Incluído/excluído do sistema de saúde e também dos trâmites e prerrogativas da Justiça. Impedido, mais uma vez, de exercer sua cidadania – e sua potência de dizer, de dizer-se, de falar sobre o ato cometido.

A possibilidade de responder pelo crime cometido é uma condição humanizante, um exercício de cidadania que aponta para a responsabilidade e para a capacidade do sujeito de se reconhecer como parte de um registro normativo que serve para todos. Responder pelo seu crime é um modo de inclusão, pois insere o sujeito dentro do ‘guarda-chuva’ da lei, que abriga a todos sob o seu manto (BARROS-BRISSET, 2010, p. 124).

Porém, há outra operação de poder, dissimulada, que não age diretamente sobre o que o homem pode fazer, mas sim sobre o que pode não fazer, age sobre sua impotência. E é sobre essa possibilidade de potência, a potência de não, que agem os poderes ditos “democráticos”, alerta Agamben (2014). O homem, privado do que pode fazer, ainda pode não fazer; ainda mais brutal é o exercício de poder sobre o que pode não fazer: separado de sua impotência, o homem perde sua capacidade de resistir (AGAMBEN, 2014). E interessava-me a resistência.



## 5 CAMINHOS

Por meio de contato com profissionais da área da saúde e da assistência social que trabalham na instituição, após autorização dos órgãos competentes e a aprovação (parecer nº 763.770) do projeto de pesquisa<sup>10</sup> no Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos – CEPESH da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, requisito necessário para a realização da pesquisa – vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade de Santa Catarina, pude circular pela instituição de custódia que serviu de campo de estudo.

Encontra-se no anexo deste trabalho o modelo do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido enviado – e aprovado pelo CEPESH – que foi fornecido ao diretor da instituição onde a pesquisa de campo foi realizada, assim como lido e assinado pelos entrevistados para esta pesquisa. Durante quatorze meses de visitas – passagens, mergulhos – a um hospital de custódia, participei de atividades dessa instituição, como assembleias, reuniões, grupos e eventos festivos de fim de ano, além de realizar entrevistas, conversas privativas, com sete internos.

Quanto às atividades coletivas, como as assembleias e os grupos, as observações, impressões e percepções decorrentes dessas idas (com periodicidade variada) eram registradas em um caderno, uma espécie de diário de campo, diário de bordo. Recém-chegada a casa, ainda no calor da experiência, escrevia sobre o vivido no hospital naquela manhã (na maioria das vezes estive lá no período da manhã, quando assembleias e outras atividades em grupo costumam ocorrer). Procurava estar atenta a tudo que via/sentia no hospital, deixando as anotações para casa. Porém, às vezes algo me parecia tão importante, falas tão potentes, que eu tomava nota ali mesmo – com algum constrangimento (porque escrever na frente de quem falava fazia-me perder um pouco da experiência – ainda que parecesse garantir-me uma melhor memória dela –; ou porque achava deselegante, desrespeitoso com os protagonistas, como se eu agisse como um médico em consulta ou alguém que toma

---

<sup>10</sup> Com o título provisório à época de *Fora de série: o linear e o descontínuo nos (con)textos de hospitais de custódia e tratamento psiquiátrico* – Certificação de apresentação para apreciação ética – CAAE nº 25417413.2.0000.0121.

depoimentos), na hora, em uma folha que eu sempre tinha em mãos para esses casos.

Depois de alguns meses frequentando atividades coletivas na instituição, convidei, em semanas distintas, sete internos para conversas privadas, entrevistas. Pessoas que de alguma forma me pareciam interessantes, que chamaram minha atenção durante meu transitar pelo HCTP, ou que foram se chegando, querendo saber mais sobre a pesquisa – minha presença ali já era relativamente costumeira e eles sabiam que eu estava ali por um período determinado, para uma pesquisa. Esses de certa forma se escolheram, se elegeram entrevistados, e assim foi.

O número de sete internos não seguiu critério *a priori*, antes se trata do número de pessoas que me provocaram ressonâncias (e poderia ter sido além ou aquém de sete). Conforme minhas referências teóricas, não foram definidos critérios quantitativos ou estatísticos, porém considerei o singular nos seus atravessamentos pelo universal como critério para estabelecer a importância e a relevância do conhecimento presente em cada encontro meu com os internos.

Além das entrevistas realizadas com os sete internos, trabalho aqui também com as observações e anotações que realizei durante o período em que frequentei esse espaço em atividades coletivas. E também, como o já apontado, por vezes, resgatei algumas falas dos cinco internos que entrevistei para a pesquisa de mestrado – por achar que cabiam neste momento, que diziam dessa outra leitura, que podiam ganhar outros matizes. Mas, mais do que por essa razão, foi a forma que encontrei de marcar aqui, trazendo alguns trechos de suas falas-testemunho, a(s) marca(s) que fizeram em mim. Marca-homenagem. Este trabalho aqui – com Carlos, Mario, João, Manuel, Paulo, Murilo, Vinicius e os não “batizados” com quem estive nas atividades coletivas – é, também, um tanto de Gabryel, Nivaldo A., Vilmar, Arthur e Pedro Nogueira<sup>11</sup>. Um tanto que deixaram em mim com seus *testemunhos (im)possíveis*.

Entendo que os aportes conceituais utilizados nesta pesquisa abrem possibilidades para efetuar a proposta acima. Ou seja, o trabalho com os conceitos de descontínuo, de singular –

---

<sup>11</sup> Todos nomes fictícios, criados à época da escrita da dissertação: O *testemunho (im)possível do louco infrator: condições de acolhimento e de emergência* (2012).



que fazem a crítica aos pressupostos modernos – envolvem concepções de espaço e de tempo que extrapolam a organização tradicional de uma pesquisa. A organização que estabelece sequências, nichos, hierarquias, segue necessariamente uma específica concepção de tempo e de espaço articulada ao denominado método tradicional que deriva em modelos de produção do conhecimento. Na aposta de trabalhar com o tempo singular e descontínuo, e com o outro – e eu – constituído nessa perspectiva, a escrita da tese opera como tessitura, entrelaçando – desde o título *Lampejo* (que apresenta este trabalho) até o título *Algumas outras considerações* (que teria um caráter de *conclusão*) – as falas dos entrevistados na pesquisa, tanto de doutorado quanto algumas falas dos entrevistados para a pesquisa de mestrado, as falas de outros internos que não os entrevistados, as referências dos autores e as minhas elaborações.

Impressões. Hipóteses levantadas. Leituras realizadas a partir dos vínculos estabelecidos. Procurei trabalhar todo esse material como texto – entendendo como texto as narrativas construídas sobre mim mesma, sobre o outro e também sobre o (con)texto que nos cerca.

Aquilo que chamo de texto é também aquilo que inscreve e desborda ‘praticamente’ os limites de um tal discurso. *Há* um texto geral em todo lugar em que (isto é, em todo lugar) esse discurso e sua ordem (essência, sentido, verdade, querer-dizer, consciência, idealidade etc.) são *desbordados*, isto é, em que sua insistente demanda é colocada em posição de *marca* em uma cadeia que ela tem, estruturalmente, a ilusão de querer e acreditar comandar. Esse texto geral, obviamente, não se limita, como poderá (poderia) apressadamente compreender, aos escritos sobre uma página (DERRIDA, 2001b, p. 67).

Os textos produzidos apontam as apropriações singulares que cada pessoa faz do universal de que também faz parte, da apreensão (e afecção) de aspectos sociais, históricos, afetivos. Conforme visto anteriormente, a noção de texto para Derrida não está limitada à grafia, ao discurso, ou a qualquer representação.

Para o autor (1991), texto diz respeito a “todas as estruturas ditas ‘reais’, ‘econômicas’, ‘históricas’, sócio institucionais, em suma, todos os referenciais possíveis” (DERRIDA, 1991, p. 203). Esses textos, entendidos como um tecido composto por vários fios, foram trabalhados com aporte na proposta da desconstrução *derridiana*.

Gostaria primeiramente de esclarecer que nem toda filosofia é um pensamento e que nem todo pensamento é do tipo filosófico. Sendo assim, pode-se pensar a filosofia sem pensá-la de maneira filosófica. A desconstrução é um modo de pensar a filosofia, ou seja, a história da filosofia no sentido ocidental estrito e, conseqüentemente, de analisar sua genealogia, seus conceitos, seus pressupostos, sua axiomática, além de naturalmente fazê-lo não apenas de maneira teórica, mas também levando em conta as instituições, as práticas sociais e políticas, a cultura política do Ocidente. Não se trata de um gesto negativo, como a palavra desconstrução poderia dar a entender, mas de um gesto de dessedimentação de genealogias, de análise num certo sentido, embora a palavra análise tampouco seja adequada, pois supõe um elemento simples como último recurso, enquanto a desconstrução parte sempre de um lugar de complexidade e não de simplicidade. Em todo caso, trata-se de um gesto afirmativo, mas que não é uma doutrina filosófica e que diz respeito à filosofia ocidental, porém sem ser um elemento desta, não sendo tampouco, por definição, ocidentalista (DERRIDA, 2004a, p. 10).

A utilização da estratégia da desconstrução proposta por Jacques Derrida está a serviço da problematização de um sistema de pensamento dominante, hegemônico, centrado em binarismos. As narrativas produzidas pelas pessoas entrevistadas foram pensadas para além dos binarismos lei/infração, normalidade/loucura ou normalidade/periculosidade, e ainda, realidade/ficção.

Quanto à noção de unidade narrativa da vida, também é preciso ver nela um misto instável entre fabulação e vivência. É precisamente em razão do caráter evasivo da vida real que temos necessidade do socorro da ficção para organizá-la retrospectivamente após os acontecimentos, mesmo que seja preciso considerar revisável e provisória toda e qualquer figura de enredo extraída da ficção ou da história (RICOEUR, 2014, p. 173).

Faz-se necessária “uma dança” entre singular e universal, entre ficção e realidade. *Bailemos*.

O exercício da desconstrução possibilita que diferentes sentidos possam emergir. Há a preocupação em deslocar as posições binárias, não somente invertê-las – para que esse movimento não seja somente a criação de uma nova hierarquia. “[O] que Derrida vai dizer é que de nada adianta apenas a inversão se, com isso, houver o risco de reproduzir um esquema hierárquico e dual a que se pretendia combater.” (RODRIGUES, 2009, p. 31). O deslocamento possibilita uma não fixação identitária. “A desconstrução, para manter-se fiel à tarefa que se propõe, não poderia se agenciar a nenhum tipo de identidade fixa.” (RODRIGUES, 2009, p. 34).

Ao tomarmos como exemplo o binarismo loucura/sanidade, o movimento de desconstrução não visa a um elogio à loucura, polo “inferiorizado”, em um movimento somente de *inversão*; tampouco se trata exclusivamente da crítica ou denúncia da construção da figura do louco e de sua exclusão social. Trata-se, também, de problematizar as relações que se estabelecem entre esses pares, pois essas relações não são exclusivamente de oposição, mas, antes, elas se complementam.

Assim, a questão espinhosa é que não basta trazer o denominado louco para o convívio social; mas, antes, trata-se de questionar os pressupostos do (con)texto que sustentam o próprio conceito de inclusão e exclusão, bem como as práticas que sustentam o binarismo subjacente. Não se trata exclusivamente de um trabalho de *inversão*, de denúncia – ainda que ele seja necessário, já que inverte os termos do par binário. Trata-se de questionar o próprio sistema binário por meio do *deslocamento*.

Houve a aposta na acolhida a um texto que, como todos, não “é homogêneo, contínuo, igual, em cada uma de suas partes, à força global e a todas as consequências de suas questões” (DERRIDA, 2001b, p. 16). Buscou-se a abertura a um (con)texto não linear, com as descontinuidades e as lacunas constituintes do próprio dizer (tecido é fio e também buraco). Sempre há o *resto*.

A verdade não é uma preocupação que orienta o exercício *derridiano*, tampouco o desejo de “dar conta” – no sentido de resolver e apresentar as respostas a uma experiência. O *resto*, parte constitutiva do próprio dizer, o indizível, pode ser acolhido e legitimado. O exercício da desconstrução jamais resultará em respostas fechadas, definidas ou seguras sobre qualquer que seja o tema.

Para a escrita deste trabalho, na tentativa (sempre vã) de acolher toda a experiência vivida nesses quatorze meses circulando no HCTP, invisto na leitura *derridiana* como ferramenta “metodológica” e política de problematização e enfrentamento a essencializações, a estabilizações de identidades e a discursos universalizantes. No interior do sistema, há que se compreender as condições de existência e os limites de cada “conceito”, e há que se entender como se organizam e se sustentam para, simultaneamente, possibilitar a abertura de espaços que propiciem o surgimento do “brilho do além-clausura” (DERRIDA, 2008a, p. 16), lembrando que a experiência de uma desconstrução nunca acontece sem amor, sem que se renda homenagem àquilo a que ela se prende (DERRIDA, 2004a).

Fez-se como opção teórica o reconhecimento da (im)possibilidade da escuta e da compreensão plena do outro em sua experiência e constituição subjetiva no decorrer da realização das entrevistas e no confronto com os discursos *logocentrados* (considerados verdadeiros e científicos) – judiciário e psiquiátrico –, bem como no cotejo com o discurso dos internos.

Para Derrida o sentido é sempre a ser deslocado, rearranjado, a partir dos sujeitos ligados aos atos de fala e de escrita (NASCIMENTO, 2004). Os sentidos que foram tecidos durante minhas conversas com os internos não necessariamente coincidem com os urdidos para este trabalho escrito. Fios. “[O] texto, desde sua etimologia, é um *tecido*, uma composição heterogênea feita de muitos fios, os quais uma vez entrelaçados implicam múltiplas camadas de leitura.” (NASCIMENTO, 2004, p. 15). Trabalharam-se as leituras e a desconstrução dos discursos

a partir de um olhar que não se pautasse pela suposta possibilidade de tradução imediata, verdadeira, linear, transparente, das falas dos internos. “Desconstruir o real seria mostrar que a realidade é texto, é têxtil, é tecido”, escreveu Haddock-Lobo (2013, p. 34). Criações. Possibilidade potente de leitura(s).

As falas dos entrevistados apresentadas aqui por mim são uma tentativa de tradução. Seriam essas falas obras originais? Já não seriam traduções de suas experiências na linguagem? E a experiência, ela mesma, já não nasceria entrelaçada com o *logos*? Essas questões motivaram a leitura de *Torres de Babel* (2002), texto em que Jacques Derrida dialoga diretamente com Walter Benjamin para apontar a necessidade e, ao mesmo tempo, a impossibilidade da tradução. O texto de Benjamin chama-se *A tarefa do tradutor*.

Derrida aponta, em Benjamin, três precauções ao tradutor: sua tarefa não se dirige a uma recepção; ela não tem por finalidade comunicar nada (ainda que a comunicação esteja presente; e ela não deve pretender copiar o original. E mesmo assim a tarefa do tradutor permanece enquanto dívida, dívida demandada pela obra original:

Desde seu título – e por enquanto fico por aqui – Benjamin situa o *problema*, no sentido daquilo que está precisamente *diante de si* como uma tarefa: é aquele do tradutor e não da tradução (nem aliás, seja dito de passagem, da tradutora, e a questão não é negligenciável). Benjamin não fala da tarefa ou do problema da tradução. Ele nomeia o sujeito da tradução como sujeito endividado, obrigado por um dever, já em situação de herdeiro, inscrito como sobrevivente dentro de uma genealogia, como sobrevivente ou agente de sobrevida. A sobrevida das obras, não dos autores. Talvez a sobrevida dos nomes de autores e de assinaturas, mas não dos autores (DERRIDA, 2002, p. 32).

A minha tarefa, colocando-me nesta pesquisa como uma espécie de tradutora, é a de tentar atender a essa demanda por tradução. Tarefa que, salienta Derrida, tem na palavra alemã

usada por Benjamin, *Aufgabe*, também o sentido de renúncia, abandono, doação. *Dívida* que eu, enquanto tradutora, tenho em relação às falas dos *loucos infratores* que entrevistei. Dívida: tema tão recorrente a mim em meus processos terapêuticos. Talvez esta pesquisa seja mais uma tentativa de dar lugar a esse lugar gozoso da *endividada*. Alento-me ao ler, em Nascimento (2004), que “para Derrida não existe problema teórico que não implique de algum modo a biografia dos sujeitos envolvidos” (NASCIMENTO, 2004, p. 8). *Múltiplas camadas de leitura*.

Volto à pergunta: qual será minha tarefa? Qual minha *dívida* ao me deparar com as histórias dos internos? Tentativa de tradução, ciente de sua impossibilidade. A tradução, a interpretação, é impossível, mas necessária. Impossível por não ser possível falar na língua do outro, por não se conseguir ouvir em sua língua, pela intraduzibilidade de sua experiência. Necessária por sua *tradutibilidade*, pela necessidade (ética) de empreender a tarefa, de responder à demanda que o(s) texto(s) faz(em), uma demanda de vida, de sobrevivência.

Assim, a *dívida* pode permanecer. Porém, relevar e reconhecer os limites e possibilidades de caminhar pela língua do outro pode abrir caminhos e brechas para os discursos que não se pautam pelas certezas e verdades do discurso *logocentrado*.

O amor de Derrida é o amor pela partição ao interior da coisa mesma, é o amor pela tensão, pelo quiasma, pela indecidibilidade mesma do real. E é esse amor que nos faz desconstruir, inclusive e sobretudo, o real, não para mostrar que existe um real mais real do que o real, mais real do que o rei, mas sim para mostrar que o real é multifacetado, diverso (HADDOCK-LOBO, 2013, p. 36).

Os caminhos traçados nas andanças pelo HCTP, nas conversas todas, nas observações e anotações, nas leituras e discussões realizadas, digressões tantas, vão se apresentando neste texto escrito, chamado tese. Tentativa de organização afetiva: encontram-se espalhados ao longo da escrita desta pesquisa (em seus diversos momentos – os chamados capítulos) as minhas andanças pelo HCTP, trechos das falas dos internos e as referências aos autores com os quais dialogo. O que no título

chamei de incursões. Os quatorze meses de ida a campo, e mais as reverberações – não há como suspendê-las – dos três meses da experiência anterior (à época do mestrado), mais as leituras realizadas, as imagens (re)criadas. Incurção como *estudo*, mas também como *contágio*, *contaminação*, e também *invasão*<sup>12</sup>.

Influenciada pela orientação teórica que este trabalho segue, optei por não seguir divisões e lugares apropriados e previamente demarcados para a alocação correta da escrita. Assim, os textos das entrevistas, dos autores estudados e as (re)criações a partir desse *contágio*, encontram-se de forma descontínua no texto da tese. Espera-se que a potência acompanhe esses textos em sua singularidade e sua descontinuidade – neste escrito, chamado tese, chamado dúvida: dívida. Texto *babélico*, de tessitura diversa, tramas indecidíveis. Em uma indistinção: eu, invasora no HCTP e invadida por ele, por seus habitantes. Fios que se entrelaçam, se amarram, e uns tantos – muitos – fios soltos.

---

<sup>12</sup> Alguns dos sinônimos atribuídos à palavra “incurção” pelo *Dicionário Houaiss de sinônimos e antônimos* (2003, p. 376).





## 6 VISITAS

[...]

Escrever é estar no extremo  
de si mesmo, e quem está  
assim se exercendo nessa  
nudez, a mais nua que há,  
tem pudor de que outros vejam  
o que deve haver de esgar,  
de tiques, de gestos falhos,  
de pouco espetacular  
na torta visão de uma alma  
no pleno estertor de criar.

[...]

João Cabral de Melo Neto<sup>13</sup>

Dois anos sem entrar no hospital de custódia. Entre as minhas últimas idas até lá para a pesquisa de mestrado e o dia da (nova) primeira visita – das muitas previstas – para seguir na tessitura do que chamam tese, para mim tecido (fios, tramas e buracos). Fiz essa conta no caminho de ida (que ainda era sem volta) para lá. O cálculo de dois anos fazia parecer que, sim, era um tempo razoável, que havia se passado um bocado de tempo daqueles tempos de agonia, de respiração curta e sorriso constrangido, perambulando curiosa e aflita pelas rotinas e surpresas do hospital de custódia, por seus espaços com “o cheiro do insuportável”. Estrangeira. E como tal, talvez como só “os de fora” podem ser, capturada, afetada em cheio pelos (con)textos todos, ali, tão singela e extraordinariamente dispostos.

Na língua francesa, língua de Derrida, a palavra *hôte* designa tanto quem oferece como quem recebe a hospedagem. Assim talvez eu tenha estado no HCTP. A que recebe e que é recebida. *Nem nem*. Nem hóspede nem hospedeira. E.

Andemos. Nós nos deslocamos – de transgressão em transgressão, mas também de digressão em digressão. O que significa esse *passo a mais* [*pas de trop*] e a transgressão, se tanto para o convidado quanto para o visitante a passagem da soleira,

---

<sup>13</sup> João Cabral de Melo Neto no poema *Exceção: Bernanos, que se dizia escritor de sala de jantar* (1997, p. 91).

do limiar, continua sempre um passo da transgressão? e se deve mesmo continuar a sê-lo? E o que significa *passo de lado* [*pas de côté*], a digressão? Aonde levam esses estranhos processos de hospitalidade? Esses limiares intermináveis, portanto infranqueáveis, e essas aporias? Tudo se passa como se fôssemos de dificuldade em dificuldade. Melhor ou pior, e mais gravemente: de impossibilidade em impossibilidade (DERRIDA, 2003, p. 67).

Na impossibilidade de tradução, de falar a língua do outro, investi em uma ética de acolhida, tentativa de *hospitalidade absoluta*. Diante do que não pode ser traduzido, nomeado – aposta no afeto, nos atravessamentos (*punctum*, detalhe, *pathos*, luz e apagar de *vaga-lume*, espanto). *Pas de côté*.

E, pela via do afeto, da afecção, daquilo que nos atravessa, dois anos atrás havia sido ontem. Talvez ainda ouvisse o barulho da enceradeira que concedeu a Gabryel (um dos internos responsáveis pela limpeza, apresentado em minha dissertação de mestrado) a honra de uma dança. Ou ele a ela. E também sentia (ainda e de novo) no corpo o mal-estar do hostil (hospitaleiro?) – e até coercitivo – período de trâmite rumo à autorização para a realização da pesquisa, há bem mais de dois anos. Um corpo de afetos, com palpitações e sensação de tripas reviradas, não deixava dúvidas: eu não queria voltar para lá. Ainda com os sopros de beleza sentidos vez ou outra nas andanças pelo HCTP, ainda (sempre) tocada – contagiada – pela luzinha dos *vaga-lumes*, a cada quilômetro mais perto o corpo mais denunciava: você não quer voltar. Mas volta. Voltei. Invasora/invadida.

As falas de Derrida (2003) sobre a hospitalidade, que desenha uma ética da alteridade, vão falar do *estrangeiro* – estranho, mas reconhecido (tem nome) – e do outro absoluto. O autor faz uma distinção entre os direitos e deveres que condicionam a hospitalidade e a hospitalidade incondicional, sem condições postas para as boas-vindas, sem regras, sem códigos. Ética do acolhimento.

[...] a hospitalidade absoluta exige que eu abra minha casa e não apenas ofereça ao estrangeiro (provido de um nome, de família,

de um estatuto social de estrangeiro, etc.), mas ao outro absoluto, desconhecido, anônimo, que lhe *ceda lugar*, que eu o deixe vir, que o deixe chegar, e ter um lugar no lugar que ofereço a ele, sem exigir dele nem reciprocidade (a entrada num pacto), nem mesmo seu nome (DERRIDA, 2003, p. 25).

Um grande varal. Nele, uma série de blusas e calças alaranjadas, penduradas lado a lado, em uma série interminável de boas-vindas. A imagem perturbadora estava muito afinada com a nova proposta de estudo, que problematizava a questão do contínuo, da mesmidade. Uma linha imponentemente exposta na entrada do hospital, uniformes!

Há dois anos, ontem e há tanto tempo, quando estive por lá, os internos não usavam uniformes. Suas roupas tinham números de identificação pintados – lembremos sempre que se trata de uma unidade prisional –, mas não havia uniforme. Soube depois que a obrigatoriedade do uniforme iniciou-se em fevereiro de 2012. Há também a opção do uso de uniforme branco, mas naquela manhã, na minha volta ao hospital, quis o acaso que só houvesse uniformes laranjas na grande linha posta no pátio. (A hospitalidade absoluta não impõe condições às boas-vindas). O impacto visual foi ainda maior, presumo. Curiosamente, nunca mais vi roupas penduradas naquele espaço, chego a duvidar se de fato essa imagem existiu senão para mim naquele dia.

No decorrer de quatorze meses, fui (re)conhecendo vários internos, especialmente os que frequentavam as assembleias e os grupos organizados pelos profissionais do hospital. Nos primeiros meses não me preocupei em eleger quais seriam aqueles com quem eu conversaria reservadamente, no que se chama entrevista. Preferi circular pelos corredores do HCTP observando a organização dos internos, como iam para as reuniões, o que e como falavam, como se destacavam do grupo, o que em cada um me chamava a atenção, o que me capturava (ou não, já que tantos seguiam indiferenciados para mim, camuflados entre o uniforme laranja e tudo que ele acarreta).

Para conhecer os vaga-lumes, é preciso observá-los no presente de sua sobrevivência: é preciso vê-los dançar vivos no meio da noite, ainda que essa noite seja

varrida por alguns ferozes projetores. (DIDI-HUBERMAN, 2011, p. 52).

Depois de algumas semanas, eu já não era uma figura tão estranha por lá; cada vez alguns internos se chegavam mais, perguntavam coisas, falavam de si. Esse contato não direcionado, espontâneo, era também parte importante do trabalho de pesquisa no hospital que eu buscava fazer. Talvez até a parte mais relevante, pensando nos objetivos da pesquisa. Algumas pessoas em especial destacam-se do grupo, algumas falas tocaram-me mais, alguns comportamentos pareciam-me ainda mais singulares – eu gostava de ser capturada pelo diferente, pelo inesperado, pelo acidente, pelo extraordinário, pelo espanto.

No final de uma assembleia, um dos internos chegou até mim para beijar-me a mão e fazer-me uma só pergunta: “*Tu gosta de melancia?*”. O aparente despropósito da pergunta encanta, desloca. Não era uma pergunta banal, daquelas de que não se espera (ou não se ouve) a resposta, tipo “tudo bem?”. Ele parecia mesmo querer saber se eu gostava de melancia. E era só isso. Não houve um “a mais” depois de minha resposta. Sem jogos, sem subtexto, sem intenção disfarçada, sem ironia, papo reto – tão raro em nossas relações corriqueiras, por isso arrebatada. E assim, em outras ocasiões: “*Esta tua sandália aberta o pé?*”, “*O que a senhora tá achando da festa?*” (outra vez com aparente interesse pela resposta – não parecia tratar-se de mero “jogo social”, minha resposta parecia ser importante), “*Esta não faz fiozinho*” (referindo-se à bolinha de queijo servida na festa de fim de ano, que, por já estar fria, não tinha mais queijo derretido para *fazer fiozinho*).

Pouco a pouco, parece que foram emergindo aqueles com os quais eu conversaria mais tempo, em outro espaço. Da massa de uniformes laranjas foram surgindo essas figuras que por inúmeras razões me surpreendiam, me intrigavam. Pessoas que pareciam ter criado um jeito – próprio, singular – de viver ali, de dar conta daquela realidade com alguma distinção, com alguma assinatura, sem ser (totalmente) comprimido, serializado, massificado pelo sistema carcerário, pelos discursos da psiquiatria e do direito, pelas rotinas e regras do hospital. A cada reunião eu ia convidando um deles para conversar.

Essas conversas, entrevistas, imersões – nunca sei exatamente o que se dava dali, aconteceram depois de grupos e

assembleias, sempre no período da manhã, em uma sala de atendimento do HCTP. Esse momento era organizado com o auxílio de uma profissional da assistência social do hospital e dos profissionais de segurança. Na sala, conversas que duraram de trinta minutos a duas horas, somente o interno e eu. Vez que outra aparecia alguém olhando pelo vidro da porta o que estava acontecendo ou quem estava lá dentro. Com exceção dessas aparições, as conversas seguiram sem interrupção.

Conversei privativamente com sete internos, sete dessas figuras que me afetaram durante os meses anteriores às entrevistas. Deveriam ser nove. Para um, cheguei tarde. Era um interno que auxiliava na cozinha, que sempre me chamou atenção nos grupos em que participei. Já havia conversado com ele sobre a possibilidade de entrevistá-lo, ele havia aceitado. Por falta de comunicação, quando retornei ao HCTP, ele já havia saído. Fiquei feliz por saber que ele estava fora, mas senti por não poder ter conversado mais com ele – figura muito querida e respeitada entre os internos. Consegui o telefone do familiar com que ele tinha ido morar em outro estado, pensei em uma entrevista por telefone. Depois de duas ligações em que ninguém atendeu, achei melhor desistir, achei melhor deixá-lo em paz. Talvez fosse melhor para ele deixar mesmo o hospital para trás, de vez.

Esse ex-interno, autointitulado – com orgulho – cozinheiro, era muito cuidadoso com sua tarefa. Em mais de uma ocasião, ouvi-o falar sobre os cuidados de higiene necessários a quem fosse manipular alimentos e sua preocupação com aqueles que na hora de servir a sopa pediam para ser utilizada a escumadeira e não a concha, para que viessem somente os legumes e não o caldo: “*os nutrientes estão é na água*”, inquietou-se uma vez em uma das reuniões que acompanhei.

A preocupação com os demais sempre me comovia; já me parecia tão difícil dar conta de si lá dentro do hospital, imaginava tarefa ainda mais dura dar conta de cuidar dos demais. [Ao cuidar do outro, abstrai-se um pouco de suas próprias mazelas?] Não foram poucas as manifestações de solidariedade e cuidado que presenciei: desde esse exemplo da preocupação com a nutrição dos colegas, passando por palavras de apoio quando um ou outro estava muito triste ou pela doação de alimentos recebidos dos familiares, até ajudas com o cuidado pessoal, do tipo cortar as unhas dos pés ou fazer a barba daqueles que não o conseguem fazer sozinhos.

Outro interno que me interessava muito era um que não falava, embora pudesse. Dentro do hospital, ele só falava por gestos. Quando saía de lá, falava normalmente. Achei que seria muito significativo entrevistar alguém que não fala, embora possa fazê-lo; alguém que acabou por criar uma linguagem própria [não são todas?]. Quando conversei com a equipe do hospital sobre essa possibilidade, uma das profissionais disse que estaria junto então, para “traduzir” o que ele falasse, como se somente ela pudesse entendê-lo – sua tradutora oficial. Como tudo lá no hospital já é tão escancarado, sem privacidade – portas de celas vazadas, das quais quem tem as chaves não é quem mora lá, prontuários de fácil acesso a muita gente, comentários de corredor sobre intimidades dos internos – achei que não faria sentido uma conversa que não fosse privativa como as realizadas com os outros internos. Deixei esse interno em silêncio, como ele parece gostar mais de ficar dentro do hospital.

Dentre as horas de entrevistas gravadas e, mais ainda, dentre as muitas páginas de anotações sobre as conversas não gravadas e de minhas impressões após cada ida ao HCTP, a escolha do material apresentado neste trabalho seguramente seguiu o mesmo critério que o eleger para estar em minhas anotações e impressões: foi uma escolha afetiva. Afeto aqui no sentido *pathológico*, daquilo que nos atravessa, daquilo que se quer em nós. *Pathos*, para além de uma concepção de doença, mas como “[...] (dis)posição afetiva fundamental que move o sujeito, constituindo-o na sua humanidade, com o psíquico, articulação essa que se eleva ao nível do conhecimento (*Logia*)” (MARTINS, 2005, p. 18).

Pela via do *pathos* talvez possamos pensar em uma dança possível entre singular e universal, disponível ao que surge pelo caminho e atravessa-nos, mobiliza-nos, sem necessidade de certeza.

O *pathos* originário nos permite repensar a questão humana e os seus destinos antes de qualquer cisão, separação (*chorismós*) entre o normal e o anormal. O *pathos* permite restituir de maneira refinada a maneira como se cria esse terrível fosso classificatório entre o normal e o anormal, mostrando como um pode informar o outro, explicando destinos

humanos tão diversos. O homem é, no sentido pleno da palavra, suscetível de *pathos*, na medida em que este determina sua existência, impõe provocações em seus sucessos e fracassos parciais e ensina-lhe o verdadeiro solo comum e possível em que o sujeito se move para construir a sua humanidade (MARTINS, 2005, p. 35).

O que estava disponível pelo caminho. Achados. No quadro *Des glaneuses (As respigadoras)*, de Jean-François Millet, aparece essa figura – a respigadora – que no campo recolhe o que sobrou, o que foi rejeitado na colheita. Inspirada nessa tela, a cineasta Agnès Varda criou o filme-documentário *Les glaneurs et la glaneuse* – traduzido no Brasil como *Os catadores e eu* (2000), que vai retratar a vida dos respigadores contemporâneos (catadores, coletores). E ela própria, Varda, coloca-se como uma catadora (de imagens).

Em alguma medida, penso que fui recolhendo o que o caminho me oferecia, movida *pathologicamente*; catadora de *vaga-lumes*, talvez. Tento aqui apresentar alguns de meus recolhidos – reais e ficcionais – eleitos pelo afeto. Há uma tentativa (frustrada desde seu projeto, suponho) de agrupar certas falas, certos textos, em alguns pontos de discussão em comum: *potência de não, marca e arquivo, violências, comida e celebrações*. Seguramente as falas destinadas a cada uma dessas cinco categorias criadas, portos de onde partiram algumas problematizações, atravessam-se, sobrepõem-se, misturam-se, transbordam e escapam. Deslocamentos inevitáveis e esperados dentro de categorias forjadas. Digressões que se impõem.

As vinhetas dessas conversas, impressões, pontuam o texto, (des)organizadas a partir do afeto, do *pathos*, sem muita preocupação com uma sequência lógica, apostando em possíveis saídas do idêntico, possíveis destaques, respiros, que pouco a pouco foram aflorando em meio às anotações todas feitas nesses catorze meses, mais as transcrições das entrevistas que foram gravadas, mais o que ficou no corpo-memória que esteve tantas vezes no hospital, mais o sopro teórico de autores escolhidos para ajudar a pensar esses acontecimentos.

Aqueles que eu entrevistei, em uma tentativa de lhes manter a privacidade e seu direito ao sigilo, chamo-os ao longo do texto

todo por nomes que lhes dei, nomes de poetas. (Os poetas que emprestaram seus nomes aos internos entrevistados, como deferência – e gratidão –, aparecem em verso no início de cada seção deste capítulo: *Visitas*). Quando falo de outros internos que não os entrevistados, embora tenham se destacado a mim, suas presenças tenham me furado, digo “um interno” – não mais um idêntico, não mais um na esteira, mas aquele que dança para fora dela, que parece achar escapes, um interno que me afetou.

## 6.1 POTÊNCIA DE NÃO

[...]  
 Não quero óculos nem tosse  
 Nem obrigação de voto  
 Quero quero  
 Quero a solidão dos píncaros  
 [...]  
 Manuel Bandeira<sup>14</sup>

Na primeira festa de fim de ano do HCTP em que estive, dois grupos não participaram do evento: os que não podiam, proibidos de participar, que eram os pacientes “do tratamento” – oriundos de outras unidades carcerárias para tratamento no HCTP até que possam retornar às suas prisões de origem –, e os que não quiseram ir à festa. Sim, apesar de toda insistência, de todo apelo, de todas as falas que envolvem os rituais de fim de ano, ainda assim, alguns preferiram não. Os dois grupos, no decorrer da festa lá no pátio da instituição, receberam comes e bebes em seus cubículos (quartos individuais) e enfermarias (quartos coletivos). O agente de segurança abria as celas individuais “do tratamento” e um estagiário ou profissional da área da saúde/assistência entregava um pratinho com doces e salgados e era servido refrigerante na caneca de plástico que cada interno tinha em sua cela.

A certa altura, enquanto o agente de segurança repetia o abrir e fechar de celas, uma das profissionais falou: “*Já fecha, já fecha* [a porta da cela]”, assim que o pratinho foi entregue, seguido de “*serve por aqui* [a bebida]”, referindo-se à pequena abertura na porta da cela. O agente de segurança parece ter estranhado um

---

<sup>14</sup> Manuel Bandeira no poema *Belo belo* (2001, p. 93).



pouco a sugestão, mas seguiu-a. A insensibilidade que comumente se esperaria de um agente de segurança carcerária não se acomodou nesse senso comum. Intuo que ele sabia que entregar o lanche nas mãos dos pacientes não era igual a servi-lo pela acintosa abertura da porta – tão típica de cadeias (não é também um hospital?).

Esses, os agrupados no conjunto dos “do tratamento”, não puderam participar da festa mesmo que quisessem, tampouco lhes foi reservada a possibilidade de, podendo, não ir.

Nada nos torna tão pobres e tão pouco livres como esse estranhamento da impotência. Aquele que é separado do que pode fazer pode, porém, resistir ainda, pode ainda não fazer. Aquele que é separado da sua impotência perde, ao contrário, principalmente, a capacidade de resistir (AGAMBEN, 2014, p. 73).

E houve aqueles, em outro grupo, que preferiram não. Mesmo podendo, preferiram não ir à festa. *Bartlebies*.

Bartleby, o escrevente, personagem criado pelo escritor Herman Melville, é a *fórmula da potência* para Agamben (CASTRO, 2012). Bartleby é um escrevente (copista) que para de escrever. Embora o possa fazê-lo, *prefere não*.

Estava sentado exatamente assim quando o chamei, dizendo ligeiro o que queria que fizesse – ajudar-me a conferir um documento curto. Imaginem minha surpresa, ou melhor, minha consternação, quando, sem sair de seu isolamento, Bartleby, numa voz singularmente calma, firme, respondeu: “Preferiria não”. Fiquei sentado por um tempo, em perfeito silêncio, recompondo minhas atônitas faculdades. Logo me ocorreu a ideia de que meus olhos tinham me traído ou de que Bartleby tinha simplesmente me entendido mal. Repeti o pedido do jeito mais claro que podia. Mas foi de um jeito igualmente claro que veio a resposta de antes: “Preferiria não”. “Preferiria não”, ecoei, levantando-me bastante alterado e atravessando a sala de

uma passada. “O que quer dizer? Ficou louco? Quero que me ajude a cotejar essa folha aqui – tome-a”, e empurrei-a em sua direção.

“Preferiria não”, disse ele (MELVILLE, 2015, p. 68).

Aos pedidos dirigidos a ele, Bartleby responde “I would prefer not to”. Mesmo podendo fazer, Bartleby *preferiria não*. E, ainda, em três passagens do livro, reforça sua preferência: “I prefer not.” Abre mão do condicional (preferiria) para (re)marcar sua potência de não.

Ao não irem à festa, mesmo podendo ir, entendo que há um “preferiria não”. Diante da insistência para o “sim”, com a recusa inclusive das comidas levadas até à enfermaria, houve o recurso extremo *bartlebyano* de “prefiro não”.

Crer que a vontade tenha poder sobre a potência, que a passagem ao ato seja o resultado de uma decisão que põe fim à ambiguidade da potência (que é sempre potência de fazer e de não fazer) – essa é, precisamente, a perpétua ilusão da moral (AGAMBEN, 2015b, p. 26).

Singularidade: potência que pode a própria impotência.

Potência – normalmente relacionada somente a movimento, a atividade – comporta também a noção de passividade, uma passividade potente, que pode não, que pode a sua impotência. Uma concepção de sujeito que se faz a partir de concepções de atividade, de ação, de movimento é, pelo menos, deslocada aqui.

Como escriba que cessou de escrever, ele [Bartleby] é a figura extrema do nada do qual procede toda criação e, ao mesmo tempo, a mais implacável reivindicação desse nada como pura, absoluta potência (AGAMBEN, 2015b, p. 26).

Os internos que preferiram não ir à festa, o interno que prefere não falar – ainda que o possam fazer.

Relembrando os escritos de Agamben (2015a) sobre potência, um arquiteto é potente a partir de uma *hexis* (faculdade) que ele pode pôr em ato ou não. Ele pode construir uma casa ou não: há a possibilidade de um não exercício, uma privação, uma potência de não. Como já dito, a potência de ser ou fazer algo é também potência de não sê-lo ou não fazê-lo. Ter uma potência é ter uma privação. Potência é a possibilidade de seu não exercício, traz a disponibilidade de uma privação.

Assim, o arquiteto é potente na medida em que pode não construir, e o tocador de cítara o é porque, ao contrário daquele que é dito potente só em sentido genérico e que simplesmente não pode tocar cítara, pode não-tocar cítara (AGAMBEN, 2015a, p. 246).

Referindo-se a Aristóteles, em *Metafísica*, Agamben fala da copertença de potência e impotência: e impotência não como ausência de potência, mas como potência de não, de não passar ao ato. É esta relação que define a potência humana: potência de ser e de não ser, de fazer e de não fazer. “O vivente, que existe no modo da potência, pode sua própria impotência, e só desse modo possui sua potência.” (AGAMBEN, 2015a, p. 249). Ao fogo lhe resta queimar, assim como aos outros seres vivos lhes são possíveis alguns comportamentos que fazem parte de sua “vocação biológica”, porém o homem é o animal que pode sua própria impotência. Para Agamben (2014), o poder, em sua forma mais opressiva e brutal, separa os homens de sua potência: “(...) separa os homens não apenas e não tanto daquilo que podem fazer, mas, em primeiro lugar, e principalmente, daquilo que podem não fazer” (AGAMBEN, 2014, p. 72).

Aqueles que não quiseram ir   festa por escolha, por preferência, mesmo podendo, precisaram (re)afirmar sua possibilidade de não (ir). De certa forma, foram violados em sua possibilidade de não. O mesmo grupo de sorridentes e bem-intencionados profissionais e estagiários que serviram lanches aos “do tratamento” – os que não podiam ir – invadiu enfermarias e cubículos daqueles que podiam e preferiram não para entregar os quitutes (que eles não pediram) e, de alguma forma, desqualificar a decisão deles: “*por que não foi à festa, seu coisa tola?*”, “*ouvindo*

*música, aí quietinho...tás apaixonado, tás?”, “não queres comer, é?”.*

Não houve nem o direito de recusa às comidas da festa. Aos que disseram não (mais uma vez), repousou-se o tal pratinho e um copo de refrigerante ao lado da cama. Sem direito a dizer não. Aqueles que não foram à festa por escolha não tiveram essa escolha acolhida, mas ainda assim escolheram-na. Potência/possibilidade. “Uma experiência da potência enquanto tal só é possível se a potência for sempre também potência de não (fazer ou pensar alguma coisa), se a tabuinha de escrever pode não ser escrita.” (AGAMBEN, 2007a, p. 19)

Só um louco, só aquele que *perdeu o senso*, podendo ir a uma festa de confraternização, não iria. Talvez seja essa conclusão, herdeira de um pensamento linear, de um pressuposto bem comum, e de uma presunção de se saber o que é melhor para o outro – em especial, se esse for aquele que perdeu a razão –, que dê direito à insistência, à invasão do espaço (físico e subjetivo) e à não aceitação do não daqueles que podiam ir à festa, mas ainda assim preferiram não. Assim como é justificada a insistência por parte dos profissionais de saúde/assistência, em uma das assembleias, para que os internos participassem das reuniões do grupo dos Alcoólicos Anônimos a ser implantado dentro do hospital. “*Você não teve problema com bebida, Murilo?*”, perguntou retoricamente um dos profissionais. Murilo, em sua potência/impotência, pôde dizer: “*Eu sou alcoólatra, mas não.*” Lembrei-me na hora de uma velha canção do Belchior: “Ora, direis, ouvir estrelas/certo perdeste o senso/E eu vos direi no entanto/ Enquanto houver espaço, corpo, tempo e algum modo de dizer não/eu canto.” *Cantemos.*

Ao deparar-me com os internos que preferiram não ir à festa, em sua afirmação de não mesmo diante do assédio ou das entrelinhas de um discurso tácito de “vai te fazer bem”, lembrei-me de Pedro Nogueira, um dos entrevistados para a minha pesquisa de mestrado. Ele foi o último interno a conversar comigo naquela ocasião. Todos antes dele consentiram em ter suas entrevistas gravadas em áudio. Tal como o chefe de Bartleby, fiz a pergunta “*posso gravar nossa conversa?*” apenas para seguir um protocolo, estava certa de que ouviria “*sim*”, como até então. Coloquei-o na esteira junto a todos os outros – que, antes dele, disseram-me sim. Ele interrompeu a série, desmontou-me, deslocou-me: “*prefiro que não*”, disse-me com sua voz mansa.

“OK”, respondi, “*sem problemas*”, tentando disfarçar minha surpresa. Em três minutos de conversa anterior à pergunta da gravação, eu pretensiosamente supus que eu já poderia antecipar algumas de suas respostas. Mesmo Bartleby, que “fazia uma quantidade extraordinária de cópias” (MELVILLE, 2015, p. 67), que parecia “há muito faminto por algo para copiar”, que “[f]azia o turno do dia e da noite, copiando à luz do dia e à luz de velas” (MELVILLE, 2015, p. 67), um dia preferiu não.

Quanto a minha antecipação à resposta de Pedro Nogueira, grande – e perigoso – engano. Esqueci-me de que não há relação causal e linear que antecipe o efeito e o resultado. Dessa forma, voz doce e gestos delicados – notoriamente presentes naquele interno – não significam, necessariamente, subserviência; nem o aceite para gravação vinda dos outros internos, anuência presumida de todos os outros. Não são o mesmo, cada um é um – para além da unidade, da identidade, do conjunto que pensamentos e práticas sobre essas pessoas tentam forjar. Apesar da aparência conformada, sem energia, ele tinha uma preferência – e deixou-a clara: “*Prefiro que não*”. Assim como Bartleby, o escrívão *melvillianiano*, ele abandona a “cópia mecânica”. *I would prefer not to*.

A ética da hospitalidade *derridiana* (DERRIDA, 2003) pressupõe abertura à alteridade radical do outro. Abertura à (im)potência do singular. *Acolhida sem restrições*. Abertura ao *outro*, abertura àquele que pode sua própria impotência. Potência como possibilidade da diferença, de dizer não. Podemos prescindir da lei, da norma. *OK, sem problemas*, Pedro Nogueira. Podemos não gravar a entrevista. (Ainda que pudéssemos gravá-la).

[A] hospitalidade absoluta ou incondicional que eu gostaria de oferecer a ele supõe uma ruptura com a hospitalidade no sentido corrente, com a hospitalidade condicional, com o direito ou o pacto de hospitalidade (DERRIDA, 2003, p. 23).

O fio que aqui procura amarrar (fazer laço, tecer sentido) o singular e a potência pede abertura ao outro, à ética da hospitalidade. O fio da tese que entrelaça o singular e a potência pede a ética da hospitalidade. Acolhimento ao que chega, ao que

aparece, que se (re)cria no encontro (que a ética da hospitalidade demanda e de que não pode prescindir), no *contágio* – no (deixar-se) *invadir*. Incurções. Indistinta *contaminação*. Dança entre hóspede e hospedeiro(a).

Em minha segunda temporada no HCTP, agora para a pesquisa de doutorado, com o intuito de observar possíveis brechas, desvios, saídas do idêntico e do pertencimento forjado, a recusa da entrevista gravada, novamente vivida – outra vez me surpreendeu, capturou-me; e, desta vez, jogou-me a pensar a experiência de potência (de fazer e de não fazer), que traz consigo uma privação: potência de não.

Na quarta entrevista/conversa (nunca sei bem como nomear esses encontros que aconteceram entre mim e os internos que concordaram em conversar comigo, privativamente, sobre suas vidas), quando perguntei a Murilo, seguindo os protocolos comuns de pesquisa, “*posso gravar nossa conversa?*”, ouvi: “*melhor não, né?*”. Eu – que sempre me senti um pouco desconfortável em gravar entrevistas, seja por achar (ainda mais) invasivo, por achar “querer demais” (querer levar comigo, além das declarações ouvidas, o registro gravado delas), ou ainda por achar que a confiança em poder resgatar o vivido depois com a gravação poderia me deixar menos atenta ao momento, a tudo que ia acontecendo – concordei prontamente. “*Sim, é melhor*”. E assim segui nas conversas seguintes com os outros internos. Pedia permissão para alguma anotação pontual e seguia ali. Em casa depois, fazia os registros possíveis desses encontros, sabendo que inevitavelmente sempre há o que escapa. Com ou sem gravação. O “*melhor não, né?*” de Murilo abriu para mim a possibilidade de também *não fazer*. Se os próximos entrevistados consentissem, eu poderia gravar as conversas (prática nem sempre confortável para mim), mas eu *preferia não*. E assim o foi. *Ah, Murilo! Ah, humanidade!*<sup>15</sup>

Onde há poder, há resistência, constatação *foucaultiana*. Relações de poder pressupõem pontos de resistência. A suposta passividade da potência de não é também ação. Bartleby pode escrever, é escrivão, mas prefere não. Como pensar o suicídio do interno que, vindo da prisão comum para tratamento, anunciou que não aguentaria o HCTP? A ação para morte, por mais

---

<sup>15</sup> Alusão a “Ah, Bartleby! Ah, humanidade!”, frase final do conto *Bartleby*, de Herman Melville (2015, p. 105).

chocante que nos possa chegar, pode ser entendida como uma tentativa radical, última, de resistir, de preferir não.

Carlos, um dos internos entrevistados, já poderia ter saído do HCTP há alguns anos, mas segue lá. Porque prefere. Prefere porque já está há muito tempo lá, prefere porque desconhece o mundo que deixou para trás quando foi internado: *“hoje, pra mim, uma caminhada aqui pelo bairro já é muito, não quero aprender a pegar ônibus, cruzar a ponte, por aqui tá bom... é o que conheço”*, disse-me ele sobre suas saídas para ir ao CAPS e as tentativas de seu acompanhante terapêutico para que ele “ganhe a cidade”. Prefere porque se sente mais seguro *“estando por perto”*. *“Estou há [número] anos dentro de uma instituição que é manicomial, que é prisional, que é psiquiátrica, que é medicamentosa...”*, foi elencando as características da instituição usando as mãos, registrando com os dedos cada uma dessas marcas, *“são vários muros, várias grades... são muitos confinamentos... não tem mais saída para mim longe disso tudo”*, prosseguiu ele. A aparente desistência de Carlos traz algo de resistência, de sobrevivência. *“Tenho que me virar com o que dá, que tá bom também.”*, disse-me ele.

Em uma reunião de grupo dos internos, um deles pediu uns dias para ir para casa, já anunciando: *“Se me largar sete dias, dez dias, eu ia beber, usar droga...”*, sabendo que para que os técnicos possam fazer o encaminhamento de seu pedido é necessário seu compromisso com o “bom comportamento” nos dias fora do hospital. Dilema dos técnicos em seguir adiante com o pedido, diante da afirmação – sem jogos – do interno. Talvez ele não deseje ir para casa, uma vez que ao lançar seu pedido lance também a negativa a ele, já dá o argumento para que o pedido lhe seja negado. E utiliza o condicional: *“Se me largar...”*. O que ele faria: *“ia beber”*, apresenta a ação, o verbo, no pretérito imperfeito. Não irá. Seguirá no hospital.

Ficar no hospital, assim o desejar (seja por que razão for), ainda sempre me surpreende. Sou tão estrangeira (*não entendo a língua*), tão outra ali, que (quase) não consigo acolher o desejo daqueles que, mesmo podendo sair, provisória ou definitivamente, seguem por lá. (Hospitalidade condicionada). Meu acolhimento, minha hospitalidade-hostil, parece impor condições, exige a *entrada em um pacto* (DERRIDA, 2003): parece-me impossível acolher a possibilidade de alguém que, podendo não mais estar – ao menos no plano objetivo, siga vivendo em um HCTP. *“Aqui me*

*sinto protegido. Quando saio daqui sempre fico com um pezinho atrás*”, disse Pedro Nogueira, um dos personagens da dissertação que escrevi. Pode sair, *mas prefere não*.

Carlos, interno do hospital há bem mais de uma década, em suas saídas quase diárias (ele pode sair de segunda a sexta desde que volte até às 17h), fuma todos os cigarros que não pode mais fumar dentro das dependências do hospital. *“Quase três maço por dia, tem dia”*, contou-me com certo orgulho, *“e meu pulmão é limpinho”*, segue, *“isso que só fumo cigarro paraguaio”*. Carlos é adepto da técnica de autolimpeza que ele criou: a reciclagem. *“Só fica doente quem não recicla”*. A técnica consiste basicamente no controle da respiração e do pensamento, visando à limpeza do corpo e do espírito. Carlos gosta de arte, principalmente de pintura. Em suas saídas, Carlos gosta de fazer pesquisas para poder aprimorar suas hipóteses (ainda não concluídas, por isso não divulgadas por ele) sobre a criação do Universo e sobre a técnica da reciclagem. Sobre o estudo formal que não conseguiu seguir, Carlos diz ser culpa da namorada. *“Sabe como chama minha namorada?”*, pergunta, para em seguida responder rindo: *“esquizofrenia”*. Ele acredita nisso. Brinca, mas parece crer. Sua namorada o impossibilita de muita coisa. É uma *verdade*.

Entre livros de astronomia, chimarrão nas rodas de domingo dentro do HCTP e seus pulmões limpos, Carlos segue. E prefere viver no HCTP. Sim, talvez uma preferência limitada pelos poucos recursos (materiais e afetivos) à sua disposição. Bem sabemos, também, que o tal livre arbítrio não é tão livre assim. Todas nossas escolhas não são, em alguma medida, sempre dentro do limite de nossas possibilidades? Mas há uma escolha possível. Em várias possibilidades, há a escolha possível. A que lhe/nos for possível.

João, que estava no HCTP havia pouco mais de um ano à época da entrevista, disse-me que, para conseguir dar conta da *“situação insólita”* que é viver em um manicômio judiciário, *“pensa um pouco, mas tenta não pensar outro pouco”*. *Potência pura*.

No *De anima*, Aristóteles enunciou sem meios termos essa teoria precisamente para o tema supremo da metafísica. Se o pensamento fosse, de fato, apenas potência de pensar este ou aquele inteligível, então – ele argumenta – ele já sempre resvalaria no ato e restaria necessariamente inferior ao próprio



objeto; mas o pensamento é, na sua essência, potência pura, isto é, também potência de não pensar [...] (AGAMBEN, 2013, p. 40).

João, que tinha uma vida intelectual muito rica aqui fora, sente falta de seus livros, de conversar com “*gente que pensa, que raciocina, que tem autonomia*”, já que lá, segundo ele, “*só tem louco*”. “*A vida aqui é insípida*”, disse-me ele, que mesmo podendo, por vezes, prefere não pensar.

[...] a partir da admissão [em uma instituição total], ocorre uma espécie de exposição contaminadora. No mundo externo, o indivíduo pode manter objetos que se ligam aos seus sentimentos do eu – por exemplo, seu corpo, suas ações imediatas, seus pensamentos e alguns de seus bens – fora de contato com coisas estranhas e contaminadoras. No entanto, nas instituições totais esses territórios do eu são violados; a fronteira que o indivíduo estabelece entre seu ser e o ambiente é invadida e as encarnações do seu eu são profanadas (GOFFMAN, 2005, p. 31).

João, que sente falta dos livros que ficaram no *mundo externo*, tem tentado poupar seus pensamentos da *contaminação*.

Ao falar de João, que adotou a estratégia de não pensar, lembrei-me daquele interno que não fala, ainda que possa fazê-lo. Aquele que eu poderia ter entrevistado, mas preferi não.

Do ponto de vista do paciente, o fato de recusar-se a trocar uma palavra com a equipe dirigente ou com os outros pacientes pode ser uma prova muito boa de rejeição da interpretação que a instituição dá do que e de quem ele é [...] (GOFFMAN, 2005, p. 247);

a frase, que está nos escritos de Goffman (2005), dos anos de 1950, sobre suas incursões por instituições totais, serve bem – ainda – para tentar elucidar parte do que acontece com internos como esse. Esse interno, que, quando chegou a sua casa em uma de suas saídas, tirou toda a roupa, a roupa que vestiu no hospital.

Como se fosse outro. Em casa, fala. No hospital, comunica-se basicamente por gestos. Mais que “expressão da alienação”, parece-me que essa comunicação criativa, que difere, é eficaz naquilo a que se destina: afinal, ele parece se fazer entender, comunica-se, e mais: sua forma de comunicação parece garantir-lhe alguma proteção e privacidade em meio a tantas violações.

## 6.2 MARCA E ARQUIVO

Escrevia no espaço.  
 Hoje, grafo no tempo,  
 na pele, na palma, na pétala,  
 luz do momento.  
 [...]
   
 Paulo Leminski<sup>16</sup>

Em *Exergo*, parte de *Mal de Arquivo* (2001a), como o próprio título aponta, Derrida fala de “marcas”. Fala de dois lugares de inscrição: a tipografia e a circuncisão. A marca em um suporte externo e a marca íntima – tendo o corpo como suporte – arquivo no próprio corpo. Derrida retoma escritos de Freud em que ele “aparenta estar preocupado” (DERRIDA, 2001a, p. 18) com o desperdício da “máquina de arquivo” – papel, tinta, impressão – para registrar (arquivar) seus escritos, “coisas óbvias”. Derrida parece desejar elaborar uma leitura do arquivo de Freud a partir de um livro de Yousef Hayim Yerushalmi, chamado *Freud’s Moses, Judaism Terminable and Interminable*. O autor desse livro fala de uma bíblia que Freud ganhou de seu pai quando pequeno, mas que ficara guardada, e com 35 anos Freud a recebe novamente, dessa vez com uma dedicatória e uma “pele nova”, que seria uma nova capa de couro. Pele. Marca. Circuncisão. A pele como suporte, como arquivo.

Corpo como suporte. Marca. Penso agora nas tatuagens feitas nos campos de concentração e extermínio, à época do nazismo, no antebraço dos prisioneiros. Em uma das partes dos escritos de Primo Levi, químico italiano sobrevivente de Auschwitz, trabalhados por Agamben em *O que resta de Auschwitz* (2008a), está:

---

<sup>16</sup> Paulo Leminski no poema *Sintonia para pressa e presságio* (2001, p. 279).

Hurbineck, o que não tinha nome, cujo minúsculo antebraço fora marcado mesmo assim pela tatuagem de Auschwitz; Hurbineck morreu nos primeiros dias de março de 1945, liberto mas não redimido (LEVI apud AGAMBEN, 2008a, p. 47).

O inexplicável, a brutalidade que deixa suas marcas impressas na pele. Aqui, em situação distinta, mas com certa aproximação diante daquilo que não parece ter explicação: os números impressos nos “novos” uniformes dos *pacientes judiciários*. Outra (da mesma) marca. E como não pensar na palavra *estigma*, que tanto se usa (e uso eu) para falar do *louco infrator*? Marca feita por ferro quente, antigamente, na pele dos escravos e dos assassinos. Cicatriz.

A relação de Manuel com o corpo chamou-me a atenção. O amor o faz querer comer (“*eu como por ela [sua namorada], para ela ficar feliz*”). Para falar dos tempos de grande uso de drogas injetáveis mostrou-me as marcas das picadas em seu corpo – uma a uma, registros de uma história. Marcas. “*Olha essa, tem mais essa... outra*”, nenhuma delas podia ficar de fora. Nesse dia, apontando para uma marca em uma de suas veias do braço, “*eu tava muito pancadão*”, contou-me; “*a televisão disse que eu era Deus, que pancadão que eu tava, eu acreditei. Eu acreditava em tudo. Muito louco.*”, concluiu. Para Manuel, a loucura estava em acreditar.

Quando fala sobre seu professor de teatro, Manuel leva as mãos ao rosto, encolhe-se e, com um semblante terno de fazer inveja, diz: “*gosto dele como se fosse o meu querido pai.*” Sobre a filha, em um lugar entre orgulho e uma saudade doída, diz: “*É meu sangue, pô. Índio tupi-guarani, é do meu cacique*”. Pertença. Em uma das assembleias, posterior a nossa conversa, mostrou-me a foto de sua filha. Possibilidade de pertencimento – não somente de ser colocado em uma categoria ou outra de pertencimento, mas *possibilidade de*, potência, “ausência genérica de todo pertencimento [...] para o próprio pertencimento” (AGAMBEN, 2013, p. 10). Possibilidade de reconhecer-se na filha, de ser reconhecido por ela. *Seu sangue*.

“O desejo de ser reconhecido pelos outros é inseparável do ser humano.” (AGAMBEN, 2014, p. 77). Como apresenta

Agamben, *persona* significa máscara e é através dela que uma pessoa ganha uma identidade, um papel social. Em Roma cada pessoa era identificada por um nome, o que lhe conferia pertencimento. Sua estirpe era marcada por uma máscara de cera do antepassado fixada na entrada de casa. O escravo era aquele sem nome, sem antepassado, sem máscara. “[...] *persona* acabou por significar a capacidade jurídica e a dignidade política do homem livre.” (AGAMBEN, 2014, p. 77). Lendo Agamben, em *Nudez* (2014), na passagem citada acima, lembrei-me de um interno que, durante uma assembleia, pediu para voltar a sua cidade: “*Vou pra lá onde sou conhecido*”. Vai falar Agamben: “[o]s outros seres humanos são importantes e necessários, antes de tudo, porque podem reconhecer-me” (AGAMBEN, 2014, p. 78). (Fiquei desapontada quando Manuel não me reconheceu em um evento fora do HCTP.)

Necessidade de pertencimento, de reconhecimento e de continuidade. “*Aqui dentro a mente fica carregada*”, falou-me Murilo em uma conversa reservada. Para dar conta disso, “*do peso no corpo*”, “*do sofrimento que deixa a gente ruim*”, ele tem como estratégias estar “*sempre falando com Deus*” e ficar mais reservado, sem muito contato com os outros internos. Para “*desbaratinar*”, Murilo limpa a enfermaria, faz artesanato e gosta de assistir à novela da tarde (exibida na TV que fica no pátio). Lá, no HCTP, diz Murilo, “*o desânimo é grande*”, “*dá até uma fraqueza no cara, não tem?*”.

Em meio a muitas falas de sofrimento, de angústia – seja pelo peso social do crime cometido (Murilo matou sua mãe), seja pela vida no hospital –, ainda que porte um dos olhares mais tristes e desesperados de lá, Murilo deixa escapar um sorriso largo vez que outra. Ora mais contido, entre a resignação e a esperança: “*Ninguém nasce por acaso. Deus reservou uma coisa muito linda para cada um*”; ora mais aberto, quando fala do sonho de ter um filho: “*importante é ter um varãozinho*”, “*deixar uma semente*”. Murilo se crê em um “*projeto de Deus*” e deseja “*continuar existindo de algum jeito*” em seu filho – ainda projeto – varão. *Herança e promessa*.

Para além da leitura de Derrida acerca do “arquivo Freud”, destaco sua lembrança de que em um *arquivo*, além de um lugar, de um suporte e de uma memória, há o componente nomológico, há a *força da lei*. Afinal, quem detém o lugar onde se arquiva o suporte é o *arconte*, e o poder nele investido é que lhe dá o direito

(e o dever) de dizer o que o arquivo diz. Em uma máxima: *o arquivo diz o que o arconte diz que ele diz. “Tu que é psicóloga deve saber melhor que eu”*, falou-me Carlos ao me explicar sobre seu dia-a-dia no hospital e seu temor de ir para longe dali em suas saídas durante o dia.

A verdade do arquivo é dita pelo *arconte*, ou o *arconte* é quem põe em cena a verdade do arquivo. Mas se os discursos são atravessados pelo poder, pelas forças que subjazem a cada enunciação, então um mesmo arquivo pode ser “posto em cena” de maneiras distintas, conforme o *arconte* disponha dele. *“Ainda tenho esperança que algum juiz lúcido, porque não são todos que são. Há muito picareta, mau-caráter. Ainda aguardo a lucidez, a hombridade de um juiz que ordene que eu saia daqui. Que me dê meu direito de defesa, sem conchavos. Que seja corajoso”*, contou-me João, com seu forte sotaque, típico do estado brasileiro onde viveu por muitos anos – à espera do anúncio do *arconte* sobre seu caso.

Dentro do HCTP, sempre tive certo receio em relação aos arquivos formais, os ditos que se enunciam como verdades, com todas as suas chancelas, carimbos e protocolos. Várias vezes me ofereceram os prontuários para ler ou pareciam ter certo deleite em me contar os detalhes menos agradáveis, digamos assim, dos crimes praticados por alguns internos. A tradição se ergue, se organiza, a partir do arquivo – dos arquivamentos realizados pelo poder, pelos *arcontes*. Um dizer sobre. E como dirá Ricoeur (2014, p. 114): “não existe narrativa eticamente neutra”.

Os processos e prontuários, quando os consultei para a pesquisa anterior, não me pareciam lidar com a questão do singular. Eram muito parecidos entre si. Preferi tentar caminhar à margem dessa “memória” (a memória institucional). E ir me surpreendendo... (Re)conhecer o singular, tentativa de abertura à memória das pessoas, dos entrevistados, a minha – o que escapa do arquivo (o “congelado” nos prontuários, por exemplo). Abertura ao singular, à potência. Hospitalidade. “[U]m apelo que manda sem comandar” (DERRIDA, 2003, p. 73).

Há um interno que sempre fazia o mesmo pedido nas assembleias e reuniões: *“Me dá sete dias pra ir para casa?”*, sempre fazendo o número sete com os dedos – como se a imagem produzida com o uso de suas mãos tivesse mais força que a voz. Outro interno, quando disse *“ninguém me tira daqui”*, abriu os braços; lembrou-me a imagem que comumente conhecemos de

Jesus Cristo na cruz. Sensação de um esforço do corpo para fortalecer aquilo que é dito, costumeiramente tão ignorado. A *mise-en-scène de cada um, que cada um de nós cria para si, para fazer marca, para se apresentar, para ser visto*. E imagino que essa energia a mais em colocar-se seja um esforço mais que necessário em espaços como esse, para de alguma forma se ter atenção, destacar-se do grupo. Potência para diferir, diferir-se.

As receitas médicas – para além de um interminável rol de medicações psiquiátricas prescritas ou, ainda, para além da ratificação impressa (e legitimada pelo poder psiquiátrico) da “doença mental”, tendo o papel como suporte – viraram adorno, decoração. Um dos internos decorou sua cela com elas, muitas. Várias páginas de receituário médico fixadas nas paredes. Lado a lado com recortes de revista com fotos de uma elegante atriz de TV. Sua cela não já não era mais igual às outras tantas, receita médica profanada.

Agamben (2009) vai dizer que, ao se estudar um texto de um autor, chega a hora de transgredir; isso porque se chegou a um ponto de indecibilidade em que é necessário abandonar o texto e seguir por conta própria. Assim o pensador italiano faz com os textos *foucaultianos* sobre dispositivo e passa a considerar como tal

[...] qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres viventes (AGAMBEN, 2009, p. 40).

Dispositivo, para Agamben (2009), vai incluir, para além de prisões e manicômios, a confissão, as disciplinas, as medidas jurídicas etc., em que a conexão com formas de poder parece ser direta, evidente; inclui cigarro, celular, filosofia, literatura, até a própria linguagem e todos os *gadgets* atuais que implicam processos de subjetivação, que produzem sujeitos.

Os dispositivos passam a ser considerados universais, configuram sujeitos. Para Agamben (2009), sujeito é resultado da relação entre os viventes e os dispositivos. E o ilimitado crescimento de dispositivos demanda uma proliferação de

processos de subjetivação. Marcas variadas. Um mesmo indivíduo (mesma substância) pode ser o lugar de variados processos de subjetivação: louco, infrator, encarcerado, doente, consumidor de haloperidol, tupi-guarani, usuário do CAPS, evangélico, fã da Anitta, entrevistado para esta pesquisa.

Entre os dispositivos e os seres vivos, os sujeitos. E

[n]a raiz de todo dispositivo está [...] um desejo demasiadamente humano de felicidade, e a captura e a subjetivação deste desejo, numa esfera separada, constituem a potência específica do dispositivo” (AGAMBEN, 2009, p. 44).

Dessa forma, a estratégia de enfiamento aos dispositivos – restituir a um possível bem comum o que foi capturado e separado – não é algo simples. A aposta de Agamben recai sobre o conceito de profanação.

O sacrifício, através de rituais variados em diferentes culturas, marca a passagem do profano para o sagrado. Na profanação o que é sagrado ou religioso passa ser de uso e propriedade dos homens. “A profanação é o contradispositivo que restitui ao uso comum aquilo que o sacrifício tinha separado e dividido.” (AGAMBEN, 2009, p. 45). As receitas médicas, tantas, cobertas por “letra de médico”, com carimbo e tudo, em papel timbrado, eram agora adorno, junto aos recortes das revistas de famosos, cobriam as paredes de um dos cubículos.

Voltando a *Mal de arquivo* (2001a), no *Preâmbulo*, Derrida fala dos três sentidos condensados em *impressão*: primeira palavra que surgiu a Derrida quando lhe pediram um título provisório para a conferência que ele proferiria. 1) Impressão escritural ou tipográfica, uma inscrição que marca uma superfície, um suporte. Esse passa a ser um lugar de registro. 2) Nem Derrida, nem Freud possuem um conceito para arquivo – apenas uma noção, uma *impressão*, um conceito sempre em formação, ligando memória (e saber) a promessa. Impreciso, porém não um subconceito. “[...] o conceito de arquivo não pode evitar conter em si mesmo, como todo e qualquer conceito, um certo peso de impensado.” (DERRIDA, 2001a, p. 44).

Em sua *Anteproposta*, Derrida (2001a) pergunta retoricamente: “Já estivemos em algum momento assegurados da

homogeneidade, da consistência, da relação unívoca de qualquer conceito a um termo ou a uma palavra como ‘arquivo?’ (DERRIDA, 2001a, p. 47). 3) *Impressão freudiana*.

[A] impressão *deixada* por Sigmund Freud, a partir da impressão *deixada* nele, inscrita nele a partir de seu nascimento e sua aliança, a partir de sua circuncisão, através da história, manifesta ou secreta, da psicanálise, da instituição e das obras, passando pela correspondência pública ou particular, incluindo-se aí a carta de Jakob Shelomoh Freid à Shelomoh Sigmund Freud em memória dos signos ou penhores da aliança que acompanhava a “pele nova” de uma Bíblia (DERRIDA, 2001a, p. 45).

Freud foi marcado. E fomos todos marcados por Freud, pelo projeto chamado psicanálise: a cultura, a história, a filosofia.

Se temos a impressão de poder não tê-la em conta [a impressão freudiana], esquecendo-a, apagando-a, rasurando-a ou objetivando-lhe, já confirmamos, e poderíamos até dizer endossamos (portanto arquivamos), algum “recalque” ou alguma “repressão” [...] (DERRIDA, 2001a, p. 46).

Em vários momentos Derrida (2001a) reafirma: arquivo não é uma questão de passado. Não possuímos um conceito unificado de arquivo, pois não há uma herança fechada; o arquivo diz respeito também, e mais, ao futuro. Só saberemos do arquivo em um tempo por vir. Enseja duas questões: uma promessa e uma responsabilidade para o futuro. O futuro dirá do arquivo. *Talvez*. “Não amanhã, mas num tempo por vir, daqui a pouco ou talvez nunca.” (DERRIDA, 2001a, p. 51). Dirá Derrida, mais a frente, “Nada é menos garantido, nada é menos claro hoje em dia que a palavra arquivo. [...] Nada é tanta perturbação e nem mais perturbador” (DERRIDA, 2001a, p. 117).

E é justamente a falta da chamada memória que institui a necessidade do arquivo. A pulsão de morte ameaça todo desejo de arquivo. Não haveria *mal de arquivo* se não houvesse a



ameaça da pulsão de morte (agressiva e/ou destruidora). Há uma contradição interna, segundo a leitura de Derrida sobre Freud e a teoria da psicanálise: há a *pulsão arquivo*, pulsão de conservação, e a pulsão de morte, pulsão de destruição. O caso, médico e “de polícia”, vira um arquivo. “*Não lembro direito, eles aqui devem saber. Vão saber te dizer melhor. Vê lá depois. Certo*”, falou-me Vinicius quando estava me contando de sua chegada ao HCTP.

Há que o prontuário não dá, não pode dar, que só é possível no encontro. “*Você sabia que salsinha gosta de água todo dia?*”, contou-me Manuel, já depois de encerrada nossa conversa/entrevista no HCTP. Tão aparentemente fora de contexto, sem sentido dentro de uma certa lógica, depois de uma conversa doída sobre *tudo que se perdeu* com a entrada no hospital de custódia; e tão justa e adequada, tão orgânica, como se não houvesse outro melhor jeito de terminar nossa conversa, em uma sala reservada, naquela manhã. Aquela frase, a informação sobre a salsinha, fez-se em nós, no entre, na acolhida, naquela conversa, naquele encontro. Imperiosa. Nada de retóricas, de despedidas polidas e habituais. Anos depois sigo molhando meus vasos de salsa com frequência. Marca.

\*\*\*

Em uma das minhas manhãs de ida à instituição, fui capturada por uma sensação de estranheza assim que cheguei. Algo ainda mais perturbador que o costureiro parecia estar acontecendo naquele lugar. Eu não tinha ainda dados objetivos, mas era perceptível uma agitação maior que a de costume. Eu intuía algo. Um paciente “do tratamento”, que não queria ficar no HCTP, havia se enforcado há pouco. Tudo seguia normal, os procedimentos protocolares foram realizados como se se tratasse de qualquer outra atividade da instituição.

No mesmo dia, na assembleia, um dos profissionais iniciou sua preleção dizendo “*sua paz interior depende exclusivamente de você*”. Parece que aquele que se atou ao lençol para dar cabo da angústia não fez a lição de casa. Ninguém se responsabilizou pela falta de cuidado, de atenção a essa morte anunciada. O prontuário – suporte e memória, instrumento dos *arcontes* –, que dessa vez eu fiz questão de ler, registrava o desamparo do moço

até aquela manhã. Moço que, (talvez) na falta de outra, achou sua saída possível.

Podemos pensar nas cartas escritas pelos internos, atividade tão comumente observada nas prisões de todo tipo, como arquivos. Arquivos móveis, que se movimentam, que são *promessa e responsabilidade*. Uma maneira de seguir existindo, pertencendo, fazendo laço com o mundo de fora. Dentro do HCTP funciona um grupo de cartas. Os internos que desejarem podem escrever cartas com a ajuda de profissionais que trabalham na instituição. Um dos internos, até então com semblante alheio a tudo que se passava na reunião, falou com entusiasmo: “*Ah, vou escrever ali no pátio* [aponta o dedo para a janela atrás de si, que dá para o pátio grande], *só vou pedir ajuda para algumas letras*”. Pareceu-me animado com a possibilidade de escrever aos seus, precisaria de ajuda, mas parecia resguardar para si um espaço de privacidade: escreveria ele mesmo, no pátio, e a ajuda seria *só para algumas letras*.

Da bíblia ganhada por Freud duas vezes de seu pai, em uma associação livre, recaio sobre a imagem de um interno, muito jovem, a espera também de um presente, de uma marca. Na primeira festa de Natal em que estive no HCTP, antes da permissão para se servirem as comidas e as bebidas aos internos, formou-se uma longa fila. Diferentemente de outros tipos de festa, o comensal não podia eleger o que iria degustar, e em que quantidade ou em que ordem, de acordo com seus gostos e preferências. Refrigerantes iam sendo servidos e entregues a cada um que estava na fila, assim como o pratinho de comida com doces e salgados. “*Quero esse que tem duas coxinhas*”; um ou outro que fizesse valer suas preferências, quase em regime de barganha, podia ter a regalia de ter alguma escolha. “*Ái tem Pepsi Twist?*”, perguntou um dos internos na fila. Era mais que perguntar sobre seu refrigerante favorito. Os pais de muitos internos levaram refrigerantes para ajudar na festa. E esse interno havia pedido aos pais que levassem Pepsi Twist. Se houvesse Pepsi Twist ali, em meio àquelas tantas garrafas de refrigerantes de tantas marcas e tipos, era a certeza de que, sim, os pais ainda se lembravam de suas preferências. Ainda havia um lugar. Sim, em meio a tantas tubaínas alaranjadas e amarelas, havia uma garrafa de Pepsi Twist. Laço. Pertença. (Na festa de Natal do ano seguinte, em que fiquei responsável por servir os refrigerantes,

não havia Pepsi Twist, tampouco ouvi a pergunta, porém esse interno seguia lá).

Além dos uniformes, marcados com o número de cada interno, comuns a todos, chamavam-me a atenção outras marcas – bem mais singularizadas. Os “objetos-companhia”, como os chamei em minhas anotações de campo. Como Tom Hanks, com seu náufrago Chuck, e seu amigo-bola Wilson no filme Náufrago (2000). Muitos internos usavam radinhos consigo dentro do hospital, mesmo que estivessem sem pilhas. Que tentativas de resgates (de uma humanidade perdida, de um lugar, de um laço desfeito) havia em cada *objeto-companhia*, acompanhante, companheiro?

Agamben (2007b) trabalha em um ensaio a figura dos “ajudantes”: criaturas que nos romances de Kafka *não ajudam*, mas são *ágeis* e *soltas*; e dos ajudantes das histórias infantis (fadas, gnomos, grilos etc.). Há nessas criaturas *uma graça inesperada*, algo que “testemunha seu pertencimento a um mundo complementar, que remete a uma cidadania perdida ou a um lugar inviolável” (AGAMBEN, 2007b, p. 32). E entre as coisas, destaca Agamben (2007b), aparecem ajudantes – *objetos-ajudantes*, declaração de um paraíso perdido.

O ajudante é a figura daquilo que se perde, ou melhor, da relação com o perdido. [...] O que o perdido exige não é ser lembrado ou satisfeito, mas continuar presente em nós como esquecido, como perdido e, unicamente por isso, como inesquecível. Em tudo isso, o ajudante é de casa (AGAMBEN, 2007b, p. 35).

Como Manuel com a foto da filha: *metade lembrança e metade talismã*.

Nas assembleias e grupos, muitos levavam algum *objeto-companhia*: além dos radinhos, livros, brinquedos, rosários e bíblias. Um deles costumava ter um tubo de creme dental nos bolsos. De tanto em tanto, colocava com o dedo um pouco da pasta na boca, “*para refrescar a goela*”. Respiro mentolado. Pensei várias vezes em que *objeto-companhia* criaria para mim, se eu lá vivesse. (Lembrei-me logo da *maria-louca*, a cachaça lá do Carandiru. Companhia volátil.)

### 6.3 VIOLÊNCIAS

Me colaram no tempo, me puseram  
 uma alma viva e um corpo desconjugado. Estou  
 limitado ao norte pelos sentidos, ao sul pelo medo,  
 a leste pelo Apóstolo São Paulo, a oeste pela minha educação.  
 Me vejo numa nebulosa, rodando, sou um fluido,  
 depois chego à consciência da terra, ando como os outros,  
 me pregam numa cruz, numa única vida.  
 Colégio. Indignado, me chamam pelo número, detesto a hierarquia.  
 Me puseram o rótulo de homem, vou rindo, vou andando, aos  
 solavancos.  
 [...]  
 Murilo Mendes<sup>17</sup>

Houve um dia, nessa nova leva de idas ao hospital, em que fiquei mais tempo que o de costume parada na guarita de entrada do HCTP. Após a checagem, via telefone, entre os vigilantes e a equipe de segurança dentro da instituição, das informações (e identificações) que prestei à equipe da entrada, ouvi: “é *verdade, pode entrar*”. Não sabia eu que estava sob suspeita, não sob suspeita de não estar falando “a verdade”. A sensação de não estar sendo “levada a sério” foi-me bastante desconfortável. E por várias ocasiões observei o deboche e a descrença dos “normais” (funcionários e estagiários do HCTP) ao ouvirem reivindicações e explicações, sobre qualquer tema, dos internos.

Em uma das assembleias que acompanhei, no ano de 2011, enquanto se discutia a precariedade de recursos da instituição para compras de materiais e contratação de serviços (a questão em pauta era o conserto ou a substituição de uma máquina utilizada para limpeza), um dos internos perguntou quanto custava a tal máquina. Diante da fala dos funcionários do HCTP de que não havia verba para isso, esse interno ofereceu-se para comprar a máquina com seus próprios recursos. Ele *queria ajudar a casa*. A sua fala, embora apresentasse sentido até mesmo dentro de uma lógica mais tradicional (afinal, tendo ele recursos financeiros, não poderia adquirir um bem para a casa onde mora?), foi desqualificada com risos e falas do tipo “*tá bom, tá bom*”, querendo dizer “vamos mudar de assunto”. O interno se deu conta do

---

<sup>17</sup> Murilo Mendes (2001, p. 67), no poema *Mapa*.

desdém e insistiu, tentou convencê-los sem sucesso: *“Não tô doido, tô consciente, quero ajudar a casa.”*

Criam-se assembleias para que os internos, pacientes, loucos, infratores, possam se manifestar. Não para falar de si, de suas questões, isso sempre fica para depois: *“questões particulares serão tratadas em particular, esse espaço é para questões coletivas, que dizem respeito a todos”* e orientações semelhantes eram anunciadas com frequência em reuniões desse tipo. Ainda que se tratasse de um *tema coletivo*, a máquina para limpeza, sua fala foi desqualificada: ele é do *grupo dos loucos, dos sem razão*. É sempre mais do mesmo. Identidades que são anunciadas, repetidas, reforçadas.

As falas dos internos dentro do HCTP costumam ser desqualificadas, se não claramente, de modos sutis – olhares, pequenos risos, como dizendo a todo tempo *“este é fora da casinha”*. Em um dos grupos a que assisti, a preleção do dia era algo em torno de *“tudo depende de você”*, o que traz consigo a noção tão discutível de livre-arbítrio e coloca os internos como responsáveis únicos por tudo que lhes acontece – mesmo dentro de uma instituição gerida pelo Estado. Eu estava profundamente incomodada com o teor da fala de um dos técnicos que trabalham no HCTP. Senti-me contemplada pela fala de João – um dos internos, *louco*, tão lúcido que comove – ao técnico: *“há uma diferença entre paciência e tolerância”*. Podemos ser pacientes, mas há coisas muito difíceis de serem toleradas – imagino que para João ainda mais.

João, homem estudado, tão articulado nas reuniões, falante e altivo, foi desistindo. Dos muitos meses em que circulei pelo HCTP, tenho como imagem emblemática o dente da frente que vi João perder no decorrer desse período. A energia contestadora que vi nele nos seus primeiros tempos foi dando lugar a uma evidente desesperança e a uma resignação quase constrangedora. Se, para dar conta de sobreviver ali, ele havia elegido como estratégia *“não pensar”*, talvez, com o passar do tempo e a vida lá fora cada vez mais distante – assim como as visitas (*“meu amigo disse que não virá mais vir me ver, que não dá conta, que é muito duro para ele me ver nesta situação... ele chorou muito quando esteve aqui”*, contou-me ele) – João tenha decidido também *“parar de falar”*.

A falta dos dentes – e as gengivas inflamadas – de Almerindo me impactou ao assistir a *A casa dos mortos* (não sei

como ele dava conta de comer a comida ali servida). Assim como sempre me impactaram os sorrisos ou as falas sem dentes dos internos do hospital de custódia que visitei para as pesquisas. Ou, ainda, um único dente, o da frente, que vi João perder no decorrer de um ano no HCTP. Os dentes. Mais uma linha traçada entre “os de cá” e “os de lá”: os que vivem fora dos muros e grades do HCTPs – profissionais e visitantes que vi circular por lá, com seus sorrisos e falas com dentes completos – e os que lá vivem, que vivem Brasil afora, em instituições manicomiais e prisionais.

Se não houvesse jogos de futebol, não sei sobre o que conversariam os agentes de segurança do hospital. Falam tão alto, falam-se de longe, todos parecem ter voz grave. Vozes, barulho de molhes de chave, ruídos de grades, chamados dos internos ao fundo, gritos de algum interno em crise, e mais vozes. Graves. O “som ambiente” dentro dos corredores do HCTP é bem perturbador, não mais que o silêncio que ficava algumas vezes depois que eu passava por um pequeno grupo de agentes. Um “o que esta moça quer aqui?” eu quase podia ouvir de seus pensamentos, em meio àqueles semblantes entre o jocoso e o servil, o desconfiado e o galante. Era (muito) melhor passar por lá nos dias pré ou pós-jogos de times da cidade. Em alguma medida, a desqualificação vivida tão contundentemente pelos internos, estendia-se a mim certas vezes.

Do lado de dentro, ao passar pelo corredor que separa os dois pequenos pátios (cercados por paredes) onde os internos passam a maior parte do tempo, os perturbadores pedidos: “*quero ligar pra minha mãe*”, “*chegou o meu dinheiro*”? , “*preciso falar com o doutor*”, e mais tantos outros apelos, muitos que não chegam a ser ditos, mas estão escancarados nos olhos e nas mãos estendidas para fora das grades enquanto chamam “*moça, moça*” ou o nome do profissional que estivesse comigo.

Todo mundo sempre precisa de algo. Os pedidos todos, o de cada um, acabam misturando-se. É possível, ao passar por esse corredor, ouvir apenas gemidos e apelos genéricos, como se todos pedissem a mesma coisa. Dessa maneira, suponho, “*pesa menos*”. Acho que foi o “*jeito*” que encontrei – antes mesmo de ouvir a estratégia de Paulo para não enlouquecer no HCTP: “*Se não tem [solução], a gente inventa, dá um jeito. Não dá pra ficar pirando, não. Tem que criar*”. *Criei*.

Assim os pedidos não ganham forma, conteúdo, urgência, precisão – ficam relegados a falas da loucura, sem sentido,

qualquer coisa. E se distanciam de nós, e nós distanciamos-nos *deles*. A grade (fisicamente posta) e os saberes/poderes todos que nos colocam em grupos distintos.

Há, então, um outro que nos é próximo, que parece ser compreensível para nós, previsível, maleável etc. E há também um outro que nos é distante, que parece incompreensível, imprevisível, maleável. Assim entendido, o outro pode ser pensado sempre como exterioridade, como alguma coisa que eu não sou, que nós não somos (SKLIAR, 2003b, p. 41).

\*\*\*

Poucas horas antes de uma das festas de fim de ano em que estive, um paciente surtou, contaram-me. Soube que foi “contido” – amarrado e medicado. Seus gritos duraram tanto tempo que depois de tanto já nem se ouviam mais. Como se a gente se acostumasse.

Quando entramos num lugar desconhecido, a emoção sentida é quase sempre a de uma infundável inquietude. Depois começa o lento trabalho de familiarização com o desconhecido, e pouco a pouco o mal-estar se interrompe” (DUFOURMANTELLE, 2003, p. 28).

Ou o horror pode nos amortecer às vezes.

E mais: os gritos ininterruptos desse interno faziam uma marca, faziam resistência: nem foi à festa, nem não foi à festa porque não podia, nem não pôde ir à festa (impossibilitado de sua potência de não). Seu surto levou-lhe a outro lugar. Inclusão-exclusão. Outros tantos – que não os “do tratamento”, que não o “surtado” –, depois da dose de medicação pré-festa, foram para o pátio grande para a celebração de Natal.

A sociedade moderna adota o paradigma biopolítico do estado de exceção, do *fazer viver e deixar morrer*. E o abandono do louco, o deixá-lo *fora* (paradoxalmente dentro, dentro de uma instituição), é uma engenhosidade que reforça a suposta sanidade

do *bando*, conferindo-lhe coesão, uma coesão racional. O poder soberano é *logocêntrico*, o estado de exceção excepciona a loucura. O louco, *a-bandonado* (fora do bando), é considerado fora da razão e da norma, embora sofra diretamente os expedientes por elas determinados. É racional e dentro da norma a aplicação da medida de segurança. Lembrando que

em nenhum momento podemos dizer *presentemente* que uma decisão é justa, puramente justa (isto é, livre e responsável), nem dizer de alguém que ele é justo e, ainda menos, que 'eu sou justo'. No lugar de 'justo', podemos dizer legal ou legítimo, em conformidade com um direito, regras ou convenções autorizando um cálculo [...] (DERRIDA, 2007, p. 45).

Violência e direito seguem juntos, como elucida Derrida em *Força de Lei* (2007). A violência da universalização da norma, da utilização da lógica jurídica.

*“Sabe por que eu estou aqui? Eu taquei uma pedra numa placa”*, falou um deles em uma reunião. E não são raras histórias como as dele. Se o nosso imaginário é povoado pela crença de que um manicômio judiciário abriga majoritariamente loucos que cometeram crimes bárbaros, em uma breve andança por lá se descobre que não. Eles, os que mataram familiares de maneira que nos causa desconforto e perturbação ao ouvir os relatos, estão por lá. Mas estão, também, e são muitos, os dependentes químicos, os que furtaram algo, os que incomodavam familiares ou a vizinhança, entre tantos ali, aos montes, por muito tempo. *“Eu incomodava muito na vizinhança, e na praça também.”*, disse um dos internos. Outro, também ali por pequenos delitos: *“Eu não devia estar neste lugar aqui. Eu perdi tudo na minha vida. Não tem outra saída”*, aos prantos, durante um dos grupos, em um choro tão legítimo que era impossível não ficar gelada, paralisada diante do horror de tal constatação. Em meio a uma quase catarse coletiva (uns seguiam aparentemente alheios, em espaços paralelos, entre radinhos, bíblias e gemidos ininterruptos), outro falou: *“Eu vivo aqui no sufoco do pensamento... Pagando por algo que já paguei.”*



Viver em um HCTP parece ser tão ruim, “*o inferno já é aqui, não precisa de outro inferno*”, como me disse um interno certa vez (provavelmente sacudi a cabeça afirmativamente diante de tal constatação), que para quem vem (e vê) de fora como eu – estrangeira –, parece não caberem preferências em um lugar como esse. Tanto faz. Inferno é inferno. Pensamento reduzido, redutor – violento – meu. Escancaro minha crença movediça na possibilidade de abertura, de respiro, de criação, de marca de uma singularidade dentro desse espaço tão opressor e massificador. Aberturas que eu mesma testemunho, defendo, anuncio – e duvido.

“*E eu posso sair daqui?*”, perguntou um dos internos. A profissional que conduzia o grupo, assim como eu, entendeu a pergunta como passível de resposta direta e iniciou uma explicação sobre os procedimentos legais para uma possível saída da instituição. Em sua continuidade, a pergunta mostrou-se o que já era desde sempre: uma pergunta retórica, ainda que com resposta. “*Não posso. Eu vou... mas e os outros que também querem ir? Eu não posso ir.*”

O grupo criado por força de lei: pacientes do HCTP – que os reduz, os faz idênticos, também lhes dá um lugar. A identidade de grupo, os *outros do mesmo*, os faz mais fortes e por vezes lhes dá uma confortável sensação de pertencimento. “*Gosto de todos aqui... vira família. A gente é a família que a gente tem... é o que sobrou pra gente.*”, disse Vinicius, em conversa privada. A exclusão, o agrupamento por supostas identidades, *o que sobrou*, dá forças: é o que sobrou, paradoxalmente. “[O] grupo ao qual se é relegado se torna, para fins de diferenciação social e de contestação política, o grupo de nossa identificação afirmativa.”, escreveu Scott (2005, p. 22) ao falar sobre as ações afirmativas.

As identidades de grupo fazem parte inevitavelmente de nossa vida social e política. O que foge à norma tem sido considerado diferente. E os diferentes, os *outros*, relegados ao grupo das minorias (mulheres, negros, *gays*, loucos, bandidos etc.), violentamente reduzidos a um grupo (como se esse pudesse dar conta de toda a complexidade de sua existência singular), de alguma forma necessitam fazer uso daquilo que pode aprisioná-los (uma suposta identidade de grupo) para terem alguma oportunidade de sobrevivência. “O elevado senso de identificação que surge com a redução de um indivíduo a uma categoria é, ao

mesmo tempo, devastador e embriagador.” (SCOTT, 2005, p. 19). *É o que sobra.*

Scott (2005), em seu texto *O enigma da igualdade*, fala que os trabalhadores franceses, no início do século XIX, buscavam libertar-se de identidades de grupo, sejam elas dadas por seus superiores ou por seus supostos pares. Pertencer ao grupo “trabalhadores” não dava conta de seus anseios, de suas necessidades e histórias singulares. Nem eram os “indisciplinados”, no dizer dos empregadores, tampouco os “amantes de suas atividades”, como pregavam os líderes de movimentos trabalhistas em contraponto às reclamações dos patrões.

Dou esse exemplo não para amaldiçoar as identidades coletivas, mas para sugerir que elas são formas inescapáveis de organização social, que elas são inevitavelmente politicizadas como um meio tanto de discriminação como de protesto contra a discriminação, e que elas são um meio através do qual e contra o qual as identidades são articuladas (SCOTT, 2005, p. 20).

Ao ler o artigo de Scott (2005), vinha a minha mente o refrão de uma música infantil, na versão brasileira escrita por Chico Buarque: “Todos juntos somos fortes/Somos flecha e somos arco/Todos nós no mesmo barco/Não há nada pra temer”. As unhas e a esperteza, o bico e a teimosia, as patas e a paciência, ou os dentes e a lealdade, pouco valiam. “Dito assim, parece até ridículo”, diz a música. Mas juntos são fortes; não mais gata, galinha, jumento ou cachorro, agora eles eram os saltimbancos: *não há nada pra temer.*

“[S]empre desconfiei do culto do identitário, bem como do comunitário, que lhe é frequentemente associado”, escreveu Derrida (2004a, p. 34). Na sequência o autor irá falar em “compulsão identitária”. Creio que essa necessidade (que se cria pela história, pelas contingências) de agrupamento se faz importante em ambientes de opressão, de marginalização. Tem força política. “[P]osso entender a urgência vital do reflexo identitário. Posso então aceitar uma aliança momentânea, prudente, ao mesmo tempo apontando seus limites”, segue

Derrida (2004a, p. 35). Mas é sempre uma criação, uma ficção. Não são (não somos!) todos os mesmos, não são (não somos!) todos idênticos – de onde se traçaria uma suposta identificação, identidade.

Categorias identitárias são criações; podem ganhar estatuto de verdade em alinhamento com algumas correntes de pensamento, mas exigem sempre um arranjo, uma “forçada” para acomodar as pessoas em grupos, conjuntos identitários. Cada um é muitos, há o devir, há o que não se deixa capturar, há o *pathos*. Cada um é outro, e outro, e outro. Outro inatingível. “O outro, absolutamente outro, absolutamente secreto e insoldável, não se revela nem se desvela. Ele ‘verdadeiramente’ dissimula, ele ‘realmente’ se mascara, ele ‘naturalmente’ artificializa.” (HADDOCK-LOBO, 2013, p. 42).

Já não é, então, a relação entre nós e eles, entre a mesmice e a alteridade, o que define a potência existencial do outro, mas a presença – antes ignorada, silenciada, aprisionada etc. – de diferentes espacialidades e temporalidades do outro; já não se trata de identificar uma relação do outro como sendo dependente ou como estando em relação empática ou de poder com a mesmice; não é uma questão que se resolve enunciando a *diversidade* e ocultando, ao mesmo tempo, a mesmice que a produz, define, administra, governa e contém; não se trata de uma equivalência culturalmente *material*; não é uma ausência que retorna malferida; trata-se, por assim dizer, da irrupção (inesperada) do outro, do ser que é irredutível em sua alteridade (SKLIAR, 2003b, p. 43).

\*\*\*

Por conta de um problema relacionado à empresa responsável pela limpeza, o cheiro do HCTP, durante algumas semanas, esteve ainda pior que de costume. Em uma das reuniões, no refeitório sem faxina, achei que não iria suportar ficar até o final. No mesmo encontro, falou-se sobre aulas de ioga

(suponho que os internos não sabiam o que era ioga) que seriam iniciadas no hospital: convite pouco convincente e informativo, adesão zero. Durante todo esse encontro, houve sempre um grito-gemido de fundo, vindo de um dos internos participantes do grupo. Um profissional de saúde pede “*Tenta se segurar*, [nome do interno]”; outro interno, com aparente (e comovente) compreensão da aflição que talvez assombre seu colega ao ponto de fazê-lo emitir sons de dor com frequência, responde “*Ele não consegue*”.

O cheiro ruim, a fala “surreal” – tão distanciada dos ouvintes a quem supostamente se dirigia – sobre as aulas de ioga, os rostos tão alheios dos internos; tive muita vontade de me juntar ao interno que gemia. Lembrei-me de uma passagem de Agamben em *Homo Sacer* (2007a):

A vida do bandido – como aquela do homem sacro – não é um pedaço de natureza ferina sem alguma relação com o direito e a cidade; é, em vez disso, um limiar de indiferença e de passagem entre o animal e o homem, a *phýsis* e o *nómos*, a exclusão e a inclusão: *loup garou*, lobisomem, ou seja, *nem homem nem fera*, que habita paradoxalmente ambos os mundos sem pertencer a nenhum (AGAMBEN, 2007a, p. 112).

Aquele gemido-uivo, outro, vindo de um canto da sala, fora e dentro, *nem homem nem fera*, perturbou-me, fez-me desejar fazer parte de seu bando (ainda que a-bandonado). Uivemos. Desejo de pertencer aos *saltimbancos*.

O *homo sacer*, a vida nua gerida pelo poder soberano, nada vale. “A violência soberana não é, na verdade, fundada sobre um pacto [de não resistir à violência], mas sobre a inclusão exclusiva da vida nua no Estado.” (AGAMBEN, 2007a, p. 112). A exclusão pela inclusão, ou a inclusão pela exclusão. E o abandono do louco, o deixá-lo *fora* (paradoxalmente dentro, dentro de um discurso, dentro de uma instituição), ratifica uma suposta sanidade do *bando*, conferindo-lhe coesão, uma coesão racional. “O *bando* é propriamente a força, simultaneamente atrativa e repulsiva, que liga os dois pólos da exceção soberana: a vida nua e o poder, o *homo sacer* e o soberano.” (AGAMBEN, 2007a, p. 117).

O poder soberano é *logocêntrico*, o estado de exceção excepciona a loucura. O louco, *a-bandonado*, é considerado fora

da razão e da norma, embora sofra diretamente os expedientes por elas determinados. É racional e dentro da norma a aplicação da medida de segurança. Violência e direito seguem juntos, como elucida Derrida (2007). A violência da universalização da norma, da utilização da lógica jurídica.

Pensem na decisão judicial de encaminhar uma pessoa, agora um inimputável, à internação em um HCTP por medida de segurança. É possível crer que a decisão está amparada somente na razão? Razão e loucura estão presentes na decisão. Há urgência, precipitação. O momento da decisão, apesar de toda a deliberação que possa ou deva precedê-la, é o momento de um *salto na noite da desrazão*. O sujeito moderno, cognoscente e consciente de seus atos e da norma (ninguém se escusa de cumprir a lei, alegando que não a conhece, como está no Art. 3º da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro), age *loucamente* pelo inevitável de sua condição humana. A decisão justa não pode esperar por informações infinitas. O momento da decisão faz-se necessário. Cria-se uma ficção, uma fixação – e decide-se.

E mesmo que ela dispusesse de [...] todo o tempo e todos os saberes necessários a esse respeito, pois bem, o momento da *decisão*, *como tal*, aquele que deve ser justo, *precisa* sempre um momento finito de urgência e de precipitação; ele não deve ser a conseqüência ou o efeito daquele saber teórico ou histórico, daquela reflexão ou daquela deliberação, já que a decisão marca sempre a interrupção da deliberação jurídico – ou ético – ou político-cognitiva que a precede, e que *deve* precedê-la. O instante da decisão é uma loucura, diz Kierkegaard (DERRIDA, 2007, p. 51).

A decisão é sempre precipitada, uma ficção e uma fixação – e assim não será justa. Se houvesse a possibilidade da decisão justa, ela seria aquela que se abre ao impossível. Justiça não tem um limite, uma lei ou um código ético (de caráter normativo) que a dimensione. Para Derrida (2007, p. 54) ela tem um porvir e “este pede a abertura, a vinda do outro (que vem) sem o qual não há justiça”. Em algum momento do processo judicial, a decisão, precipitada, mas necessária, irrompe-se. Segue, como na maioria

dos casos dos internos de HCTP, o inimputável (marcado como aquele que não tinha consciência sobre seu ato) para internação em um hospital pertencente ao sistema prisional. Paciente ou detento?

A “língua da cadeia” é muito comum de ser ouvida entre os internos (ou pacientes, como são chamados lá): “*caí em* [nome da cidade]”, “*puxei um mês e meio*”, “*eu tô puxando cadeia aqui desde 2004*”, “*aí eu peguei dois anos*”. Essa constatação parece referendar a sensação que tive ao conversar com tantos deles e ao escutá-los nas reuniões: se houvesse a necessidade de afiliação a uma das duas marcas que lhes concedem – louco e criminoso, a maioria ali ficaria com a segunda. O louco parece ser o fraco, o sem valor, o incapaz. Parece ser menos insultuoso responder por infrações do que pela desrazão. Se não criminoso, perseguido. Louco, não. “*Sou martirizado em tudo*”, falou um dos internos em uma reunião. “*Armaram direitinho contra mim... gente poderosa... e mal-intencionada*”, disse-me João. Mas, como dito acima, trata-se de uma impressão. Sob suspeita.

A loucura, a possibilidade de poder se dizer louco, entretanto, também me parece potente. E tem lugar por lá. Faz marca, diz daquele que resiste, que *não aceita as coisas como elas são*. “*Tem muita coisa errada no mundo. Eu não concordo com muita coisa. Melhor ser louco*”, falou-me Carlos, fala que se assemelha à de Murilo: “*Às vezes é melhor tá fora do ar mesmo, não se situar nas coisa, tá de fora... Acho que sou doente mesmo, louco, então. Prefiro tá na minha, não compactuar*”. A suposta loucura (com os nomes que tiver: transtorno mental, doença mental, esquizofrenia, bipolaridade etc.) também parece servir de proteção às demandas – tantas – do “mundo dos normais”.

Carlos não terminou os estudos por conta da esquizofrenia (a que chama de namorada); vários ali conseguiram aposentar-se por invalidez; outros se calam (durante as festas de fim de ano observei um interno que passou mais de uma hora em companhia da família sem falar uma palavra); e é possível, ainda, por se ser “muito louco”, de difícil relação com os demais, garantir moradia em um cubículo (cela individual) no HCTP, o que garante, segundo João, “*um mínimo de individualidade*”, porque “*até os cachorros gostam de ter seu espaço*”.

Em outras falas, na minha primeira incursão ao HCTP, a loucura soou-me como uma espécie de alento, de absolvição pelo ato cometido – especialmente para aqueles que mataram pessoas

da família. Vilmar, nome fictício de um dos personagens da dissertação que escrevi, dizia sentir-se bem ao conversar com pessoas que entendiam sobre *“a coisa que leva uma pessoa a tirar a vida de outra pessoa”* – referindo-se a profissionais da área da saúde. A loucura aliviava-lhe a culpa: *“Eu consigo me perdoar porque se eu tivesse consciente, ciente do que estava fazendo, eu não teria feito o que eu fiz. [...] Eu consigo me perdoar por causa disso, que eu sei que eu não tava legal”*.

Escolher entre filiar-se mais a uma ou a outra marca: louco ou infrator; esse exercício mental a que me propus não tem sentido. O que eles responderiam? Que outras coisas também diriam sobre si? Por muitas vezes me peguei separando, em uma espécie de catalogação para “consumo próprio”, os internos com quem convivia entre “mais para louco” e “mais para infrator”; sendo levada também por falas dos profissionais do HCTP: *“este aí é louquinho de pedra”, “pensa numa pessoa ruim”, “este é bandido mesmo”, “ele é frio, não tem sentimentos”, “este é traçoeiro... traçoeiro... debochaaado”*. E, ainda, em mais um monte de categorias que fui construindo ao longo do tempo: “injustiçado”, “perseguido”, “desamparado”. Sim, talvez sejam tudo isso: louco, bandido, injustiçado, perseguido e desamparado. E mais um monte de afiliações e identificações possíveis. Mesmidade, ipseidade, e mais *o resto*.

Desejando ampliar meu olhar para além da moldura que as paredes do HCTP me proporcionavam, movida – sempre – por uma imagem quase romântica dos *vaga-lumes* que brilham com sua luz possível, achei que seria interessante estar com alguns dos internos em outro contexto, em outro espaço, em outras narrativas. Em certa ocasião, fui vê-los em um ensaio do grupo de teatro de que participam, vinculado ao CAPS. O encontro, nessa ocasião, aconteceu no *campus* da Universidade, uma vez que o prédio do CAPS estava em reforma.

Nesse ensaio, meio piquenique, meio festa de encerramento, quando encontrei Manuel, com quem conversei nas dependências do HCTP (além de ter estado com ele em outras atividades lá), ele não me reconheceu. Falei: *“Oi, Manuel, tudo bem?”*, ele me respondeu surpreso e desconfiado: *“Você sabe meu nome?!”*. *“Esta é a Marcelle”*, falou o coordenador do grupo de teatro (que sabia que eu fazia pesquisa naquela instituição), *“Marcele do...”*; não sei como o coordenador concluiria a frase, antecipei-me e disse: *“Do hospital, a gente se conhece de lá”*.

Manuel fez cara de espanto e disse: “Ah, do hospital...”; não ficou claro para mim se ele não gostou de ser “reconhecido” em minha pequena deselegância de trazer o hospital para aquele contexto ali, tão mais prazeroso e livre, ou se ele estava meio desconfiado de sua memória. Pareceu-me também intrigado com o fato de não se recordar de mim. Ou as duas coisas. (Eu, fora do lugar marcado dentro do HCTP, de “psicóloga pesquisadora”, não existia para Manuel.)

Nesse mesmo dia, em outro espaço (físico e subjetivo) que não o HCTP, não reconheci Murilo sem seu costumeiro uniforme laranja. Não reconheci Murilo sem o uniforme, Manuel não me reconheceu fora do hospital. Presenças diluídas, irreconhecíveis fora do (con)texto. *Il n’y a pas de hors-texte*, diria Derrida. Tudo é texto, contexto, não há nada fora dele. Somos esses também: que não se (re)conhecem.

Ao me dar conta da “gafe” de não reconhecer Murilo, muitos minutos depois, vendo-o tão à vontade, sentado em um gramado, fechando um cigarrinho de palha (dentro das dependências do HCTP não se pode mais fumar), senti um misto de vergonha e de contentamento. Senti vergonha de mim mesma por não ver Murilo, com quem conversei privativamente por mais de uma hora (além de tê-lo visto um par de vezes em outras ocasiões), para além do uniforme. Era como se, para mim, ele só existisse dentro dos limites da instituição. Sim, talvez aquele Murilo, o do uniforme laranja, com todas as identidades a ele atribuídas, só existisse lá. Ali ele era outro, sem uniforme, sem número, sem diagnóstico, sem a proibição de não fumar. E com penteado diferente. Sim, outro. Contentamento. Acolhida ao que difere, ao que era outro. Éramos. Hóspedes e hospedeiros.

Nesse dia fora do HCTP, Manoel servia-se de Coca-Cola e dizia “*hoje vou me embriagar*”, “*hoje vou tomar todas*”. Talvez, seguindo Baudelaire, *Il faut être toujours ivre*<sup>18</sup>. Talvez estivesse embriagado (de Coca, de ar, de poesia, de vida) quando puxou *Trem das onze* para cantar junto com seus colegas e quando me abraçou forte e disse “*que Deus lhe abençoe*”. Amém, Manuel, amém. Manuel lá era outro, eu também. *Embriaguemo-nos*.

\*\*\*

---

<sup>18</sup> Primeiro verso do poema *Enivrez-vous*, de Charles Baudelaire. Em tradução livre: “É preciso estar sempre embriagado”.



Estudar sobre os hospitais de custódia, e, mais, estar em um deles, era para mim uma experiência muito perturbadora, violenta. Sentia-me violentada a cada vez que entrava lá. Por isso estranhei meu desejo de voltar, depois da pesquisa de mestrado, para um novo trabalho. Assim como estranho minha própria tese: a possibilidade de respiro, de saída do lugar da mesmidade forjado por tantos discursos que habitam uma instituição o HCTP. A minha posição contrária a instituições como essa tornava muito difícil estar lá, assim como minha vivência enquanto psicóloga clínica aumentava meu desconforto com as tentativas de terapêuticas que eu observava dentro do hospital – geralmente norteadas por um discurso subliminar presente em cada ação, em cada fala: *sabemos o que é melhor para você*.

Assim, a vida dos vaga-lumes parecerá estranha e inquietante, como se fosse feita da matéria sobrevivente – luminescente, mas pálida e fraca [...] – dos fantasmas. Fogos enfraquecidos ou almas errantes (DIDI-HUBERMAN, 2011, p. 14).

As terapêuticas dentro de espaços como esse geralmente visam a uma normalização das pessoas, estimulando a conquista do que parece ser importante e “saudável” para todos: a socialização (entrando aqui as relações de trabalho, familiares, de grupos, amorosas etc.). E os tais laços sociais tão almejados por quem costuma trabalhar com saúde mental parecem ter um modelo a ser seguido: não é qualquer laço, de qualquer jeito, que serve. A

[c]iência que classifica o louco, o pobre, o criminoso, o devasso, entre outros, e lhes reserva um lugar à parte das vias largas e retas, nas quais convivem os de bom tom: um escaninho etiquetado com escárnio e ordenado para torná-los previsíveis, controláveis, inofensivos (FONSECA et al., 2008, p. 36).

As criações, o que desvia da norma, as possibilidades infinitas de amarrações perdem-se em terapêuticas engessadas e conduzidas por um ideal de sujeito produtor, adaptado, “sociável”.

Em uma das reuniões, sobre a possibilidade de outras atividades para o grupo que se reúne semanalmente, um dos internos propôs que assistissem a vídeos. Ideia claramente apoiada pela reação dos demais. Logo, um dos profissionais de saúde disse que podiam assistir a curtas-metragens (por causa do tempo) com conteúdo para refletirem. Parece que só assistir a algo por entretenimento, por lazer, por desejo, não é suficiente. Precisa ter uma função, um aproveitamento, um “ensinamento”. Pedido de sugestões, mas com direcionamento. Vibrei quando um dos internos proclamou “*Queremos ver o show da Anitta!*”. Lá, aonde o mundo de fora pouco chega, eles queriam ver um dos grandes nomes na mídia no momento. Que baita laço social! Mas esse não valia. Faz tanto sentido a canção “louca”, presumo que de composição própria, que Manuel ficou cantarolando de fundo nessa reunião. Canção de um verso só: “*Ai que raiva*”.

#### 6.4 COMIDA

[...]  
 Nunca desdenhe o tutu.  
 Vá lá mais um torresminho.  
 E quanto ao peru? Farofa  
 há de ser acompanhada  
 de uma boa cachacinha,  
 não desfazendo em cerveja,  
 essa grande camarada.

[...]  
 Carlos Drummond de Andrade<sup>19</sup>

Em minha primeira “estada” no HCTP, chamou-me a atenção as falas dos internos sobre comida. Esse tema sempre aparecia na hora dos “assuntos gerais” nas assembleias, bem como apareceu durante algumas das entrevistas. Com Gabryel, um dos entrevistados na ocasião, que, após responder “*É ruim!*” (sobre a vida no HCTP), seguiu falando sobre a comida: “*Feijão e arroz velho... arroz velho, feijão velho, pão velho, café azedo...*”. Em outro momento, ao falar sobre o tempo em que ficou preso na

<sup>19</sup> Carlos Drummond de Andrade no poema *A mesa* (2006, p.104).

cadeia comum, voltou ao tema: “*Lá [no presídio] a comida era melhor, ô, bem melhor... coxinha, bolo de carne... às vezes tinha lasanha... lasanha!*”. Ouvindo Gabryel, lasanha pareceu-me a maior alegria possível na vida. Por sua vez, Nivaldo, outro entrevistado para a pesquisa de mestrado, preferia a comida do HCTP: “*Aqui é melhor, a gente come uma vez mais... um café a mais*”.

As reivindicações por comida melhor eram recorrentes nas assembleias a que assisti em 2011: “*Não queremos mais sopa, só vem água*”, “*É uma lavagem*”, “*Deu diarreia em todo mundo o macarrão de domingo*”. Também presenciei um aplauso espontâneo puxado pelos internos ao ser mencionado, em uma dessas assembleias, o feijão tropeiro oferecido em uma das refeições certo dia. Em uma dessas reuniões, fui surpreendida por um interno que chegou até mim para perguntar o que eu gostava de comer. Anos depois, de outro interno, a pergunta veio mais fechada: “*Tu gosta de melancia?*”. Nas duas vezes, havia interesse notório por minha resposta. Eram questões importantes.

A temática da comida, pela qual sempre nutri (sem trocadilhos) afeição especial, era sempre presente para mim em minhas andanças pelo HCTP. Comida, para mim, e para muitos, é mais que sustentação fisiológica do corpo. É poesia. Pode dar alento, aconchego, prazer. Andando por lá, intuía que um dos poucos prazeres naquele espaço tão infenso devia vir dos momentos em que era possível escapar do ordinário (arroz, feijão, café com pão) na alimentação. Está lá, nos escritos de Goffman (2005) sobre uma prisão britânica:

As autoridades fizeram o possível para alegrar-nos. Na manhã de Natal sentamo-nos para um café da manhã com flocos de milho, salsichas, *bacon*, feijão, torradas, margarina pão e geléia. Ao meio-dia comemos porco assado, pudim de Natal e café; no jantar, tortas e café, em vez da jarra de chocolate de todas as noites (GOFFMAN, 2005, p. 88).

Presenciei a empolgação da maioria diante das comidas dos dias de festa e suas falas sobre os produtos alimentícios trazidos pelos familiares e os produtos que mandavam comprar: “*Margarina, farinha e linguiça... isso é bom*”, disse-me Gabryel,

que comia linguiça *crua mesmo* por não ter onde prepará-la. Agora, na segunda “estada”, ouvi de João que o único prazer na *insípida* vida no HCTP vem de umas bandejas de queijo. Sim, a comida é uma questão importante. E é sempre mais que só se nutrir-se para continuar biologicamente vivo. Há o que escapa, o que é mais além.

Sentíamos todos o mesmo tédio em ficar deitados, e cada dia, tão semelhante ao outro, era de uma monotonia tremenda. Pela manhã, ainda, nos distraíamos com a visita dos médicos e, logo depois, com a chegada da comida, que – compreende-se – desempenhava um papel da maior importância na nossa vida (DOSTOIÉVSKI, 2006, p. 136).

O interno que morou na Argentina sente muita falta de *alfajor*. De todas as coisas difíceis, violentas, sofridas que ele me contou, foi essa “falta” que mais me capturou. “*Preciso dos meus alfajores*”; mais que os deseja, precisa deles. Essa tentativa de acesso a algo que não é mais, que se foi (temporal, espacial e afetivamente), me é – ainda – comovente. Diante do absurdo de sua história até chegar ao HCTP, desejar (precisar de!) achar ali algum conforto sobretudo no recheio farto de *dulce de leche* parece ser muito legítimo, urgente e necessário.

As refeições servidas no HCTP que conheci vêm da penitenciária que fica ao lado: “*uma cumbuca de arroz e dois pedacinhos de carne*”, disse-me um dos internos. Como complemento à alimentação fornecida pelo Estado, o HCTP conta com doações de frutas, legumes e verduras vindas de um supermercado da cidade. O que seria descartado por não atender mais ao padrão de qualidade para venda vem dar um colorido (em vários sentidos) à mesa dos internos. Contribuição muito bem-vinda por lá.

O interno – aquele que se preocupava com os nutrientes do caldo da sopa desprezado pela maioria e dava orientações sobre higiene na cozinha – responsável pela transformação das doações em sopas, saladas de fruta, entre outras iguarias feitas com esmero, não estava mais por lá. “*Eu tô sentindo uma falta dele*”, contou-me Murilo, continuando, “*Já combinamos de morar junto*

*quando eu sair... vamos trabalhar junto. Ele vai me ajudar*". Murilo tem planos, existe uma vida imaginada para depois do hospital. Seguimos falando sobre comida; entre suas preferências está couve-flor e brócolis com bastante vinagre, *"dá um azedinho bom"*.

Além das doações vindas do supermercado, também há a horta. Entre idas e vindas, esperando para falar com o diretor do hospital, voltando, indo outra vez, conversando sobre minha dissertação de mestrado, apresentando o novo projeto de pesquisa (para o doutorado), entregando todos os documentos requeridos, lá (ainda) estava ela: a horta. Cuidada por um dos internos, parecia ainda mais verde, mais viva, mais forte que em minhas lembranças. As alfaces, desta vez mais que as couves, denunciavam uma força curiosa, mais lindas que nunca, cúmplices. Elas garantem que quem delas cuida possa passar o dia do lado de fora, e sozinho. Um refúgio que parece garantir mais que um lugar, uma dignidade. (Dostoiévski haveria de gostar de cuidar dessa horta.) Ouvei um bom dia altivo vindo desse interno (o guardião da horta) – coisa rara entre os de uniforme laranja.

Com a proibição de fumar dentro das dependências do hospital, as compras de cigarro foram suspensas. Criam-se alternativas. Uma delas é fumar erva de chimarrão. Afinal, *"é muito bom fumar"*, disse um dos internos durante a realização de um grupo, mostrando com orgulho a queimadura de cigarro feita na mão nos dias em que esteve fora do hospital por ocasião do dia dos pais. Outros prazeres relatados dessas saídas: *pastel, sexo e carne* (ditos mesmo nessa ordem, que não sei se obedece a alguma hierarquia). *"Pão nem comi, pão já como aqui todo dia."*

É comum o relato das comidas consumidas nos dias fora do HCTP. Mario, com quem conversei reservadamente na sala de atendimento, contou-me que, quando está na rua (ele já teve alta e voltou para o hospital várias vezes), adora comer linguiça *"bem fritinha"*, frango assado e bolacha recheada. Veio dele uma tentativa de solução, de melhoria, para a questão da comida no HCTP: *"Ah, se tivesse molho inglês aqui... [esfregando uma mão na outra com vigor] melhorava tudo"*. [Só que não tem.] Carlos gosta muito de almôndegas, mesmo das servidas no HCTP vez que outra. Murilo sente saudade de comer torta de bolacha.

Nas assembleias e nas conversas fechadas, a reclamação sobre a qualidade (e também sobre a quantidade) da comida servida no HCTP é uma constante. *"É sempre a mesma coisa"*, *"Estamos passando fome"*, *"Estou debilitado, com fome"*, *"O café*

*tá uma água suja*”, foram algumas das falas que ouvi dos internos em assembleias. Um dos coordenadores da reunião, profissional do hospital, ironizou o comentário do interno gordinho sobre a pouca comida servida: *“Você tá passando fome, [nome do interno]?!”*. Outro interno respondeu pelo colega: *“Tamo passando fome, sim”*. No HCTP, *“o café não tem cheiro de café, não tem gosto de café”*. As coisas são outras. *“A comida [aqui] é castigo do diabo”*, disse-me João em nossa conversa reservada. Em uma das festas de Natal, as panelas com café passado, vindas da penitenciária, foram esquecidas no refeitório do HCTP – o café não foi servido na festa e ninguém sentiu falta dele.

O grupo semanal realizado com os internos que desejassem participar, uma espécie de grupo de apoio, costumava ser animado por paçocas de amendoim, tabletes de doce de leite e outras guloseimas trazidas por uma das profissionais. Diante daquelas falas tantas, tão doídas, tão “sem solução”, com aquela angústia toda – afeto solitário, mas ali tão coletivo que o vazio quase se podia pegar com a mão –, eu, assim como quase todos os internos, me agarrava ao pote de doce como último suspiro, tentativa de sobreviver ao nada. O encantamento com a comida, com a comida extraordinária, com o que não é só pão ou feijão, ficava também muito notório nos dias de festa, de comida especial. Veremos mais adiante sobre as “celebrações”.

Como eu já havido escutado de outros internos, frequentar o CAPS é de grande valia para aqueles que têm a autorização de fazê-lo. *“Se eu tivesse aqui dentro sem o CAPS, não sei se ia aguentar”*, confidenciou-me Murilo, que, como vários outros ali, tem direito a frequentar o CAPS algumas vezes por semana. Sobre essas saídas, Manuel falou-me: *“dá até um alívio [ir para lá]”, “dá até para relaxar”*. Murilo, que também vai ao CAPS, frequenta oficinas de teatro, de dança e de trabalhos na horta. E gosta muito do lanche servido lá, *“porque aqui [no HCTP] é uma nojeira”*.

Em um primeiro momento, o gosto em frequentar o CAPS parece vir da possibilidade de poder sair do hospital por algumas horas (para muitos, oportunidade única), de estar em outro ambiente. Poderia ser uma ida ao supermercado ou ao cinema. Sim, essa razão já seria mais que legítima. Seguindo a conversa, percebe-se o prazer que sentem em frequentar algumas atividades oferecidas, como as oficinas. E há o lanche. *“Comida é*

*sempre bom... comida boa é comida boa*”, disse-me Murilo. Estou de acordo, Murilo.

Em vários congressos e eventos de saúde mental em que estive Brasil afora, muitas vezes se tem a discussão sobre a finalidade dos CAPSs. A que se propõem? Um projeto terapêutico individual, premissa desse serviço, inclui que tipo de atividades e propostas? Ir ao CAPS só (?!) pelo lanche já não configuraria uma espécie de laço social – tão almejado no trabalho de atenção às vulnerabilidades psíquicas?

A condução desses centros costuma apresentar bastantes diferenças de município para município. Há cidades onde de fato se observa um CAPS “portas abertas”, aonde o usuário vai quando deseja, quando acha que necessita, e faz uso daquele espaço como melhor lhe aprouver. Sentar debaixo de uma árvore no pátio do CAPS para ler um livro, conversar com a recepcionista, jogar dominó com outros usuários, tomar uma xícara de café com leite e voltar para casa também valem como intervenção; além, claro, de toda gama de serviços “formais” oferecidos: consulta médica, psicoterapia, grupos e oficinas, entre outras possibilidades. Em outras cidades, poderemos encontrar um atendimento mais “engessado”, com protocolos mais rígidos: só ganha lanche quem participa da oficina; quem participa da oficina passou pela consulta com o psiquiatra e também é “convidado” a participar de um grupo etc. As possibilidades e condutas são muitas.

Para mim, são muito potentes as possibilidades múltiplas que um CAPS pode oferecer para além dos inegavelmente importantes serviços oferecidos “oficialmente”, aqueles preconizados pela gestão de Saúde. Acho lindos os relatos de pessoas que saem de casa e tomam um ônibus para ir ao CAPS para “ver os amigos” – que às vezes pode ser o psiquiatra do centro, com quem ele conversa em um banco na varanda e não no consultório fechado. Ou de quem aparece no CAPS só em dia de festa para “filar a boia”. Se é “portas abertas”, como se propõe, que assim o seja. E rede de atenção pode estar para além da rede formal (de saúde e/ou de assistência, por exemplo). Rede se cria, laço se faz – para além dos protocolos. E de comida boa (quase) todo mundo gosta.

E há, com as idas ao CAPS, o contato com outras pessoas que não os internos e os profissionais do HCTP. Como me disse Vilmar certa vez, o CAPS *“é a referência que se tem na rua”*. Foi lá, segundo ele, que ele teve a oportunidade, em processos

terapêuticos (em grupo e individualizado), de entender melhor sua história, de lidar com aquilo que lhe é difícil – ele mesmo, em sua fala. *“Pra mim é difícil dentro de mim [...] é difícil... lidar comigo mesmo, dentro de mim”*, contou-me levando a mão ao peito. Além dos profissionais disponíveis no CAPS e de toda a terapêutica que oferecem, há os demais usuários com quem podem conviver – ampliando suas possibilidades de conversas, de temas, de experiências, de trocas, de laços. E assim outros fios, outras tramas, outros tecidos, outros (con)textos.

Um dos sete internos com quem conversei em reservado, Manuel, que mora no hospital há mais de uma década, disse gostar de jogar baralho e dominó, além de fazer aviões de papel para passar o tempo dentro da instituição. *“Perdi minha vida”*, disse-me ele sobre os anos todos no hospital, com tanta convicção e dor, que senti minhas vísceras revirarem-se. Ainda assim, no decorrer da conversa contou-me com entusiasmo sobre a namorada que arranjou no CAPS: *“Ela me deixa alegre, contente... ela me faz comer”*. Em mais de uma ocasião, ouvi Manuel dizendo que não come, que dá sua comida para os outros, que não sente vontade. Dizer *“ela me faz comer”* ressoa em mim como uma declaração de amor única, pessoal e, por isso, tão potente. Dentro da apertada e malventilada sala de atendimento, onde conversávamos, fui tomada por um arrebatamento romântico: não há como não torcer por um final feliz para o casal – fora dos muros e grades daquele lugar.

## 6.5 CELEBRAÇÕES

Sente como vibra  
Doidamente em nós  
Um vento feroz  
Estorcendo a fibra  
[...]  
Vinicius de Moraes<sup>20</sup>

Concordando com Goffman quando ele diz que “[o] quer que seja que uma cerimônia ofereça aos participantes de uma instituição total, oferece algo apreciável para os estudiosos de tais organizações” (GOFFMAN, 2005, p. 97), achei muito interessante

---

<sup>20</sup> Vinicius de Moraes (1992, p. 122), no poema *Allegro*.



a possibilidade de participar da festa de fim de ano do HCTP. Eu já havia participado de uma festa do dia dos professores na ocasião da pesquisa de mestrado e a considerado importante para a tessitura de meu trabalho. Dessa vez, acabei indo a duas celebrações de fim de ano, além de uma missa de Natal.

Para a festa de fim de ano (a primeira de que participei), foi utilizado o pátio grande – ao qual, durante o ano, só internos que não oferecem risco de fuga têm acesso. Participam da festa a maioria dos internos, seus familiares, as equipes de saúde e de segurança e pessoas que auxiliam o hospital com doações e afins. Os internos “em tratamento” (não estão todos?!), como são chamados os presos comuns que são enviados ao HCTP por um período para tratamento após apresentarem sintomas de “transtorno mental” em suas prisões de origem, não puderam participar da festa. Estavam doentes demais para festejos ou são perigosos demais para estar entre os outros? Ou todo mundo só estava cumprindo ordens?

No pátio grande, a festa: alguns internos recebendo seus familiares, outros conversando com funcionários do hospital, outros tantos lidando como podiam com as demandas de “boas festas”, alguns poucos caminhavam sem parar pela quadra esportiva, outros se sentavam sozinhos em um canto (talvez mais pela busca por sombra – decisão muito pertinente diante do sol escaldante daquela tarde de dezembro – do que por desejo de estar só; nem tudo é “sintoma”). A música era tão alta na festa que era impossível conversar. Havia tentativas, não sei se havia prazer. A música alta se impunha. Um interno escrevia, na hora, cartões de Natal personalizados com o nome do destinatário. Recebi o meu, nominal, com o cuidado de grafar meu nome corretamente, fato não tão corriqueiro em minha vida. Detalhe. Delicadeza.

Havia o interno Papai Noel preocupado com quem faria as fotos da festa, e o interno que carrega consigo uma lancheira infantil pendurada ao pescoço, cheia de brinquedos, para que ninguém os roube. (E assim é, na festa de Natal, nas reuniões e assembleias, o tempo todo com seus brinquedos a tiracolo.) Lembrei-me do porquinho alaranjado que ganhei do meu pai quando nasci, que mora na gaveta de meu criado-mudo, que me acompanha há mais de quatro décadas.

Todos conservamos certos objetos inúteis, metade lembrança e metade talismã, de que nos envergonhamos um pouco, mas aos quais não gostaríamos de renunciar por nada deste mundo. Trata-se às vezes de um velho brinquedo que sobreviveu aos estragos que guardam um cheiro perdido ou de uma camiseta apertada que conservamos, sem motivo, na gaveta das camisas “de homem” (AGAMBEN, 2007b, p. 33).

Dia desses, contou-me uma das profissionais do HCTP que o interno dos brinquedos trocou um deles por comida. É, comida é mesmo muito importante.

Com exceção do interno vestido de Papai Noel e daqueles que iriam para casa passar o Natal com a família depois da festa (e, portanto, estavam usando roupas “normais”), todos estavam uniformizados. O uniforme laranja, novidade dos últimos tempos nesse HCTP, estava ali para (de)marcar, separar loucos de sãos, prisioneiros de pessoas livres, e agora, também, os que iriam passar as festas com a família dos que ficariam no hospital.

A mesa posta com quitutes (com salgadinho esfriando, refrigerante esquentando e chocolate derretendo) por um longo tempo, à espera de sei lá que “convidado ilustre” que estava ainda faltando. À volta da grande mesa, internos em pé, ao sol, como crianças de antigamente esperando ansiosamente cantarem os parabéns nas festinhas de aniversário para poderem, finalmente, comer. Presenciar essa espera (quase beirando o sadismo) era bastante perturbador para mim. As comidas eram atraentes e saborosas (posso testemunhar): salgadinhos fritos e sequinhos, bolos diversos, biscoitos de Natal e bombons de boa marca. Para beber havia refrigerante, de todo o tipo, doado por profissionais e outros colaboradores do HCTP e também trazido pelos familiares.

No ano seguinte, eu já havia – teoricamente – terminado minhas visitas ao hospital e conversas com os internos, mas achei que poderia ser – mais uma vez – interessante participar dessa celebração, que, como no outro ano, reuniu os internos (com exceção, mais uma vez, dos internos “em tratamento” e daqueles que não quiseram ir), seus familiares e os profissionais que trabalham na instituição, assim como estagiários e algumas outras pessoas ligadas ao hospital.

Havia sido interessante, no ano anterior, observar os internos em outro espaço físico, interagindo com os profissionais e seus familiares, a relação com a música, com a comida, com o espaço aberto – eu nunca havia estado com eles a céu aberto até o primeiro Natal. Os nossos encontros eram sempre nas dependências internas do hospital, eu nunca havia estado nos pátios pequenos onde eles passam o dia. Agora estávamos todos no pátio grande.

Uma instituição total talvez precise de cerimônias coletivas porque é algo mais do que uma organização formal; no entanto, suas cerimônias são muitas vezes ‘forçadas’ e insípidas, talvez porque seja algo menos do que uma comunidade. [...] Por mais insípida que seja (e por mais funcional), a cerimônia assinala um momento em que se afasta e até se inverte o drama social diário, e assim nos lembra que aquilo que foi afastado tem um caráter dramático [...] (GOFFMAN, 2005, p. 97).

Olhando a festa, as festas de fim de ano em que estive no HCTP, quase concordo com Goffman. Ainda que *forçada* e *insípida*, é uma festa. A maioria parecia contente, a comida era boa, havia música, eles tinham um espaço mais para se locomover. Mas olhando para além do verniz natalino, para além da descrição objetiva de “coisas de festa” (comida, bebida, pessoas, música, decoração etc.), aquela celebração parecia-me ainda mais dramática que o cotidiano do hospital. Havia os “barrados” da festa, a angústia tão gritante no rosto de alguns familiares, a normatização do andamento da festa (horário, fila, regras etc.), a falsa sensação de que se vive bem lá, as árvores (ainda que poucas) do pátio em contraponto às grades, as *anedotas de identidade*.

O pátio grande foi preparado com balões, mesas e sistema de som. Aos poucos iam chegando os familiares com suas garrafas de refrigerante para a festa, e chegou o esperado painelão de molho de cachorro-quente feito na cozinha da penitenciária. No refeitório, as mulheres (técnicas do hospital, estagiárias, eu) cuidavam de cortar os bolos que seriam servidos, montar pratinhos, arrumar o pão para o cachorro-quente. Iguaria não

servida no ano anterior. Como em quase toda festa, as mulheres cuidam das comidas, os homens, da bebida. Eles, desde o dia anterior, estavam responsáveis em gelar os refrigerantes para festa. Ali não foi diferente.

Pouco antes do horário da festa propriamente dita, arrumamos os pratinhos com salgadinhos e bolo para aqueles que não podiam ir à festa: “os do tratamento”. Os internos vindos de outras unidades prisionais para “tratamento” no HCTP ficam em uma ala específica, não participam das atividades do hospital e tomam banho de sol em um pátio separado. Como no ano anterior, íamos (um pequeno grupo de estagiários e profissionais e eu) de cubículo em cubículo entregando o prato com quitutes e servindo refrigerantes. Depois dessa ala, passamos por todas as galerias para ver se havia alguém nos outros cubículos ou enfermarias (quartos coletivos) para entregar o lanche àqueles que não quiseram participar da festa de fim de ano. Tive a impressão de que poucos, menos que no último ano, dos que podiam, não foram ao evento. Ainda assim, ali estavam os que puderam exercer sua (im)potência, sua potência de não. Mesmo podendo participar da festa, *preferiam não*, tal como o escrívão *melvilliano* – “figura extrema [...] que não escreve nada além da sua potência de não escrever” (AGAMBEN, 2013, p. 41).

Quando estava praticamente tudo pronto para o início da festa no pátio grande, começou uma forte chuva de verão. Rapidamente se decidiu transferir a festa para outra área do hospital, boa parte da qual abrigada da chuva. Era interessante observar o trabalho de equipe, a rapidez com que comidas e aparelhagem de som foram transferidas para o novo espaço. Também foi curioso observar certa tensão no ar, “jogos de poder”. Em questões simples como onde pôr os salgadinhos, como cortar o bolo, para onde vão as pessoas depois de servidas, vinham à tona desafetos e pequenas querelas entre colegas.

Ali no espaço apertado e improvisado aconteceram, de acordo com o roteiro programado, as apresentações musicais. O som do violino tocado por um dos internos foi mais um elemento pungente em meio a tanta coisa comovente: os familiares ali presentes, filhos no colo, o choro da irmã de um interno que estava sentada ao meu lado, a chuva, os rostos dos internos, tantos e tão variados: felizes com a presença de pessoas queridas ali, constrangidos, entediados cumprindo um papel, melancólicos, eufóricos, alheios a tudo em volta – de tudo havia. Uma tristeza

amarga, mas com algum fundinho de crença em dias (um pouquinho) melhores denunciado pelos suspiros, misturados a um sorriso amarelo entre a polidez e a desesperança, deu o tom enquanto cantávamos, acompanhando à apresentação, “é preciso saber viver”.

Após as apresentações e os discursos, começamos a servir os comes e bebes sem ninguém saber ao certo qual era a melhor maneira de fazê-lo para evitar atropelos (o espaço era pequeno para tanta gente). Se a equipe de profissionais e estagiários estava atrapalhada com a organização, os internos e seus familiares estavam ainda mais perdidos. A orientação ora era pegar seu prato e seu copo de refrigerante e encontrar um lugar abrigado da chuva para comer, passando por dentro do espaço onde estavam as comidas; ora era passar por dentro de um dos corredores do hospital e ir até o refeitório, com filas distintas entre internos e familiares de internos. Em meio à confusão e a familiares visivelmente acanhados, a pratos e copos parados em cima de um balcão sem que ninguém os apanhasse mesmo com a fala de “*pode pegar, pode se servir*”, veio uma voz dizendo “*a chuva parou*”. Rapidamente, novamente em um trabalho conjunto, comidas, bebidas e aparelhos de som voltaram para seu local inicial, o pátio grande aos fundos do hospital.

A festa seguiu no pátio grande, com familiares e internos espalhados pelo terreno. As pessoas pareciam-me mais à vontade que no ano anterior (talvez eu estivesse me acostumando com aquele lugar, ficando eu mais à vontade), e a ausência do sol forte e do calorão parecia ter deixado tudo mais agradável [agradável?! eu escrevi agradável?!]. Fiquei em um canto, junto a uma mesa servindo os refrigerantes. Acho que me posicionei ali por ser um local um pouco mais afastado, e acabou sendo muito interessante estar naquela posição, servindo os convidados. Ali eu podia ouvir as preferências dos internos “*Quero guaraná*”, “*Tem mais Coca?*”, “*Purezinha é bom, eu quero mais*”; atender aos familiares sem-jeito, “*Será que posso pegar um pouco de guaraná?*”, “*Pode ser qualquer um?*”, “*Posso pegar um?*”; e também conversar um pouco mais com alguns internos.

Ofereci a Murilo, um dos entrevistados, que disse gostar de coisas diferentes, um copo de Fanta Maracujá. Novidade – só havia uma garrafa lá (que eu tinha levado, por também gostar de coisas diferentes). “*Nossa, que diferente, Fanta Maracujá, eu nunca tinha visto uma coisa dessa*”, meio intrigado. “*Mas que*

*delícia, né?”*, concluiu. Manuel, que não havia me reconhecido no grupo de teatro, dessa vez chegou *“Oi Marcelle, tudo bem com você?”* e ali seguiu falando da vida e me desejou um feliz Natal. Um interno que não conheço, bom anfitrião, veio me perguntar se eu estava gostando da festa. Pareceu-me de bom tom dizer que sim. Centenas de copinhos de refrigerante depois, quando se acabaram todas as garrafas, achei que era hora de ir embora. Eu não tinha mais o que fazer ali.

### 6.5.1 E ainda

E até hoje não me esqueci  
Do Anjo da Anunciação no quadro de Botticelli:  
Como pode alguém  
Apresentar-se ao mesmo tempo tão humilde e cheio de tamanha  
dignidade?  
[...]  
Mario Quintana<sup>21</sup>

Depois de mais de um ano indo ao HCTP com certa regularidade, achei que a festa de fim de ano (a segunda de que eu participaria durante a pesquisa) seria uma “boa data” para marcar minha última ida lá. Quando encerrei a pesquisa de campo para a dissertação de mestrado, senti grande alívio. Diferentemente dos internos que me acompanharam e me ajudaram nessa empreitada, eu estava livre. Ainda que a lida com horas e horas de gravações de entrevistas, o revirar de páginas e páginas de escritos (a mão) após cada visita e a feitura da dissertação me levassem de volta ao cheiro úmido e quente dos corredores do HCTP – com todas suas perversidades naturalizadas, suas violações institucionalizadas –, eu, de alguma forma, já estava “a salvo”.

Lidar com tudo aquilo com alguma distância, ainda que basicamente física (mas que, nesse caso, era um privilégio e tanto), era menos perturbador que estar imersa no terreno movediço do HCTP: tantos saberes, tantos poderes, tantas contradições, tantas ambiguidades, “um constado de enormes diversidades desta vida, que podiam doer na gente, sem

---

<sup>21</sup> Mario Quintana (1997, p. 62), no poema *If...*

jurisprudência de motivo nem lugar, nenhum, mas pelo antes, pelo depois” (GUIMARÃES ROSA, 1995, p. 20).

Eu quis estar lá (outra vez). Poderia não, mas preferi sim. Fui ver a *casa dos mortos* de perto, de dentro, outra vez. Estive às voltas com o sadismo de alguns expedientes ali presentes, com a crueldade de alguns crimes praticados por alguns dos internos com que conversei e/ou de quem li os prontuários; trabalhei com minha própria malvadeza: entre uma espécie de *voyeurismo* sádico e um masoquismo romântico. HorrORIZAVA-me, mas seguia.

[N]a ética não há lugar para o arrependimento, por isso a única experiência ética (que, como tal, não pode ser tarefa nem decisão subjetiva) é ser a (própria) potência, existir a (própria) possibilidade [...]

O único mal consiste, ao contrário, no decidir permanecer em débito com o existir, de apropriar-se da potência de não ser como de uma substância ou de um fundamento exterior à existência; ou (e é destino da moral) olhar a própria potência, que é o modo mais próprio de existência do homem, como uma culpa que cabe, em todo caso, reprimir (AGAMBEN, 2013, p. 46).

Eu não imaginava voltar ali. Mas, talvez, um pouco como tantos que sempre voltam para lá, poucos anos depois de sair, era dia de voltar. E já na primeira visita, aquela em que fui “recebida” com a imagem do varal de uniformes, esperava pelo dia da última. Aí, sim, para sempre. (Será?). Mas por razões que somente talvez umas boas sessões de terapia possam aclarar, não só voltei ao HCTP, como segui indo – talvez mais do que fosse necessário para a escritura da tese. Sempre pensava “só vou mais uma vez e chega”, e nunca chegava. Nunca era o suficiente. Nunca basta.

Cabe problematizar que, apesar do que pontuam a filosofia moderna e a maioria das teorias em psicologia sobre a identidade, o idêntico e o mesmo, a repetição nunca é idêntica. Assim, como já pontuava o filósofo que não atingiu a hegemonia na filosofia, nunca nos banhamos duas vezes no mesmo rio e, dessa forma, minhas idas ao HCTP nunca foram as mesmas, não foram idênticas. Embora em alguma camada possa parecer repetição:

uma ida, mais uma ida e mais uma – idênticas –, cada ida foi outra.

O mundo, dizia Heráclito, é um *fluxo perpétuo* onde nada permanece idêntico a si mesmo, [...]. Nossa experiência sensorial percebe o mundo como se tudo fosse estável e permanente, mas o pensamento sabe que nada permanece [...] (CHAUI, 2006, p. 105).

Era sempre diferente, ainda que desagradavelmente diferente.

Não sei ao certo o que eu buscava ver, encontrar, que ainda não tivesse visto, ouvido, cheirado, intuído. Como se fosse possível, ainda que com visitas infinitas, ver tudo, pegar os fios todos que compõem a trama tão peculiar daquele lugar. Talvez buscasse comprovar a tese: sim, é possível sair do bloco dos idênticos, diferenciar-se, criar, achar brechas, mesmo em um espaço tão infenso. (Será?). Em um exercício gozoso (sim, masoquista), eu continuava indo. Pararia na festa de fim de ano, afinal, parecia a data perfeita para o ritual de passagem, para a despedida. Eu ganharia o direito de ir para casa como vários internos naquele dia. E no meu caso, nem precisaria voltar no fim das festas. Porém fiquei sabendo da missa de fim de ano, que seria realizada alguns dias após a festa de Natal. Eu não podia ficar fora dessa! Uma missa?! Que experiência! Mas agora seria para valer: *só vou mais uma vez e chega*.

Seria uma missa realizada para os internos na capela do complexo penitenciário do qual o HCTP faz parte. Cerimônia da religião católica. Lembrei-me de alguns dos entrevistados (para esta pesquisa e para a anterior). Do evangélico que, em conversa privada comigo, ironizou a fala do padre *“Fica ali..., ‘eu vivo na luz com Jesus’, todo alegre. A ideia do padre, não, não”*, achando graça em um suposto otimismo do padre. Na missa a que fui, cantaram a música que deve ter dado origem a essa fala do interno: *“eu vivo na luz com Jesus”*. Lembrei-me de Gabryel, esse que apresentei na dissertação e que certa vez me corrigiu: *“Rezo não. Oro”*, quando perguntei, em meio a uma fala dele sobre religião, se ele rezava. Lembrei-me também do interno judeu e cientista. E de outro interno com quem conversei, Murilo, evangélico autodeclarado, adepto do uso de guias (colares) da umbanda, que se queixou da falta de culto, de um espaço formal



para os evangélicos assim com os católicos têm a capela: “*Seria mais justo se todos tivesse seu espaço. Cada um com a sua fé, a sua crença*”. Estariam eles na missa de fim de ano?

A missa havia sido marcada para as nove horas. Saí de casa em uma manhã chuvosa (convite a dormir um pouco mais) para ir pela última vez ao HCTP. Chegando lá recebi a informação de que por uma questão da equipe de segurança, a missa seria realizada à tarde. Nem deu tempo de ficar ofendida por não ter sido avisada da mudança de horário, uma vez que nem o padre que iria celebrar a missa sabia – assim como eu, também estava lá à espera dos internos. Tive de voltar mais tarde. *Só vou mais uma vez e chega*.

A equipe de agentes de segurança que acompanhou os internos até a capela ficou do lado de fora. Lá dentro, uns cinquenta internos, o padre que realizou a celebração, uma freira, uma senhora da pastoral carcerária (dividida entre outras atividades e a missa) e eu. O interno judeu estava lá, mas não comungou; o interno evangélico – vestido com suas guias – participou de todas as etapas da missa. Cada um foi como quis, como pôde: de boné, de chinelo, com a lancheira (cheia de brinquedos) pendurada no pescoço, com o rádio de pilha às mãos. Se o Jesus que minha avó me apresentou, acolhedor e afetuoso, estivesse vendo aquilo, haveria de estar satisfeito.

Há muito sou pouco (ou nada) afeita a missas – desde a época em que ia só para acompanhar minha avó e ganhar pipoca cor-de-rosa no final – por achar que todo aquele ritual sisudo e altivo afasta as pessoas da simplicidade que o Jesus de minha avó apregoava. Mas, naquela tarde de chuva e frio em pleno dezembro, eu estava grata por poder estar vivendo aquele momento junto com aquelas pessoas. Foi uma maneira especial (e calorosa) de encerrar tantos meses de idas doídas àquele lugar. Engoli o choro durante toda a cerimônia lembrando-me da fala que me relataram certa vez, de que, quando uma mulher presa chora, as outras falam “*para de chorar, não faz pesar a cadeia*”. Eu iria para casa assim que a missa acabasse, podia ir e vir, eu era um dos poucos ali que não podia chorar. Com muito esforço, consegui *não pesar a cadeia*.

Em todas as minhas andanças pelo HCTP, creio (estou segura, devo dizer) que nunca presenciei um momento tão solto (ainda que sob a guarita que nos protege), com a potência engendrando possibilidades diferenciadas. O padre, como acontece nas missas, dava as indicações: “*todos de pé*”, “*agora*

podem sentar”, mas cada interno esteve ali como lhe era possível. Além do radinho, bonés, chinelos e o que mais fosse necessário para eles se sentirem – suponho – melhor; sentavam-se quando e como queriam, comungou quem quis, cantou quem queria, da maneira como dava conta, assim como foram acolhidos todos os comentários e as perguntas feitas durante a cerimônia – sem risinhos de deboche, sem aparente julgamento sobre a pertinência da coisa ou a adequação do momento.

O padre, que eu conhecia de outros espaços, ali (também) era outro. Celebrou uma missa “personalizada”, dava espaço para que todos participassem, olhava para as pessoas e, talvez também tocado por esse momento de “soltura”, permitia-se tocar violão e cantar muito mal, sem constrangimentos. Éramos todos cúmplices naquela hora, cada um podia expor suas vulnerabilidades, fazer a sua celebração, e curtir o “barato” daquela missa *muito louca*.

Ganhei uma missão importante, que era levar a imagem do Menino Jesus até a manjedoura, no centro do presépio montado no altar. O padre escolheu-me para a tarefa. Atrapalhei-me com as orientações e acabei levando a imagem de louça que ele havia me entregado para seu berço antes da hora. Ó ironia! Penso que ele achou que de todos ali eu era a mais indicada para dar conta de tão importante tarefa: levar o homenageado da festa para seu lugar de destaque. Que nada! Estraguei a tradição de anos, que é, segundo o padre, a entrada do Menino Jesus (e sua condução até o centro do presépio) em certo momento da missa. De forma muito delicada e polida ele pontuou minha gafe durante a celebração, mas concluiu com um *“mas não tem problema”*. Deslize perdoado.

A freira que estava ajudando na cerimônia tinha problemas de audição. O padre pedia coisas a ela, ela não entendia, e sempre precisava da ajuda de algum dos internos para entender. *“O que que ele disse?”*, perguntou a irmã aflita, logo confortada por um dos internos, agora seu intérprete: *“Ele só disse ‘boa tarde, irmã’”*. Durante os cânticos todos, muitos, a freira, por não ouvir direito os demais, cantava partes distintas da música, fora da ordem, destoando do resto. Assim como alguns internos, por dificuldade de leitura ou de fala. Jamais se ouviu em uníssono naquela missa. Era o canto da diferença, dos tempos e ritmos próprios, de acolhimento a cada vulnerabilidade ou necessidade. *Hospitalidade absoluta – que não é por dever, que é uma lei sem*

*imperativo* (DERRIDA, 2003). Abertura ao outro – que não eu, e ao *outro* – o que (se/nos) atravessa, da ordem do *pathos*, dos afetos. Era impossível não ser tocada por essa oportunidade (rara) de serem/sermos muitos e serem/sermos únicos.

Foi uma missa muito interativa. Além dos comentários livres e do jeito muito particular de cantar de cada um, um dos internos ajudou na preparação da eucaristia (fazendo as vezes de um coroinha), e alguns internos, chamados pelo padre, foram até a frente fazer leituras. Eu também [!] – feliz em “fazer parte”. Todos que quiseram comungaram puderam participar da “Ceia do Senhor”. Voltaram à minha memória as falas das antigas catequistas que diziam que só podia comungar quem tivesse se confessado, quem já tivesse sido perdoado de seus pecados. Ali, naquela tarde, estávamos todos perdoados. Sim, comunguei também. *A mulher sem pecados*.

Ou, voltando a Agamben (2007b), o que foi separado pode ser restituído através da profanação. Para o autor, uma das formas mais simples de profanação acontece no mesmo rito sacrificial que marca a passagem da esfera humana para a divina através do contato. No exemplo que Agamben traz (2007b), nos antigos rituais, uma parte das carnes (coração e fígado, por exemplo) era reservada aos deuses, podendo o restante ser comido pelos homens; mas bastaria que um homem tocasse as carnes sagradas para que elas se tornassem profanas, podendo ser comidas – “um tocar que desencanta e devolve ao uso aquilo que o sagrado havia separado e petrificado” (AGAMBEN, 2007b, p. 66). A profanação ignora a separação, faz dela um uso próprio. Naquela missa, naquela tarde de dezembro, pão ali consagrado, hóstia sagrada, corpo de Cristo, ao ser tocado por nós pecadores, pão voltava a ser. *Contágio profano*.

Essa celebração pareceu-me uma despedida de minhas andanças pelo HCTP “com tudo o que eu tinha direito”. Passei todo o tempo segurando a emoção, achando que aquela missa (quem diria!) foi o espaço de maior respiro que presenciei nesses tantos anos por lá – bem mais que as festas, talvez, por conta da ausência dos agentes de segurança e dos demais profissionais que atuam no hospital. Para o *grand finale*, o padre chamou-me para dizer algumas palavras ali na frente, representando “os técnicos que trabalham no hospital” (não o corrigi pelo equívoco de achar que eu trabalhava lá). Muitos psiquiatras que tivessem

ouvido minha fala naquele momento achá-la-iam um pouco delirante (*do que exatamente ela está falando?*).

Dentro de uma lógica formal, na busca por uma linha de raciocínio, não havia muito sentido no que eu falava. Não sei ao certo sobre o que falei, *escapou-me*, mas intuo que tivesse que ver com a gratidão por aquele momento, por aquelas pessoas, pela *acolhida radical* que recebi para minha pesquisa por parte dos internos. E, talvez em um nível mais sutil, tinha a ver com a tristeza que eu sentia por um lugar como um HCTP ainda existir, e devia querer dizer também do constrangimento que sempre me acompanhou quando estive por lá: pelo meu cheiro de banho recém-tomado, por todos os meus dentes na boca, por não estar usando uniforme laranja, por poder falar sem a voz pastosa que o excesso de medicação traz e, principalmente, por poder ir para casa assim que terminasse. *Dívida*. E impasse. “[A] hospitalidade não pode pagar uma dívida” (DERRIDA, 2003, p. 73), “essa hospitalidade de quitação não é mais uma hospitalidade absoluta” (DERRIDA, 2003, p. 73). O cruzamento indecidível dos caminhos. *Dúvida*.

A moça que trabalha na Pastoral Carcerária montou uma mesa com um grande pote de vidro cheio de pacotinhos de biscoitos recheados. Delicadeza rara. Os biscoitos não estavam nas suas caixas de papelão originais, mas sim dispostos nesse vidro. Era dia de festa. Pedi-me que eu fizesse a entrega dos biscoitos a cada interno na saída da capela. Oportunidade especial (e inesperada) de poder me despedir de cada um que estava ali, um a um. Cada um recebia o mimo à sua maneira: uns de cabeça baixa, outros sorridentes, com votos de feliz Natal e afins, agradecimentos, uns passavam alheios (mas sempre havia um agente de segurança que apontava para pegarem os biscoitos). Ao interno que, em uma de nossas conversas, disse sentir muita falta de alfajor, eu disse ao entregar-lhe os pacotinhos de biscoitos: *“Não é uma alfajor argentino, mas...”*. *“É quase”*, concluiu ele, de forma generosa, acolhedora a minha falta de jeito de não saber como concluir a frase, sorrindo-me, cúmplice, com o dente faltando que o último ano no HCTP lhe levou.

Antes de ir embora, a moça da Pastoral me chamou para conversar, quis saber sobre mim, sobre minha pesquisa. Tudo isso enquanto o padre tentava, em vão, falar com o diretor da penitenciária para que liberassem alguns presos comuns para vir até a capela ver o presépio. *“Tão bonito, é interessante, é uma*

*coisa diferente*”, argumentava comigo o padre, ouvindo da secretária que o diretor estava em uma reunião. “*Sei, reunião*”, ironizou o padre ao desligar o telefone. A simpatia e a atenção da moça e o padre (com a celebração acolhedora que havia acabado de realizar, com sua tentativa de proporcionar algo de diferente aos presos, já com tanta idade, mas, ainda, com tanta energia para tentar algo, criar respiros) fizeram-me dizer à moça, depois de ouvir como é feito o acolhimento aos presos comuns que chegam lá e como faltam profissionais para esse acolhimento: “*Está aqui meu contato, qualquer coisa em que você achar que eu possa ajudar, me procure*”. (Só vou mais uma vez e chega).



## 7 ALGUMAS OUTRAS CONSIDERAÇÕES

SE QUER seguir-me, narro-lhe; não uma aventura, mas experiência, a que me induziram, alternadamente, séries de raciocínios e intuições. Tomou-me tempo, desânimos, esforços. Dela me prezo, sem vangloriar-me (GUIMARÃES ROSA, 1995, p. 65).

Assim o personagem *roseano* começa a apresentar sua tese sobre o espelho. Assim deu-me vontade de começar a despedir-me da minha. Talvez tenha chegado a hora de abandoná-la (porque uma tese nunca se acaba). Não creio, tal como ele, que o espelho possa nos dar uma imagem fiel do rosto que ali se reflete.

Duvido da veracidade e fidedignidade – no tocante ao reflexo da imagem original (se é que há) – das histórias nestas páginas aqui contadas, nos (con)textos aqui costurados, nas (a)colhidas feitas em andanças por um hospital de custódia. Incursões – que remete também a *contaminações* (o que pressupõe alterações). Até porque me interessava menos a imagem pronta/criada (*studium*), e mais me chamava o que parecia escapar, o que *feria (punctum)*, o *mistério*. Duvido da representação que corresponda a uma verdade última.

Houve, durante todo o tempo de visitas ao HCTP e de escrita do texto a que agora tento dar um fim (final e finalidade) – para talvez poder seguir em paz –, a aposta na potência, nos processos de singularização possíveis, a tese da potência do singular, e da potência do singular vicejando com os internos do HCTP. Em que toda violação de direitos e de massificação – de uniformização – de pessoas não apagasse a possibilidade de emergência daquilo que é *outro*, que difere, marca. Em que eu pudesse ler para além do horror que esse espaço – o hospital de custódia – sempre me causou. Lidar com o que escapa à fixação de sentidos: abertura a outras possibilidades de entendimentos, possibilidades de impressões – algo sempre em formação, em (re)arranjos. *Dança*.

Para tanto, voltar ao HCTP. Por mais quatorze meses. Assembleias, reuniões, grupos, idas e vindas, *invasões*, *contágios*, sete internos com quem conversar. E voltar aos livros, aos autores, tentar achar diálogos possíveis, tentativas de

tessitura. Buscar as falas de Agamben sobre a potência e de Derrida sobre a hospitalidade absoluta – incondicional – entre tantas outras noções, impressões, quase-conceitos. Abertura hospitaleira aos singulares e (im)potentes *vaga-lumes*, agora também poetas. Acolher os (con)textos que pareciam apontar para a potência do singular. Tentativa de acolhida a Almerindo que não quis feijão, a Murilo que *achou melhor não* [ter sua entrevista gravada], ao interno que não fala embora possa fazê-lo, a João que parou de pensar, a Vinicius e sua estratégia *para não pirar*, ao não (re)conhecimento entre Manuel, Murilo e eu fora das grades do hospital de custódia, a Paulo com pena de mim por conta da tese: “*É muita complicação para a cabeça*”.

Tentei aqui dar alguma ordem (ó, caindo outra vez em noções como linearidade, continuidade), um arranjo ao que foi *recolhido* e acolhido. Escritos, anotações de um diário de campo, horas de entrevistas transcritas, pensamentos rabiscados em pedaços de papel esparsos, para tentar criar um arquivo relativamente organizado: uma tese. Sem hierarquias, o pretense produto que seria a tese passa a compor a tessitura de todo o trabalho realizado, amarrando-se (ainda que com seus fios que escapam) à escolha do tema, às leituras, aos encontros com os internos do HCTP, às reuniões de orientação, aos diálogos com os membros das bancas (de qualificação e de defesa), à escrita desses *acontecimentos* todos.

A tese passa a configurar mais um elemento, mais uma parte do tramado, tal como o suspiro quase inaudível que pode ser escutado agora (antes passou despercebido ou, talvez, tenha sido considerado sem importância para a empresa da tese) em uma das gravações feitas na época. [Era tanta dor, imagino, que precisei puxar mais ar em um suspiro.] Em meio à inundação – que Carlos tenta, já cansado, segurar com seu dedo de menino holandês – sucumbi e me salvei [ainda que não haja salvação].

Prestar atenção e, mais, dar espaço aos detalhes, a indícios, a vestígios, a traços. *Flanar* por esses arquivos, esses (con)textos. Deixar-se capturar, ser tomada pelo espanto. *Invadir(-se)*. Abrir mão de uma ordem, de uma continuidade já estabelecida por discursos que ganharam hegemonia – como o psiquiátrico e o jurídico –, ir além de um discurso antimanicomial, que é forte em mim, para que novos arranjos pudessem ser feitos. Novos movimentos. Descolamentos. Respiros. Dançar com o indecível: possibilidade permanente de deslocamento.



Esse mergulho talvez só tivesse chance de algum êxito se apostasse em abertura – incondicionada. A aposta em uma ética da acolhida, que contempla o singular e a potência e as inúmeras composições que aí se (re)criam. Eu precisava dar passos (de lado talvez – *pas de côté*) para além das leituras feitas e dos testemunhos (a)colhidos dentro de um HCTP (rearranjados e compreendidos por toda uma vida fora dele). Eu (ainda) desejava voltar a um hospital de custódia, mas como voltar? (É possível voltar? Aquilo que foi é ainda para onde supostamente se volta?). Que possibilidades o HCTP ainda me reservava?

A leitura que fiz de *Sobrevivência dos vaga-lumes* (DIDI-HUBERMAN, 2011) (re)acendeu em mim algo que havia me capturado em minhas primeiras idas ao hospital de custódia. Como, em um lugar tão inóspito, e mais, com uma política tão massificadora, tão normatizadora, era possível *brilhar* (ainda que, por vezes, apagado)? *Apesar de tudo*, havia algo que parecia resistir, achar brechas, sair de uma noção de contínuo, de repetição, de mesmidade, que parecia fugir de um suposto eixo identitário. E por aí segui minha aposta configurada como tese. Abertura ao outro como *outro*. A abertura à radical alteridade do outro que nos atravessa e demanda uma ética singular, a ética da hospitalidade no trabalho com esse outro/*outro* que irrompe como singular e como potência. A aposta no singular e na potência e as inúmeras composições que aí se (re)criam contempla a ética, a ética da acolhida. O caminho se construiu (e se constrói) no caminhar; e irrompeu, atravessou minha tese, a ética da acolhida, incondicional.

A imagem da singular bandeja de Amerindo, que pôde dizer: “eu não quero feijão, não”, n’*A casa dos mortos* (DINIZ, 2009), vista tantas vezes, voltou-me com força à época de escrever, em poucos dias, uma proposta de projeto de pesquisa de doutorado. Por que não falar dos internos que me chegaram como *vaga-lumes*?

Para além de escrever sobre os expedientes utilizados para que uma instituição como um manicômio judiciário possa continuar existindo, para além de falar sobre as violações de direitos que são impostas às quase quatro mil pessoas no Brasil que habitam o lugar sem lugar do *louco infrator*. Interessava-me, desta vez, olhar para a potência, para as potências, para as possibilidades de singularização, de saída de uma linearidade, de uma esteira de produção (alimentada e sustentada especialmente pela presunção

de periculosidade, pelas discussões que normalmente se dão sobre crime e loucura). Acreditei na existência dos *vaga-lumes* entre os internos que (re)conheci. Houve uma aposta. Potência de ser e não ser.

No trabalho de escrita do texto que aqui tenta apresentar-se, tarefa que foi se mostrando cada vez mais difícil (parecia sempre tarefa impossível tentar dar conta, escrevendo, de tudo que havia sido vivido), comecei a duvidar da pretensa tese. As imagens que fui construindo, nomeando de *singulares*, de *potentes*, de fato o eram? Os (con)textos que me capturaram diziam mesmo de um outro lugar – para além da suposta doença e do crime praticado, e de todos os protocolos uniformizadores de um hospital-prisão? Qual a distinção entre realidade e ficção? Verdadeiro e falso? Dança na divisa movediça. Está lá, na fala que Dumbledore, *em um grande sorriso*, deu a Harry Potter, que deu a minha filha, que deu a mim na angústia e que eu dei como parte da dedicatória desta tese: “Claro que está acontecendo em sua mente, Harry, mas por que isto significa que não é real?” (ROWLING, 2007, p. 562). Mario, um dos entrevistados, está de acordo: “*Que que é real?! Que que é real?... Tudo é real!*”. Telefone sem fio – com muitos fios.

A sensação que foi me tomando era a de que para dar conta da dificuldade que era para mim estar em um HCTP e da dificuldade (sei lá por quais caminhos tortos em mim) que era ir-me embora de vez, fui ficando, tentando achar algo em que me sustentar: uma tese, uma dúvida, um delírio. Tentativa de achar alguma beleza no horror, no meu horror. Aposta no impasse, no dilema indecidível de sustentar o discurso que possa confirmar a potência e a singularidade. Dúvida como potência. A singular potência do indecidível. *Brilha-e-apaga*.

Amparada por teóricos como Derrida, com sua tentativa de implosão de binarismos, com seu pensamento de desconstrução, com sua proposta de dança indecidível entre termos, achei que fosse possível seguir assim. Duvidando. E jogando entre realidade e ficção, encontrando meus próprios respiros e escapes. Uma tese, ou tentativa de, que se ancora na possibilidade, na (im)potência – não na Verdade (onde não teríamos escapes), *verdade verdadeira* e no efeito estabelecido *a priori*. O indecidível *derridiano* como contraponto à verdade estabelecida pela lógica formal e pelos pressupostos universalizantes que norteiam o conhecimento moderno.

São esses pressupostos que sustentam o lugar designado aos internos do HCTP, ancorados em conceitos como identidade, mesmidade, linearidade, continuidade, dentre outros. Dentro desse ideário se sustenta uma concepção sobre o outro e a ética (normativa, moral) que rege as relações com esse outro. Assim, o trabalho de desconstrução de tais conceitos também demanda o trabalho de desconstrução do conceito de ética que se agrega aos mencionados conceitos. Ou seja, a denominada ética moderna, por mais que se apresente como neutra e universal, se articula aos conceitos da modernidade e trabalha com a concepção de sujeito da mesmidade.

Derrida, ao falar sobre a alteridade do outro – e sobre uma hospitalidade radical a esse outro –, e, ainda, Agamben, em sua concepção sobre o qualquer, postulam uma concepção sobre a ética que sustenta a possibilidade da potência e do singular (trabalhada aqui como a potência e o singular do/no interno de HCTP).

Essa concepção sobre o outro e sobre a ética na relação com o outro sustenta e demanda a possibilidade da potência do singular e do singular da potência, na medida em que as concepções modernas sobre o outro e sobre a ética concentram-se em conceitos que solapam o singular e adotam exclusivamente a verdade de determinados pressupostos modernos. Abertura ao que se atravessa. Aposta na ética da alteridade, na *hospitalidade hiperbólica derridiana*.

Enfim, aqui, uma tentativa de fim. Tentativa de arremate neste tecido tramado em idas e vindas, realidades e ficções, delírios e letras. Em encontros. Acreditando e desconfiando. Fim. [Só que não.] Até porque qualquer tentativa de encerramento, de aprisionamento, ser-me-ia falsa, seria contrária à linha que se tentou desfazer. Porque sempre há o espanto, o que fura, o que escapa – a *invasão*. Há o mistério, o mistério do *outro*. “Tudo, aliás, é a ponta de um mistério. Inclusive, os fatos. Ou a ausência deles. Duvida? Quando nada acontece, há um milagre que não estamos vendo.” (GUIMARÃES ROSA, 1995, p. 65). *Brilha-e-apaga*.



## REFERÊNCIAS

AGAMBEN, G. *Homor sacer: o poder soberano e a vida nua I*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2007a.

\_\_\_\_\_. *Profanações*. São Paulo: Boitempo, 2007b.

\_\_\_\_\_. *O que resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha*. São Paulo: Boitempo, 2008a.

\_\_\_\_\_. *Infância e história: destruição da experiência e origem da história*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2008b.

\_\_\_\_\_. *O que é o contemporâneo? e outros ensaios*. Chapecó: Argos, 2009.

\_\_\_\_\_. *A comunidade que vem*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

\_\_\_\_\_. *Nudez*. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

\_\_\_\_\_. *A potência do pensamento: ensaios e conferências*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015a.

\_\_\_\_\_. *Bartleby, ou da contingência*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015b.

AMARANTE, P. (Coord.). *Loucos pela vida: a trajetória da reforma psiquiátrica no Brasil*. 2.ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1995.

BARROS, D. Cidadania versus periculosidade social: a desinstitucionalização como desconstrução do saber. In: AMARANTE, P. (Org.). *Psiquiatria social e reforma psiquiátrica*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1994.

BARROS-BRISSET, F. Um dispositivo conector: relato de experiência do PAI-PJ/TJMG, uma política de atenção integral ao louco infrator, em Belo Horizonte. *Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano*, 20(1), 2010. Disponível

em < <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rbcdh/v20n1/16.pdf>>. Acesso em: 22 mai. 2016.

BARTHES, R. *A câmara clara: nota sobre a fotografia*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

BANDEIRA, M. Belo belo. In: MORICONI, I. (Org.). *Os cem melhores poemas brasileiros do século*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

BIRMAN, J. Jogando com a verdade: uma leitura de Foucault. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 12(2), 2002. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/physis/v12n2/a07v12n2.pdf>> Acesso em: 07 fev. 2016.

\_\_\_\_\_. Arquivo e mal de arquivo: uma leitura de Derrida sobre Freud. *Natureza Humana*, 10(1), 2008. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/nh/v10n1/v10n1a05.pdf>> Acesso em: 04 jan. 2016.

BIRMAN, J.; COSTA, J. Organização de instituições para uma psiquiatria comunitária. In: AMARANTE, P. (Org.). *Psiquiatria social e reforma psiquiátrica*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1994.

BLACKBURN, S. *Dicionário Oxford de filosofia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BRASIL. Lei nº 7.209, de 11 de julho de 1984. Altera dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF. Disponível em: <<http://www010.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/1984/7209.htm>>. Acesso em: 16 jan. 2012.

\_\_\_\_\_. Câmara dos Deputados. Comissão de Direitos Humanos. *Relatório da I Caravana Nacional de Direitos Humanos: uma amostra da realidade manicomial brasileira*. Brasília: Câmara dos Deputados, 2000.

\_\_\_\_\_. Lei nº 10.216, de 06 de abril de 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos

mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, p. 2, 09 abr. 2001.

Disponível em:

<[http://www.saude.sc.gov.br/geral/planos/programas\\_e\\_projetos/saude\\_mental/lei\\_10216.htm](http://www.saude.sc.gov.br/geral/planos/programas_e_projetos/saude_mental/lei_10216.htm)>. Acesso em: 16 abr. 2013.

\_\_\_\_\_. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal, 2004.

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. DAPE. Coordenação Geral de Saúde Mental. *Reforma psiquiátrica e política de saúde mental no Brasil*. Documento apresentado à Conferência Regional de Reforma dos Serviços de Saúde mental: 15 anos depois de Caracas. OPAS. Brasília: Ministério da Saúde, 2005.

CANDIOTTO, C. Foucault: uma história crítica da verdade. *Trans/Form/Ação*, São Paulo v. 29, n. 2, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/trans/v29n2/v29n2a06>>. Acesso em 03 fev. 2016.

CARRARA, S. *Crime e loucura: o aparecimento do manicômio judiciário na passagem do século*. Rio de Janeiro: EdUERJ; São Paulo: EdUSP, 1998.

CASTRO, E. *Introdução a Giorgio Agamben: uma arqueologia da potência*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

CHAUÍ, M. *Convite à Filosofia*. 13.ed. São Paulo: Ática, 2006.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA; ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL. *Relatório de inspeção nacional de unidades psiquiátricas em prol dos direitos humanos: uma amostra das unidades psiquiátricas brasileiras*. Brasília: CFP; OAB, 2004.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. *Inspeção aos manicômios: relatório Brasil*. Brasília: CFP, 2015.

CORTÁZAR, J. *A volta ao dia em 80 mundos: tomo I*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

DELGADO, P. *As razões da tutela: psiquiatria, justiça e cidadania do louco no Brasil*. Rio de Janeiro: Te Corá, 1992.

DERRIDA, J. *Limited Inc*. São Paulo: Papyrus, 1991.

\_\_\_\_\_. *Mal de arquivo: uma impressão freudiana*. Rio de Janeiro: Dumará, 2001a.

\_\_\_\_\_. *Posições*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001b.

\_\_\_\_\_. *Torres de Babel*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002.

\_\_\_\_\_. *Anne Dufourmantelle convida Jacques Derrida a falar da hospitalidade*. São Paulo: Escuta, 2003.

\_\_\_\_\_. Jacques sem fatalismos. In: *Jornal Folha de São Paulo*. São Paulo, 15 de agosto de 2004a, p. 10-11 (Caderno Mais!).

\_\_\_\_\_. *Papel-máquina*. São Paulo: Estação Liberdade, 2004b.

\_\_\_\_\_. *Força de lei: o fundamento místico da autoridade*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2007.

\_\_\_\_\_. *Gramatologia*. São Paulo: Perspectiva, 2008a.

\_\_\_\_\_. As mortes de Roland Barthes. *Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*. v. 7, n. 20, 2008b. Disponível em <<http://www.cchla.ufpb.br/rbse/DerridaDoc.pdf>>. Acesso em: 08 jul. 2016.

DIDI-HUBERMAN, G. *Sobrevivência dos vaga-lumes*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2011.

DINIZ, D. *A casa dos mortos*. [Filme]. Produção de Fabiana Paranhos, direção de Debora Diniz. Brasília, Anis, 2009. DVD, 24 min. color. son.



\_\_\_\_\_. *A custódia e o tratamento psiquiátrico no Brasil: censo 2011*. [recurso eletrônico]. Brasília: Letras Livres; Editora da UnB, 2013.

DORON, R.; PAROT, F. (Orgs.). *Dicionário de psicologia*. São Paulo: Ática, 2002.

DOSTOIÉVSKI, F. *Recordações da casa dos mortos*. São Paulo: Nova Alexandria, 2006.

\_\_\_\_\_. *Memórias da casa dos mortos*. Porto Alegre: L&PM, 2015.

DRUMMOND DE ANDRADE, C. *Antologia poética*. 58.ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.

DUFOURMANTELLE, A. Convite. In: DERRIDA, J. *Anne Dufourmantelle convida Jacques Derrida a falar da hospitalidade*. São Paulo: Escuta, 2003.

EMERIM, M. *Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico: estudo exploratório sobre o "pior do pior"*. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Psicologia). Palhoça: Universidade do Sul de Santa Catarina. Curso de Psicologia, 2009.

\_\_\_\_\_. *O testemunho (im)possível do louco infrator: condições de acolhimento e de emergência*. 2012. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

FONSECA, T.; THOMAZONI, A.; COSTA, L.; SOUZA, V.; LOCKMANN, V. Microfascismos em nós: práticas de exceção no contemporâneo. *Psicologia Clínica*, v.20, n.2, 2008.

FOUCAULT, M. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: Nau, 1996.

\_\_\_\_\_. *Resumos dos cursos do Collège de France (1970-1982)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

\_\_\_\_\_. *A ordem do discurso*: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 5.ed. São Paulo: Edições Loyola, 1999a.

\_\_\_\_\_. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999b.

\_\_\_\_\_. *Vigiar e punir*: o nascimento da prisão. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

\_\_\_\_\_. *A arqueologia do saber*. Coimbra: Almedina, 2005.

GOFFMAN, E. *Manicômios, prisões e conventos*. 7. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.

GUIMARÃES ROSA, J. *Primeiras estórias*. 28.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995.

HADDOCK-LOBO, R. Derrida e a oscilação do real. *Sapere Aude*, Belo Horizonte, v. 4, n. 7, 2013. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/SapereAude/article/view/5485>>. Acesso em: 10 jan. 2016.

HOUAISS, A.; VILLAR, M.; FRANCO, F. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva: 2001. 2922 p.

\_\_\_\_\_. *Dicionário Houaiss de sinônimos e antônimos*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2003. 953 p.

JACOBINA, P. *Direito penal da loucura*. Brasília: ESMPU, 2008.

KOLKER, T.; DELGADO, P. Tratar ou punir: um estudo sobre o louco infrator, no cenário da reforma psiquiátrica. *Psicologia Clínica*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 167-181, 2003.

LANCETTI, A.; AMARANTE, P. Saúde Mental e Saúde Coletiva. In: CAMPOS, G. (Org.); MINAYO, M. (Org.); AKERMAN, M. (Org.); DRUMOND JÚNIOR, M. (Org.); CARVALHO, Y. (Org.). *Tratado de saúde coletiva*. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.

LEMINSKI, P. Sintonia para pressa e presságio. In: MORICONI, I. (Org.). *Os cem melhores poemas brasileiros do século*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

MARTINS, F. *Psicopathologia I: prolegômenos*. Belo Horizonte: PUC Minas, 2005.

MELO NETO, J. *A educação pela pedra e depois*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

MELVILLE, H. *Bartleby, o escrevente: uma história de Wall Street*. In: AGAMBEN, G. *Bartleby, ou da contigência*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

MENDES, M. Mapa. In: MORICONI, I. (Org.). *Os cem melhores poemas brasileiros do século*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

MINAS GERAIS. Lei nº 11.802, de 18 de janeiro de 1995. Dispõe sobre a promoção da saúde e da reintegração social do portador de sofrimento mental; determina a implantação de ações e serviços de saúde mental substitutivos aos hospitais psiquiátricos e a extinção progressiva destes; regulamenta as internações, especialmente a involuntária, e dá outras providências.

Disponível em: <

<http://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa.html?tipo=LEI&num=11802&ano=1995> >. Acesso em: 16 abr. 2015.

MORA, J. *Dicionário de filosofia: tomo IV*. São Paulo: Edições Loyola, 2001.

MORAES, V. *Antologia poética*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

NASCIMENTO, E. *Derrida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

NETTO, M. Painel I: a interdição judicial e o acesso aos direitos de cidadania garantido pelas políticas públicas. In: *Relatórios do Seminário Nacional – Há banalização nos atos de interdição judicial no Brasil?* Brasília, Câmara dos Deputados; CFP, 2005.

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL DE MINAS GERAIS. *OAB/MG se posiciona contra a desarticulação do PAI-PJ no interior de Minas Gerais*. Disponível em: <[https://www.oabmg.org.br/noticias/7629/noticias\\_oab\\_mg](https://www.oabmg.org.br/noticias/7629/noticias_oab_mg)>. Acesso em: 07 out. 2016.

PERES, M.; NERY FILHO, A. A doença mental no direito penal brasileiro: inimputabilidade, irresponsabilidade, periculosidade e medida de segurança. *História, Ciências, Saúde*. Manguinhos, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, mai./ago. 2002. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-59702002000200006>>. Acesso em: 22 abr. 2014.

PETERS, M. *Pós-estruturalismo e filosofia da diferença: uma introdução*. São Paulo: Autêntica, 2008.

QUINTANA, M. *Quintana de bolso: rua dos cataventos & outros poemas*. Porto Alegre: L&PM, 1997.

RAUTER, C. *Criminologia e subjetividade no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

RICOEUR, P. *O si-mesmo como outro*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2014.

RODRIGUES, C. *Coreografias do feminino*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2009.

ROWLING, J. K. *Harry Potter e as relíquias da morte*. Rio de Janeiro: Rocco, 2007.

SACRAMENTO, P. *O prisioneiro da grade de ferro*. [Filme]. Produção de Paulo Sacramento e Gustavo Steinberg, direção de Paulo Sacramento. São Paulo, Olhos de Cão, 2003. DVD, 123 min. color. son.

SCHINAIDER, J.; KRAUSE, D. A indiscernibilidade e identidade em química: aspectos filosóficos e formais. *Manuscrito: revista internacional de filosofia*. Campinas, v. 37, n. 1, 2014.

SCOTT, J. O enigma da igualdade. Estudos Feministas, Florianópolis. 13(1):216, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v13n1/a02v13n1.pdf>>. Acesso em: 29 dez. 2015.

SILVA, D. O si-mesmo como outro (resenha). Letras de Hoje, v. 43, n. 4, Porto Alegre, 2008. Disponível em <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fale/article/viewFile/5636/4110>> Acesso em 30 dez 2015.

SKLIAR, C. *Pedagogia (improvável) da diferença: e se o outro não estivesse aí?* Rio de Janeiro: DP&A, 2003a.

\_\_\_\_\_. A educação e a pergunta pelos Outros: diferença, alteridade, diversidade e os outros “outros”. *Ponto de Vista*, Florianópolis, n. 5, 2003b. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/pontodevista/article/view/1244>>. Acesso em: 29 dez. 2015.

SUASSUNA, A. *Auto da compadecida*. 36.ed. Rio de Janeiro: Agir, 2014.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MINAS GERAIS. *Cartilha: Programa de Atenção Integral ao Paciente Judiciário Portador de Sofrimento Mental - PAI- PJ*. Disponível em: <[http://www.tjmg.jus.br/presidencia/projetonovosrumos/pai\\_pj/cartilha\\_final.pdf](http://www.tjmg.jus.br/presidencia/projetonovosrumos/pai_pj/cartilha_final.pdf)>. Acesso em: 21 jan. 2011.

VARDA, A. *Os catadores e eu*. [Filme]. Direção de Agnès Varda. França, Ciné Tamaris, 2000. DVD, 82 min. color. son.

VASCONCELOS, J. O que é desconstrução? Revista de filosofia, v.15, n.17, Curitiba: 2003. Disponível em <[www2.pucpr.br/reol/index.php/RF?dd1=117&dd99=pdf](http://www2.pucpr.br/reol/index.php/RF?dd1=117&dd99=pdf)> Acesso em 11 jan. 2016.

VERANI, S. Alianças para a liberdade. In: BRITO, L. (Org.). *Psicologia e instituições de direito: a prática em questão*. Rio de Janeiro: UERJ, 1995.

ZEMECKIS, R. *Náufrago*. [Filme]. Direção de Robert Zemeckis. Estados Unidos, 2000. DVD, 143 min. color. son.

## APÊNDICE

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, \_\_\_\_\_  
RG \_\_\_\_\_, declaro, por meio deste termo, que concordei em participar da pesquisa referente ao projeto intitulado "*Fora de série: o linear e o descontínuo nos (con)textos de hospitais de custódia e tratamento psiquiátrico*", desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Fui informado de que a pesquisa é realizada pela pesquisadora Marcele de Freitas Emerim, sob orientação da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Mériti de Souza, da Universidade Federal de Santa Catarina. Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro e com a finalidade exclusiva de colaborar para a realização da pesquisa.

Essa pesquisa objetiva problematizar o que escapa ao contínuo, à repetição, à série, no trajeto de vida de internos em hospital de custódia e tratamento psiquiátrico. Deseja-se observar, acolher e compreender as diferentes brechas criadas, as possibilidades de saída da continuidade e da sequência linear.

A pesquisa será realizada por meio de entrevistas com internos do hospital de custódia que manifestem interesse em participar da pesquisa: independente de seus diagnósticos, tipo de tratamento realizado ou, ainda, tipo de delito cometido. As entrevistas, previamente agendadas, serão realizadas nas dependências da referida instituição e serão gravadas em áudio, sendo que nomes ou quaisquer dados que possam identificar os participantes não serão usados.

O estudo poderá suscitar algum desconforto ao entrevistado a partir da vivência subjetiva frente às questões propostas e, nesse caso, a entrevistadora tentará minimizar esse desconforto, uma

vez que sua formação em psicologia inclui preparo para o manejo de tais situações. É possível que esse trabalho possa trazer algum benefício ao entrevistado; seja pelo de escuta e sigilo, oferecido na entrevista, à medida que possa elaborar fatos que lhe trouxeram algum tipo de sofrimento, ou pela a visibilidade que um trabalho acadêmico pode dar a uma população pouco assistida e estudada como os internos de hospitais de custódia.

Fui esclarecido de que os usos das informações por mim oferecidas estão submetidos às normas éticas destinadas à pesquisa envolvendo seres humanos, da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) do Conselho Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde, e que este projeto de pesquisa foi submetido à apreciação do Comitê de Ética da Universidade Federal de Santa Catarina (telefone 37219206). Estou ciente de que, caso eu tenha dúvida ou me sinta prejudicado, poderei contatar a pesquisadora por meio do telefone 99190302. Também foi garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade.

Os dados fornecidos serão confidenciais, os nomes dos participantes não serão identificados em nenhum momento, o acesso aos dados coletados será realizado pela pesquisadora Marcele de Freitas Emerim e/ou pela orientadora responsável - Profa. Dra. Mériti de Souza. Não haverá consulta a prontuários ou processos referentes à minha internação. As informações serão utilizadas na elaboração de tese de doutorado e na publicação em livros, periódicos ou divulgação em eventos científicos.

Conforme recomendações da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa, a pesquisadora principal me ofertou uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Florianópolis, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Assinatura \_\_\_\_\_ do \_\_\_\_\_ participante:

Marcele de Freitas Emerim



Dra. Mériti de Souza  
Departamento de Psicologia - UFSC – Universidade Federal de  
Santa Catarina  
Florianópolis – SC - CEP 88036-002

Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos –  
CEPSH/UFSC  
Tel. (48) 37219206  
E-mail: [cep.propesq@contato.ufsc.br](mailto:cep.propesq@contato.ufsc.br)